



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LUCIENE ANDRADE ALVES

TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO PARAIBANO:
práticas agroecológicas e luta pela soberania alimentar das *Guardiãs* das
Sementes da Paixão do Polo da Borborema

João Pessoa

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

LUCIENE ANDRADE ALVES

TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO PARAIBANO:
práticas agroecológicas e luta pela soberania alimentar das *Guardiãs* das
Sementes da Paixão do Polo da Borborema

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal da Paraíba para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a María Franco García

João Pessoa, 2017.

Catálogo na publicação
Setor de Catalogação e Classificação

A474t Alves, Luciene Andrade.

Transformações no espaço agrário Paraibano: práticas agroecológicas e luta pela soberania alimentar das guardiãs das sementes da paixão do polo da Borborema / Luciene Andrade Alves. – João Pessoa, 2017.

140 f. : il.

Orientadora: Maria Franco Garcia.
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN

1. Geografia. 2. Agroecologia. 3. Sementes da Paixão – banco de sementes. 4. Sementes Transgênicas. 5. Mulheres e agroecologia. 6. Polo da Borborema – agreste paraibano. I. Título.

UFPB/BC

CDU -

"Transformações no Espaço Agrário Paraibano: Práticas Agraecológicas e Luta pela Soberania Alimentar das Guardiãs das Sementes da Paixão do Polo da Borborema"

por

Luciene Andrade Alves

Dissertação de Mestrado apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:


Prof. Dr. Maria Franco Garcia
Orientador


Prof. Dr. Emília de Róssi Fernandes Moreira
Examinadora interna


Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez
Examinador externo

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado e Doutorado em Geografia

Agosto/2017

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos pelo trajeto do mestrado e pela construção da pesquisa estão longe de contemplar exatamente o número de pessoas que me ajudaram verdadeiramente, no entanto, me arrisco a agradecer algumas delas...

A minha família pela confiança nas minhas escolhas e pela paciência nas minhas frequentes ausências durante os momentos mais tensos da construção desta pesquisa. Em especial, agradeço a minha mãe pelo exemplo de entusiasmo pelo trabalho, fé na vida, mesmo nos momentos mais difíceis de sua vivência de mãe. A senhora é a minha inspiração constante e porto seguro sempre presente nas minhas alegrias e aflições. Agradeço também pelos esclarecimentos sobre as expressões da agricultura familiar camponesa, da qual possui tamanho conhecimento, embora tenha tido que largar suas origens agrestinas paraibanas no passado, como tantas brasileiras e tantos brasileiros, para construir a história de nossa família no nosso querido e difícil Rio de Janeiro.

A todas e todos trabalhadores do Polo da Borborema, que tiveram sempre as portas abertas para me receber e que tanto contribuíram para a construção desta pesquisa. Espero sinceramente um dia poder retribuir à altura desta extraordinária organização. Agradeço especialmente a José de Oliveira Luna (Seu Zé Pequeno), quem primeiro me recebeu e contagiou com grande simpatia e boa vontade ao relatar a bela história do surgimento do primeiro banco de sementes comunitário da Paraíba. A Manoel Antônio de Oliveira (Seu Nequinho), que também deixou seus inúmeros afazeres à frente dos sindicatos para contribuir com o nossa pesquisa. À Severina Pereira da Silva (Silvinha), que nos recebeu no Sindicato de Queimadas e nos relatou a experiência dos bancos de sementes nas comunidades. A Emanuel Dias, que ressaltou o importantíssimo papel da parceria da AS-PTA junto ao Polo. À Maria do Céu pela gentileza de sempre, e à sua mãe, Dona Terezinha, verdadeira guardiã das sementes da paixão, que tão gentilmente me recebeu em sua casa. À Maria Gizelda pelo relato detalhado da história de mobilização das mulheres do Polo. Agradeço também pelos rápidos, mas fundamentais momentos de conversa, à Roselita Vítor e Léa, além das muitas mulheres do Polo que me ajudaram de alguma forma, mesmo indiretamente, nos espaços de diálogo de que participei. Espero marchar novamente junto a vocês na luta pela vida das mulheres e pela agroecologia.

A minha orientadora, a professora María Franco García, pela paciência e pela orientação sábia e esclarecedora.

Ao PPGG/UFPB, pelo incentivo ao desenvolvimento de nossos estudos. À CAPES pelo suporte à pesquisa, com votos de que a Educação seja valorizada em nosso país, e que outros estudantes e pesquisadores tenham a oportunidade que tive.

Aos professores Emília Moreira e Jorge Montenegro, por aceitarem participar de nossa banca de avaliação, e também ao professor Marco Mitidiero Jr. pelas sugestões a nossa Qualificação de Mestrado. A todos meus professores da UFPB, desde a graduação, em sua maioria empenhados na construção de um melhor espaço educativo e de uma Geografia transformadora.

Aos amigos de ontem, de hoje e de sempre, pela ajuda sincera, e a quem eu não posso nomear por receio de deixar de mencionar algum em específico. Pelos livros emprestados, sugestões de pesquisa, caronas, trocas de ideia, conversas de corredor, momentos de risadas e de luta coletiva. Agradeço principalmente aqueles que me ajudaram sem sequer me conhecer, pelas estradas do Agreste paraibano, pelo qual eu pude caminhar confiante de que não estava sozinha.

Dedico este trabalho ao povo brasileiro, que custeou cada centavo investido na minha formação, e que hoje se encontra em momento de turbulência em todos os setores; que possamos recuperar em breve os direitos que nos foram tomados, para que possamos continuar a caminhada de construção de um país justo para todas e todos.

A todas e todos, minha sincera gratidão!



Apelo de Mulher
(Gilvanisa Maia)

*Não sou escrava, nem sou objeto
Para se fazer de mim o que bem quer
Não tenho dono, não sou propriedade
Eu quero liberdade, me deixa ser mulher*

(Refrão)

*Eu quero ser, me deixa ser
O que mereço
Eu quero ser quem sou
Eu tenho meu valor
E este não tem preço*

*Eu quero ser amiga e companheira
Quero mostrar a força do amor
Quero viver como tenho direito
Não quero preconceito
Me deixa ser quem sou*

*Eu quero ter uma vida decente
Também sou gente
Foi Deus que assim me quis
Vou construir uma linda história
Celebrar a vitória
Me deixa ser feliz*

(Uma das bandeiras e uma das canções que animam a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia).

RESUMO

Esta dissertação apresenta a estratégia de organização coletiva do Polo da Borborema, tendo como referência a promoção de práticas agroecológicas. A produção dos alimentos que estão na mesa dos brasileiros é proveniente do trabalho dos (as) agricultores (as) camponeses (as) e, no caso do Polo, estes alimentos são produzidos a partir da ação de resgate e manutenção das sementes crioulas, conhecidas no estado da Paraíba como “Sementes da Paixão”. Dentre as estratégias adotadas pelo Polo no intuito de se garantir soberania alimentar, está a criação dos Bancos de Sementes Comunitários. A valorização da agrobiodiversidade a partir da especificidade da organização do Polo da Borborema serve de base para a análise sobre a difusão mundial do desenvolvimento de pesquisas e uso de Organismos Geneticamente Modificados na agricultura. Atualmente, o Brasil possui a segunda maior área plantada de sementes deste tipo, o que fomenta o debate a respeito da agrobiodiversidade. O objetivo desta pesquisa foi compreender como as ações do Polo da Borborema voltadas à valorização da agroecologia e proteção da agrobiodiversidade têm influenciado na tomada de consciência das mulheres do Polo quanto ao seu papel para a agricultura familiar camponesa. A pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2015 e 2017, quando foram realizados trabalhos de campo, em que foram entrevistados (as) agricultores (as) e lideranças da organização sindical, além de ter ocorrido a participação em eventos, com destaque para a “Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia”. O incentivo à participação das mulheres nas diversas atividades organizadas pelo Polo tem representado importante movimento de tomada de consciência das mesmas quanto à sua contribuição na produção de alimentos saudáveis, na valorização das “Sementes da Paixão”, bem como no despertar para a luta coletiva e organizada pela construção de relações de gênero igualitárias.

Palavras chave: Sementes da Paixão. Mulheres. Sementes Transgênicas. Polo da Borborema. Agroecologia.

ABSTRACT

This dissertation presents the strategy of collective organization of Polo da Borborema, with reference to the promotion of agroecological practices. The production of the foods that are in the table of the Brazilians comes from the work of the peasants and, in the case of Polo, these foods are produced from the action of rescue and maintenance of the creole seeds, known in the state of Paraíba as “Sementes da Paixão”. Among the strategies adopted by Polo in order to guarantee food sovereignty, there is the creation of Community Seed Banks. The valorization of agrobiodiversity from the specificity of Polo da Borborema organization serves as the basis for the analysis of the worldwide diffusion of research development and use of Genetically Modified Organisms in agriculture. Currently, Brazil has the second largest area planted with seeds of this type, which encourages debate on agrobiodiversity. The objective of this research was to understand how the actions of Polo da Borborema focused on the valorization of agroecology and protection of agrobiodiversity have influenced the awareness of the women of Polo as to their role for the peasant family agriculture. The research was carried out between the years of 2015 and 2017, when fieldwork was carried out, in which the farmers and leaders of the union were interviewed, as well as participation in events, with emphasis on the " March for Women's Lives and for Agroecology. " The encouragement of the participation of women in the various activities organized by Polo has represented an important movement to raise awareness about their contribution to the production of healthy foods, the valorization of the "Sementes da Paixão", as well as in awakening to the collective struggle and organized by the construction of egalitarian gender relations.

Keywords: Sementes da Paixão. Women. Genetically Modified Organisms. Polo da Borborema. Agroecology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Árvores Frutíferas no Brejo das Frutas.....	28
Figura 2: Relevo acidentado e agricultura familiar no Brejo	28
Figura 3: Debate Mulheres na Política	46
Figura 4: Campanha pelo fim da cultura do estupro – Comitê Ana Alice	48
Figura 5: Desvalorização do trabalho de mulheres e jovens também é pauta da Marcha.....	51
Figura 6: Chegada da caravana de mulheres do Polo.....	52
Figura 7: Peça teatral “Acorda, Biu!”.....	53
Figura 8: As mulheres do Polo seguem em marcha.	53
Figura 9: Dona Terezinha apresenta o BSC do Sítio Videl.....	55
Figura 10: BSC do Sítio Videl.....	56
Figura 11: Área Global de culturas biotecnológicas, 1996 a 2016: países industrializados e em desenvolvimento (milhões de hectares).....	67
Figura 12: Rede de associações da CropLife Latin America.	70
Figura 13: Rede Global da CropLife International.....	70
Figura 14: Símbolo de produto com OGM.....	71
Figura 15: Depoimento de Roselita Vitor durante mesa de diálogo da VI Festa Estadual das Sementes da Paixão.	75
Figura 16: Ato em frente à Embrapa Algodão.	76
Figura 17: Ato em frente à Conab.	76
Figura 18: Comercialização de produtos da agricultura familiar.	77
Figura 19: Testes de transgenia durante a Feira.	77
Figura 20: Conjunto de imagens utilizadas na Campanha “Não Planto Transgênicos para não Apagar a Minha História”.....	80
Figura 21: Primeiro Banco de Semente Comunitário da Paraíba, o BSC São Francisco.....	82
Figura 22: A agrobiodiversidade é central à biodiversidade total.	103

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização dos municípios de abrangência do Polo Sindical da Borborema na Paraíba	22
Mapa 2: Zoneamento ambiental da área de abrangência do Polo da Borborema.....	26

Mapa 3: Território Rural da Borborema.....	30
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Diagnósticos realizados no Polo da Borborema.....	24
Quadro 2: Divisão geoeconômica, características físicas e principais atividades produtivas da região do Polo.....	27
Quadro 3: Área e população dos municípios do Polo da Borborema.....	31
Quadro 4: Área e número de estabelecimentos rurais	32
Quadro 5: Mapeamento dos BSCs da ASA-Paraíba – dados até abril de 2014	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Área em plantio de culturas geneticamente modificadas no mundo, entre 1996 e 2016	66
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba
- ANDEF - Associação Nacional de Defesa Vegetal
- ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro
- AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Tecnologias Alternativas
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- BM – Banco Mundial
- BSC – Banco de Semente Comunitário
- BSF – Banco de Semente Familiar
- CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica
- CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
- CTNBio - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
- DRP – Diagnóstico Rural/Rápido e Participativo
- EMPASA – Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ISAAA – International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications
- OGM – Organismo Geneticamente Modificado
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- ONG – Organização Não-Governamental
- MEC – Ministério da Educação
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
- P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas
- P1+2 – Programa Uma Terra e Das Águas
- PAE – Programas de Ajuste Estrutural
- PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. CAPÍTULO 1 – MULHERES E AGROECOLOGIA NO AGRESTE PARAIBANO: participação política e produtiva junto ao Polo da Borborema	21
1.1. O Polo da Borborema no Agreste paraibano: configuração socioespacial de uma organização sindical rural	21
1.1.1. <i>O processo de formação territorial do Polo da Borborema.....</i>	33
1.2. As mulheres do Polo da Borborema: uma aproximação ao debate de gênero	35
1.2.1. <i>Leituras sobre gênero e meio ambiente: o Ecofeminismo e o Ambientalismo Feminista</i>	40
1.3. Organização das mulheres do Polo da Borborema na construção da agroecologia e no enfrentamento da cultura de violência	44
1.3.1. <i>As Guardiãs das Sementes da Paixão: a experiência dos Bancos de Sementes.....</i>	54
2. CAPÍTULO 2 – SISTEMA AGROALIMENTAR, TRANSGENIA E AGROECOLOGIA	58
2.1. Agricultura e agriculturas: práticas agrícolas na produção de alimentos para consumo humano	58
2.1.1. <i>Questão agrária e questão ambiental: concentração fundiária e modernização seletiva - bases atuais da irracionalidade transgênica</i>	60
2.1.2. <i>As sementes transgênicas: o controle total do mercado sobre o descontrole da vida</i> 65	
2.1.3. <i>Sementes crioulas na Paraíba: origem e resistência das Sementes da Paixão</i>	72
2.1.4. <i>Os Bancos de Sementes Comunitários (BSCs) do Polo da Borborema.....</i>	80
2.2. Organicidade do Polo da Borborema entorno as Sementes da Paixão e a participação das mulheres rurais.....	86
2.3. A construção feminina do cuidado da vida: o protagonismo das mulheres camponesas na manutenção das sementes	91
2.3.1. <i>Relações entre mulheres camponesas e os saberes e práticas agroecológicos</i>	92
APÊNDICES	122
ANEXOS.....	127

INTRODUÇÃO

Estima-se que em torno de sete mil espécies de plantas tenham sido cultivadas ou coletadas ao longo dos 12 mil anos da história da humanidade com a agricultura (FAO, 1997). Hoje, muitas de tais espécies configuram importante fonte de alimento e geração de renda para comunidades locais, agricultores e consumidores das cidades, além de representarem um significativo setor econômico global. De acordo com documento publicado pela FAO, em inglês intitulado “Recursos genéticos vegetais, usá-los ou perde-los”, estima-se que hoje em dia, apenas 30 culturas forneçam 95% das necessidades de energia alimentar humana, predominando dentre estas culturas, na alimentação mundial, as de arroz, trigo, milho e batata, que são responsáveis por fornecer mais de 60%. Dentro destas espécies de plantas existe um número imenso de variedades catalogadas, como por exemplo, a espécie de arroz *Oryza sativa*, cujo número de variedades distintas é estimado em mais de 100.000.

A manutenção da agrobiodiversidade¹ está no cerne da garantia de soberania e segurança alimentar, e pode-se afirmar que ela dá suporte, direta ou indiretamente, à vida de cada ser humano do planeta. Não obstante a multiplicidade de espécies e variedades, a produção de alimentos no mundo vem sofrendo forte influência de grandes conglomerados empresariais transnacionais da indústria agroquímica, cujos produtos principais consistem em agrotóxicos e Organismos Geneticamente Modificados (OGMs)². O pano de fundo desta situação crítica que atinge principalmente os agricultores familiares mundo a fora, bem como todos consumidores de alimentos é a lógica capitalista da mercantilização da alimentação, que tem como objetivo garantir lucros cada vez maiores a um reduzido grupo de empresas do

¹ Agrobiodiversidade ou biodiversidade agrícola corresponde a um termo amplo, na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que inclui “todos os componentes da biodiversidade que têm relevância para a agricultura e alimentação, bem como todos os componentes da biodiversidade que constituem os agroecossistemas.” (BRASIL, 2000).

² Segundo a Lei 11.105, de 24 de março de 2005, OGM é o organismo cujo material genético – ADN/ARN (material genético que contém informações determinantes dos caracteres hereditários transmissíveis à descendência) tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética (BRASIL, 2005). A transgenia é uma técnica que modifica um ser vivo, permitindo a fusão de material genético de espécies diferentes, como bactérias, fungos, plantas ou animais (FERMENT, 2015). OGMs podem ser transgênicos ou não, uma vez que as modificações provocadas no genoma de um organismo podem ocorrer sem que haja transferência de material genético de outro organismo. Em resumo, todo transgênico é um OGM, mas nem todo OGM é um transgênico. Em nosso texto, consideramos o termo “transgênico” equivalente ao termo “OGM”.

agronegócio de alcance transnacional, além da indústria de alimentos e redes de supermercados, que formam verdadeiros *Impérios Alimentares* (PLOEG, 2008).

A posição do Brasil hoje no cenário mundializado da agricultura, atrelado por sua vez à mundialização do agronegócio, é consequência da criação de programas governamentais durante o regime militar. Na década de 1960, incentivou-se e financiou-se publicamente a modernização agropecuária, processo conhecido como Revolução Verde, baseado na implementação de um pacote tecnológico na atividade agrícola via crédito subsidiado, assistência, pesquisa e formação técnica (SAUER; TUBINO, 2007). De acordo com os autores, neste período, os setores industrial e agrícola foram integrados e o padrão estadunidense de produção foi adotado à risca. Grande quantidade de recursos foi utilizada para capitalizar grandes proprietários, a fim de possibilitar que investissem em máquinas e insumos modernos, como sementes, fertilizantes, inseticidas etc.

No Nordeste, políticas específicas para o desenvolvimento do espaço agrário regional foram atreladas, entre outras ações, aos incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)³ e ao Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA)⁴. O discurso que sustentava essas escolhas pautava-se na transformação da estrutura agrária, mediante a redistribuição de terras e o incentivo financeiro para pequenos e médios produtores rurais. Todavia, a prática concreta dessas ações governamentais, além de desconsiderar os objetivos iniciais, baseou-se fundamentalmente no subsídio ao uso de insumos modernos, como venenos químicos de combate a pragas e fertilização dos solos para os pequenos produtores e o financiamento de grandes projetos voltados à expansão da agroindústria via mecanização e tecnificação da produção (SALES, 1982).

³ A SUDENE foi criada em 1959, pela lei nº 3.692, de 15 de dezembro do mesmo ano, do Congresso Nacional, no intuito de “coordenar a implementação das políticas e dos programas de desenvolvimento do Nordeste, articulando a atuação dos demais órgãos governamentais na Região” (SILVA, 2006, p. 58). De acordo com o autor, a elaboração e o início da implantação da política de desenvolvimento regional contou com a participação de Celso Furtado, nos primeiros anos desta Superintendência.

⁴ Criado pelo Decreto-lei nº 1.178, de 1º de julho de 1971, o PROTERRA tinha como principais objetivos: “a) aquisição de terras ou sua desapropriação por interesse social, [...]; b) empréstimos fundiários a pequenos e médios produtores rurais para aquisição de terra própria cultivável ou ampliação de propriedade [...]; c) financiamento de projetos destinados à expansão da agroindústria [...]; d) assistência financeira à organização e modernização de propriedades rurais [...]; e) subsídios ao uso de insumos modernos; f) garantia de preços mínimos para os produtos de exportação; g) custeio de ações discriminatórias de terras devolutas e fiscalização do uso e posse da terra.” (SALES, 1982, p. 42).

Já no Agreste, mesorregião onde se localiza a área de abrangência do Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, mais conhecido como Polo da Borborema, as ações governamentais que dirigiram o processo de capitalização da agricultura nos anos 1970, apresentaram características específicas, a saber: “a tecnificação e modernização da agricultura canavieira, e a capitalização pelo boi, o chamado processo de pecuarização de todo o espaço que não é o da cana.” (SALES, 1982, p. 20).

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por amplas mudanças na economia política internacional, que vieram a caracterizar os primeiros impulsos do chamado “processo de reestruturação produtiva do capital” (THOMAZ JÚNIOR, 2009). Em parte dos países do *Sul global*⁵, foram aplicados, por parte do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), os Programas de Ajuste Estrutural (PAE), no sentido de possibilitar a estes países que pagassem suas dívidas externas. Os PAE provocaram, particularmente na América Latina, processos de privatização de empresas do setor produtivo estatal, como telecomunicações e energia, abertura dos mercados nacionais ao capital estrangeiro, representado pelas empresas transnacionais, desregulamentação da economia e desregulação financeira, com a insistência do BM na “eliminação de todos os instrumentos de controle sobre taxas de juros e todos os programas de crédito dirigido à atividade industrial” (PEREIRA, 2013, p. 375). Tais medidas tiveram efeitos significativos na configuração da propriedade, riqueza e poder desta região.

Segundo Paulo Netto (2012), no que se refere às exigências do grande capital, o processo de desregulamentação “liquidou as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital financeiro a mais radical liberdade de movimento, propiciando [...] os ataques especulativos contra economias nacionais” (p. 417).

Tais processos impulsionaram, de acordo com Pereira (2013), “novas articulações entre as burguesias locais e as forças mais dinâmicas da globalização financeira” (p. 376). No início da década de 1990, o reajuste macroeconômico promovido pelo governo Collor provocou a ampliação da subordinação da economia brasileira, proporcionando uma abertura

⁵ O termo *Sul global*, de acordo com Santos (2007), refere-se “às regiões periféricas e semiperiféricas e aos países do sistema mundo moderno, que foram denominados de Terceiro Mundo, após a Segunda Guerra Mundial” (p. 12).

indiscriminada aos produtos importados, fragilizando-a diante da concorrência internacional (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

O capital e a tecnologia importados principalmente neste período propiciaram que o Brasil produzisse mais intensamente produtos agroindustriais, como os agrotóxicos. No período entre 1975 e 2007 a indústria deste insumo implantada no país cresceu de forma significativa (TERRA, 2008). Seu uso também se intensificou no Brasil: em 2001 se usou cerca de 2,7 kg de agrotóxicos por hectare cultivado; em 2010 foram 5 kg (NODARI, 2007).

Dados de 2015 colocam o Brasil como o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, durante os 10 últimos anos (CARNEIRO et al., 2015). De acordo com os autores, tal marco está relacionado, dentre outros fatores, à produção de transgênicos, em especial a soja, cuja produção amplia o consumo de glifosato. O Brasil hoje é o segundo maior produtor mundial de transgênicos, com uma área total de 49,1 milhões de hectares (Anexo I). Esse lugar no ranking da agricultura envenenada à escala global deve-se, em parte, à liberação da produção, distribuição, comercialização e plantio dos OGMs. Essa ausência de restrições para os OGMs na agricultura nacional transgride o princípio constitucional da precaução, conforme Artigo 225 da Constituição Federal, referente ao Meio Ambiente, a partir do qual:

[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 2012; CIGNACHI, 2015).

Os problemas relacionados ao uso de alimentos produzidos a partir de sementes transgênicas vão desde problemas para a saúde humana, até questões ambientais e econômicas, conforme apresentaremos mais pormenorizadamente ao longo de nosso texto.

Neste cenário, o pequeno agricultor vê-se numa trincheira diária de luta, persistindo em suas práticas agroecológicas, representando, com a proteção das sementes crioulas, um movimento de resistência frente à ameaça das sementes transgênicas do agronegócio. Neste trabalho refletimos sobre a forma, os limites e as possibilidades que os Bancos de Sementes Comunitários (BSCs), junto às outras tecnologias sociais advindas da agroecologia, estão construindo alternativas concretas ao paradigma produtivista da agricultura capitalista.

A realidade agrária brasileira, subsumida à mundialização da agricultura, e que dá suporte a este nível de influência dos grupos corporativos transnacionais de transgênicos no território nacional, como Monsanto, Dow AgroSciences, DuPont, Basf, Bayer e Syngenta,

contando com a participação direta de órgãos federais, inclusive em parceria no desenvolvimento de novas sementes, como no caso da Embrapa que, junto com a Basf, trabalha no desenvolvimento de nova cultivar de soja.

Um dos resultados dessa forma de desenvolvimento para o campo no país é a proliferação de diversas monoculturas, com a produção voltada principalmente para a exportação. Além do processo de esgotamento e destruição da natureza e a as diferentes formas de expropriação e 'saqueio' de povos tradicionais e camponeses, as consequências sociais do modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista e convencional no espaço agrário brasileiro, incide diretamente na qualidade da alimentação humana. Todavia, também são diversas as formas e os grupos que constroem práticas concretas de resistência, tanto à degradação da natureza e da vida, como à despossessão dos seus territórios e formas tradicionais de trabalho na terra. Um desses grupos que resistem na terra de maneira coletiva organizada e que tem entre seus objetivos garantir a soberania alimentar é o Polo da Borborema.

O Polo⁶ se apresenta como base política do movimento agroecológico no Agreste Paraibano. A sua organização em sindicatos, facilita o desenvolvimento de um programa de formação agroecológica de agricultores e agricultoras, assessorado pela Assessoria e Serviços a Projetos em Tecnologias Alternativas (AS-PTA)⁷ desde o seu surgimento (BASTOS, 2010). As práticas agroecológicas desenvolvidas pelas trabalhadoras e trabalhadores do Polo são estratégias de Convivência com o Semiárido. Dentre elas, destacamos por interesse de pesquisa, o resgate e manutenção de sementes crioulas, conhecidas no estado da Paraíba como “Sementes da Paixão”.

⁶ Diversas organizações do campo, movimentos sociais e grupos representantes da sociedade civil têm se organizado no sentido de reivindicar melhores condições para a produção de alimentos e uma ampliação dos meios para Convivência com o Semiárido, seja através de projetos de captação e armazenamento de água, ou resgate, manutenção e manejo de sementes crioulas, a partir dos conhecimentos tradicionais. Este modelo de articulação tem significado, além de uma estratégia importante para a permanência no campo, também um instrumento de proposição afirmativa para a criação de políticas públicas, como é a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), que foi instituída por meio do Decreto Presidencial nº 7.794, de agosto de 2012, assinado pela Presidenta Dilma Rousseff.

⁷ A AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, formada em 1983 e que atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil, em diversos estados. A AS-PTA tem viabilizado ações articuladas de organizações e movimentos sociais para influenciar na elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas. (AS-PTA, 2014).

Nossa reflexão e análise partem da compreensão do Polo como um agente importante na luta contra o avanço do agronegócio no campo, como catalisador sem precedentes do monopólio das sementes transgênicas⁸. Estamos diante de uma das dimensões concretas e muito atuais da questão agrária paraibana que mantém inalteradas as suas características históricas: alta concentração fundiária, intensa exploração do trabalho e predomínio da produção para exportação.

No estado da Paraíba, a luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, que passaram a se organizar em sindicatos a partir da década de 1960, teve forte influência das Ligas Camponesas e da Igreja Católica, através da participação efetiva de bispos e padres, além de agentes pastorais locais. Após o golpe militar de 1964, o sindicalismo rural na Paraíba passou a ter influência direta do Estado, o que resultou no arrefecimento das lutas por direitos trabalhistas, no enfraquecimento do caráter democrático dos sindicatos e uma burocratização e elitização do movimento sindical (BASTOS, 2010). Esta postura influenciou no surgimento de uma oposição sindical, já nos anos 1980, provocando sua renovação; vários sindicatos que hoje fazem parte do Polo participaram desse movimento, o que teve como consequência o surgimento do Polo da Borborema, no ano de 1993.

Nosso interesse por esta temática de pesquisa, o que possibilitou nossa aproximação ao trabalho realizado no Polo da Borborema, é fruto de pesquisas anteriores e momentos de debate realizados com membros do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT/PB) em torno dos temas: campesinato e trabalho no campo, agroecologia e soberania alimentar, geografia e gênero e avanço do agronegócio das sementes transgênicas. Especificamente, chamou nossa atenção para este debate a pesquisa de mestrado intitulada “Produção de Agrodiesel na Paraíba: avanço do agronegócio das oleaginosas, movimentos sociais e Soberania Alimentar” de autoria de Thiago Leite Brandão de Queiroz, sob orientação da professora Dra. María Franco García, coordenadora do CEGeT-PB. Nela, o autor apresenta e problematiza as contradições em torno da produção de agrocombustíveis em pequenas

⁸ Não é raro no Brasil uma postura do aparelho do Estado como facilitador do avanço das mesmas no campo. Como o caso ocorrido no ano de 2013, em que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), órgão até então vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, autorizou a liberação do milho NK 603, da empresa Monsanto, e considerado cancerígeno por estudo apresentado por cientistas franceses (IDEC, 2013). Este e outros casos evidenciam o perfil atual do agronegócio no Brasil, em que os interesses das grandes empresas mantêm grande influência sobre os órgãos públicos do setor agropecuário, ciência e tecnologia. Além do grande reforço ideológico que pauta o discurso de modernidade dos meios de comunicação, em favorecimento das grandes empresas do setor.

propriedades de base familiar no estado da Paraíba, por incentivo governamental, e o processo de substituição da produção de alimentos, onde o conceito de soberania alimentar é o principal paradigma do debate. O primado da produção de alimentos por parte da agricultura camponesa, conforme apresentado na dissertação mencionada, vem ao encontro da temática que discutimos em nosso trabalho.

Outro momento importante para a definição do objetivo deste trabalho foi o trabalho de campo realizado em agosto de 2014, nos municípios de Alagoa Nova e Queimadas, quando tivemos o nosso primeiro contato com o trabalho do Polo. Nessa oportunidade, foram entrevistados: o presidente do Polo, Sr. Manoel Antônio de Oliveira (Seu Nequinho); o fundador do primeiro BSC da Paraíba, o Sr. José de Oliveira Luna (Seu Zé Pequeno); a Sra. Severina Pereira da Silva (Silvinha), agricultora e fundadora do BSC do município de Queimadas e representante do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STR) do município e; o representante técnico da AS-PTA, o Sr. Emanuel Dias. A partir desta experiência, buscamos avançar no estudo das práticas agroecológicas adotadas pelo Polo da Borborema, então perguntamo-nos como essas práticas se configuram como estratégias de Convivência com o Semiárido e qual é sua importância no processo de formação e transformação do espaço agrário da Paraíba, a partir da rejeição do uso de sementes transgênicas pelas famílias agricultoras que formam parte e a manutenção comunitária e ampliação da diversidade de sementes da paixão.

A experiência de resgate e incentivo às práticas agroecológicas atrela-se à luta das mulheres trabalhadoras rurais por igualdade de oportunidades, liberdade e poder de decisão. Por isso, no decorrer do trabalho as mulheres do Polo se fazem presentes, como: trabalhadoras que guardam sementes e lutam pela soberania alimentar desde seus espaços de reprodução camponesa e; como mulheres, que participam de forma permanente, diferente e muitas vezes desigual do desenvolvimento da vida no Semiárido paraibano.

A metodologia de pesquisa tem por base a produção do território e do espaço sob os ditames de uma lógica contraditória, fruto da luta de classes que surge no processo de produção e reprodução dos meios necessários à existência das realidades sociais. Partimos do princípio de que o processo ininterrupto e contraditório do desenvolvimento das forças produtivas é refletido na conformação histórica expressa no espaço e no território, enquanto dimensões da realidade. Temos o objetivo de apreender a dinâmica social, econômica e

política do Polo da Borborema, bem como os aspectos que apontam suas estratégias de resistência e espacialização.

A dinâmica organizacional específica que esta pesquisa apresenta reflete também um espaço fruto de relações sociais que se contrapõem. Projeta-se, então, a importância do conceito de território para a análise aqui apresentada, embora não haja exatamente um consenso quanto à sua definição. Para Souza (2012), “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p. 96). A agricultura camponesa, aqui representada pelas trabalhadoras e trabalhadores do Polo da Borborema, e o agronegócio, aqui especificamente representado pelas grandes empresas que produzem sementes transgênicas, produzem distintos territórios no espaço agrário paraibano.

Ao privilegiar a compreensão de como o espaço está organizado, Lefebvre (2008) atenta não para o espaço em si, mas sim, para o processo de produção do mesmo. Uma vez que o espaço não se apresenta como uma forma pura, o autor afirma que:

O método para abordar os problemas do espaço não pode consistir unicamente num método formal, lógica ou logística; analisando as contradições do espaço na sociedade e na prática social, ele deve e pode ser, também, um *método dialético*. (p. 14).

O sujeito específico de pesquisa são as mulheres agricultoras do Polo, e o seu papel enquanto guardiãs das Sementes da Paixão. Interessa-nos investigar a organização das camponesas do Polo, enquanto guardiãs das Sementes da Paixão, a partir das práticas agroecológicas, no tocante ao resgate e manutenção da agrobiodiversidade. Consideramos de suma importância apreender a estratégia agroecológica de preservação das sementes da paixão, adotada pelo Polo, frente ao avanço do agronegócio das sementes geneticamente modificadas.

Para nos ajudar no debate em torno da temática que vincula a luta das mulheres rurais por equidade de direitos e a crítica ao avanço do agronegócio sobre o mundo camponês, a partir da imposição do uso de insumos, como as sementes transgênicas e as consequências disto na destruição dos recursos naturais, trazemos ao nosso estudo uma breve aproximação das propostas do ecofeminismo e do ambientalismo feminista.

O ecofeminismo surgiu da literatura feminista da década de 1970, quando ocorreram as primeiras junções entre o feminismo e a ecologia (CARCAÑO VALENCIA, 2008). Segundo Aguayo e Hinrichs (2015), trata-se de um feminismo que revalorizaria espaços

femininos tradicionais do mundo camponês: o preparo de alimentos, o manejo de plantas medicinais e o cuidado com as sementes como espaços de poder estratégicos. Segundo as autoras, o ecofeminismo foca a sua análise na relação entre a situação das mulheres, o modelo econômico e o meio ambiente. Tal análise tende a promover a reflexão a partir do enfoque de gênero e do feminismo sobre a degradação ambiental e também quanto à economia familiar camponesa.

Bina Agarwal sugere um marco alternativo ao qual chama de ambientalismo feminista (CARCAÑO VALENCIA, 2004). De acordo com o ambientalismo feminista, a relação das mulheres e dos homens com o meio ambiente está pautada pelas suas realidades materiais, e a partir de suas formas específicas de interagir com a natureza. Em que pese às diferenças de abordagens entre as perspectivas do ecofeminismo e do ambientalismo feminista, trazemos para este trabalho algumas das contribuições teóricas de ambas para o debate sobre as mulheres camponesas. A organização e o processo de construção política de nosso sujeito de pesquisa, as mulheres do Polo, ganham papel central no debate que envolve a adoção de práticas agroecológicas (MARONHAS; SCHOTTZ; CARDOSO, 2014). Dentre estas práticas agroecológicas, priorizamos o resgate e manutenção das sementes da paixão, uma vez que a ameaça à biodiversidade representada pelas sementes encontra-se globalmente sob ameaça do avanço do agronegócio de sementes transgênicas.

O uso das biotecnologias⁹ no campo, aqui especificamente a transgenia, bem como a tensão proveniente do enfrentamento desta realidade por camponesas e camponeses e suas práticas provindas de conhecimentos tradicionais, representados aqui pela prática da agroecologia, conforme é aplicada pelo Polo da Borborema, requer uma análise transdisciplinar, que parta da própria “transdisciplinaridade” da Geografia, mas que considera a contribuição de disciplinas e campo de estudos diversos, dentre outras, a Ciência Política, a Sociologia, a Biologia, a Engenharia Genética e os Estudos de Gênero. As disciplinas aqui consultadas refletem a dimensão, o alcance que a temática da presente dissertação busca abarcar, denotando uma fundamental visibilidade que suscite questionamentos e reflexões a

⁹ “A biotecnologia pode ser definida como um conjunto de técnicas de manipulação de seres vivos ou parte destes para fins econômicos. Esse conceito amplo inclui técnicas que são utilizadas em grande escala na agricultura desde o início do século XX, como a cultura de tecidos, a fixação biológica de nitrogênio e o controle biológico de pragas. Mas o conceito inclui também técnicas modernas de modificação direta do DNA de uma planta ou de um organismo vivo qualquer, de forma a alterar precisamente as características desse organismo ou introduzir novas.” (SILVEIRA; BORGES; BUAINAIN, 2005, p. 101).

respeito de questões que afetam toda a sociedade, de cunho social, político, ambiental e econômico.

Para podermos sistematizar as diversas contribuições científicas para o desenvolvimento deste trabalho, fizemos uso de alguns procedimentos e técnicas de pesquisa, todos pautados na metodologia qualitativa, a saber:

1 - Levantamento bibliográfico e documental: A pesquisa bibliográfica aqui utilizada levou em consideração, para além do arcabouço teórico oferecido pela Geografia, em especial a Geografia de Gênero, a necessidade de lançarmo-nos pelo estudo de outras ciências, como a Agronomia, a Sociologia, o Direito e a Economia. Foi de grande ajuda também a utilização de meios eletrônicos para a pesquisa, entre sites oficiais de organizações, como a AS-PTA e a ASA Paraíba, além de jornais de grande circulação e revistas científicas. A escolha pela abordagem de gênero faz-se necessária pelo fato de a grande maioria dos estudos de geografia agrária e sobre o campesinato ser feita a partir de um ponto de vista homogeneizante dos gêneros, desconsiderando as idiosincrasias da vivência das mulheres agricultoras, ignorando os conflitos existentes nas relações de gênero.

2 - Pesquisa de campo: Desde a elaboração do projeto de pesquisa de mestrado (2014), foram realizados diversos trabalhos de campo, visando conhecer as experiências organizativas de trabalhadoras e trabalhadores do Polo da Borborema, seja a partir de visitas em que foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com a participação, junto aos trabalhadores do Polo, em eventos como a VI Festa Estadual das Sementes da Paixão (2015) e a VII Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (2016).

O sujeito coletivo de pesquisa, o Polo da Borborema, e o enfoque de gênero a partir da atuação das mulheres do Polo, nos leva a uma necessidade de reflexão mais profunda quanto à escolha do recorte de pesquisa, e ao organizarmos os trabalhos de campo, no sentido de sermos coerentes com os fenômenos que desejamos apresentar. Em nossa pesquisa abordamos não só a realidade compreendida pelas trabalhadoras e trabalhadores vinculados ao Polo, mas esta singularidade inserida na complexidade da agricultura mundializada. Concordamos com Serpa (2006), ao afirmar que o objetivo maior de se estabelecer um recorte geográfico é fornecer “visibilidade aquilo que se deseja pesquisar e analisar, [...] não há hierarquia entre os diferentes recortes espaciais possíveis, nem recorte mais ou menos válido para a pesquisa e o trabalho de campo em Geografia” (SERPA, 2006, p. 12).

Segundo Lacoste (1997), “a ‘realidade’ aparece diferente segundo a escala das cartas, segundo os níveis de análise.” Nossa escolha por analisar a questão de gênero a partir das estratégias agroecológicas de luta por soberania alimentar no Polo da Borborema, reflete tanto uma particularidade local, muitas vezes – e nem sempre acidentalmente – silenciada dos levantamentos oficiais, quanto um “multiescalar” quadro mundial de agudização do avanço do agronegócio das sementes transgênicas. Os fenômenos alçados pela resistência camponesa necessitam de uma apreensão que considere as particularidades dos modos de vida e trabalho das mulheres e homens que representam nosso sujeito coletivo de pesquisa. Para o autor:

[...] certos fenômenos não podem ser apreendidos se não considerarmos extensões grandes, enquanto outros, de natureza bem diversa, só podem ser captados por observações muito precisas sobre superfícies bem reduzidas, resulta daí que a operação intelectual, que é a mudança de escala, transforma, e às vezes de forma radical, a problemática que se pode estabelecer e os raciocínios que se possa formar. A mudança da escala corresponde a uma mudança do nível da conceituação.” (p. 77).

Nas entrevistas realizadas com as mulheres do Polo buscamos privilegiar o relato de suas histórias de vida junto à organização sindical. Consideramos importante valorizar seus entendimentos de suas trajetórias organizativas atreladas às suas realidades pessoais. De acordo com Thompson (1992):

O argumento em favor de uma entrevista completamente livre em seu fluir fica mais forte quando seu principal objetivo não é a busca de informações ou evidência que valham por si mesmas, mas sim fazer um registro “subjetivo” de como um homem, ou uma mulher, olha para trás e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes. Exatamente o modo como fala sobre ela, como a ordena, a que dá destaque, o que deixa de lado, as palavras que escolhe, é que são importantes para a compreensão de qualquer entrevista; mas para esse fim, essas coisas se tornam o texto fundamental a ser estudado. Assim, quanto menos seu testemunho seja moldado pelas perguntas do entrevistador, melhor. (p. 258).

Quanto à importância dos relatos obtidos em campo, para além de um número determinado de questionários a serem aplicados, um número que certamente estaria distante das possibilidades desta pesquisa de mestrado, privilegiamos a História Oral como técnica de pesquisa mais adequada, e para a realização das entrevistas, utilizamo-nos de gravador de som, que usamos também durante os eventos realizados pelo Polo da Borborema dos quais participamos.

Uma das “bagagens” que levamos ao trabalho de campo, juntamente a uma teoria que não nos “aprisionasse” foi a busca pela melhor forma de apreender a realidade que desejamos pesquisar. Sobre isto, nos auxilia Marcos (2006), ao afirmar que:

[...] conceito mesmo de objetividade e rigor científicos devem ser redefinidos e aperfeiçoados. Diante de uma realidade marcada por relações de dominação e de privilégio entre pessoas e grupos sociais, objetividade não pode mais ser sinônimo de descomprometimento e de imparcialidade, sob pena de se transformar em cinismo e insensibilidade. Diante da oposição entre dominantes e dominados, ser objetivo significa reconhecer e analisar este enfrentamento inscrito na realidade e colocar-se a serviço da superação das estruturas que mantêm ou reforçam o autoritarismo e a desigualdade. (p. 113).

Consideramos fundamentais, na realização de todos os trabalhos de campo de nossa pesquisa, o respeito e a necessidade de apreensão do particular modo de vida camponês, a partir de sua forma de entender o espaço que ocupa e transforma, transformando-se a si mesmo.

3 – Levantamento de dados secundários: Foi utilizado material disponibilizado online pelo IBGE e pela AESA. Também foi utilizado conteúdo disponibilizado pelo Polo da Borborema e pela AS-PTA, a fim de uma mais próxima atualização do cotidiano e organização de trabalhadoras e trabalhadores vinculados às instituições mencionadas.

Esse caminho teórico metodológico levou-nos a redação final da pesquisa em dois capítulos, além desta introdução e considerações finais.

No Capítulo 1 buscamos mostrar os principais aspectos socioambientais da região onde se localiza a área de atuação do Polo da Borborema, bem como sua organização territorial. Apresentamos também o surgimento do Polo e trazemos ao debate, a partir do participação das mulheres do Polo, a importância do debate de gênero para o desenvolvimento de ações transformadoras no campo.

A necessidade de serem construídas relações de gênero igualitárias se impõe pelo fato de a proposta de desenvolvimento do campo baseada na agroecologia compreender uma dimensão comunitária e de valorização dos conhecimentos tradicionais camponeses (SERRANO, 2015). Uma organização comunitária que vise à reprodução e à emancipação camponesa não pode prescindir, portanto, de um caminho de reconhecimento e valorização de parte deste coletivo, representada pelas mulheres do Polo.

No Capítulo 2 pautamos nossa discussão no embate entre a produção agroecológica de alimentos e o agronegócio das sementes transgênicas, a situação na área de abrangência do Polo e a posição do Brasil na agricultura mundial, quanto aos transgênicos. Abordamos também a importância histórica da América Latina, tanto quanto à difusão da transgenia para o mundo, a partir do continente, bem como quanto à resistência camponesa existente.

Finalmente, apresentamos nas considerações finais as reflexões e os novos questionamentos que nos têm permitido trilhar este estudo. Fazemos uma reflexão sobre a centralidade do trabalho e da questão agrária para a garantia da soberania alimentar; a importância do campesinato e o papel das mulheres camponesas e da agroecologia quanto ao resgate e manutenção das sementes crioulas, em defesa da agrobiodiversidade frente à mercantilização dos alimentos e da vida.

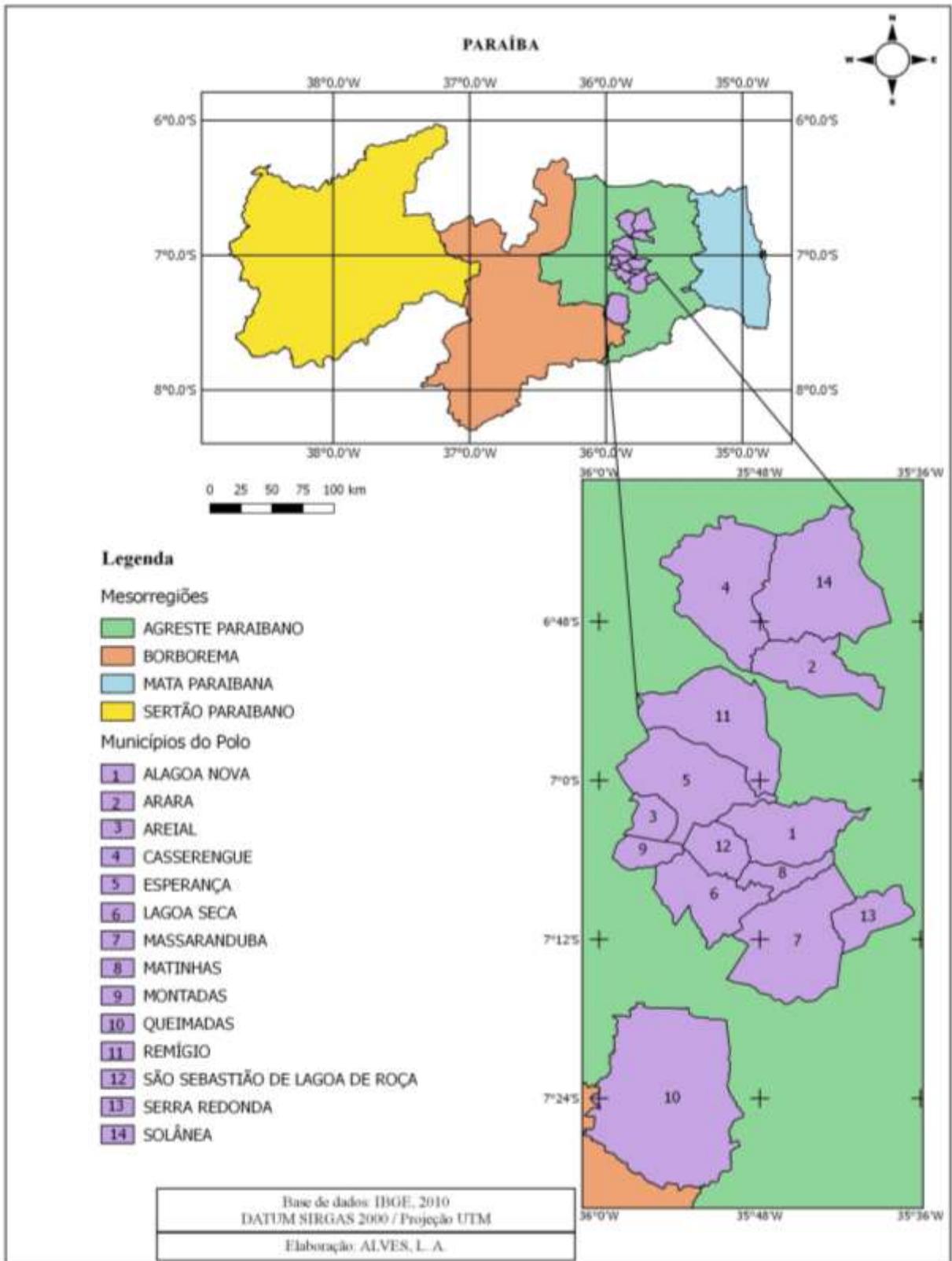
1. CAPÍTULO 1 – MULHERES E AGROECOLOGIA NO AGRESTE PARAIBANO: participação política e produtiva junto ao Polo da Borborema

A experiência de resgate e incentivo às práticas agroecológicas do Polo perpassa as peculiaridades da luta das mulheres rurais por igualdade. Portanto, neste capítulo apresentamos, tanto as características socioambientais do espaço agrário recorte de pesquisa, quanto os sujeitos que aí vivem, produzem uma agricultura diferenciada e apresentam um modelo de resistência camponesa que está para além de um simples modelo de agricultura. Isto pode ser observado no fato de que a organização das mulheres do Polo tem resultado, também, em transformações outras que as da produção agrícola, com influência na vida dessas mulheres e das suas famílias e entorno social.

1.1. O Polo da Borborema no Agreste paraibano: configuração socioespacial de uma organização sindical rural

O Polo da Borborema agrega 14 municípios do Agreste paraibano, organizados em STRs e cerca de 150 associações de base comunitária, envolvendo mais de cinco mil famílias. É nos STRs de Solânea, Casserengue, Arara, Remígio, Esperança, Areal, Montadas, São Sebastião de Lagoa de Roça, Alagoa Nova, Matinhas, Lagoa Seca, Serra Redonda, Massaranduba e Queimadas que o Polo organiza camponesas e camponeses para a prática de uma agricultura não transgênica e agroecológica. A localização dos municípios que compõem o Polo pode ser visualizada no Mapa 1.

Mapa 1: Localização dos municípios de abrangência do Polo Sindical da Borborema na Paraíba



A Mesorregião do Agreste Paraibano possui área de 13.020 km², correspondendo a 23,1 % do território do estado, onde está localizada uma população que apresenta densidade

demográfica de aproximadamente 93 hab/km² (IBGE, 2010). É considerada uma região de transição por localizar-se entre o litoral úmido e o interior semiárido, e em função disto, apresenta características ambientais peculiares e uma forte relação com o predomínio do sistema de policultivos associado com a pecuária. Nesta região se concentra a agricultura familiar paraibana, onde estão 49% dos estabelecimentos agrícolas desta categoria (ALMEIDA; CORDEIRO, 2002).

Os padrões pluviométricos que caracterizam esta região contribuem para a diversidade da paisagem. A média da precipitação, embora seja de 1.000 mm/ano na microrregião do Brejo, cai para 400 mm/ano na microrregião do Curimataú, distante 40 km, favorecendo a grande variedade de sistemas agrícolas, principalmente de policultivo, dada vegetação rica em diversidade, de transição entre a Mata Atlântica e a Caatinga. Os solos predominantes, bruno não cálcicos, apresentam fertilidade média limitada nas áreas de baixa pluviosidade.

Os municípios que compõem o Polo da Borborema estão localizados na unidade geomorfológica do Planalto da Borborema, e estão distribuídos por cinco microrregiões, a saber: Curimataú Ocidental (Remígio), Curimataú Oriental (Solânea, Casserengue e Arara), Brejo Paraibano (Alagoa Nova e Matinhas), Campina Grande (Lagoa Seca, Massaranduba, Serra Redonda e Queimadas), Esperança (Esperança, São Sebastião de Lagoa de Roça, Montadas e Areal), conforme mapa (Anexo II).

O Polo da Borborema surgiu no início dos anos 1990 a partir da iniciativa de três STRs dos municípios de Solânea, Lagoa Seca e Remígio. O propósito foi buscar estratégias inovadoras de intervenção que dialogassem com a realidade da agricultura familiar do Agreste paraibano (SILVEIRA et al., 2007). A iniciativa tinha o objetivo também de reforçar a então enfraquecida pauta das lutas sindicais, se adequando e aproximando ainda mais da realidade camponesa, às idiossincrasias de uma agricultura tão diversificada nessa região do estado. Como nos informam os autores, com essa meta a partir de 1993 o Polo estabeleceu parceria com a AS-PTA:

[...] num esforço combinado de produção de conhecimentos sobre a realidade da agricultura familiar e de mobilização de suas bases sociais, por meio de processos coletivos de experimentação e inovações técnicas e político organizativas, com vistas à promoção do desenvolvimento local em bases agroecológicas. (p. 11).

A partir da formação desta parceria, os agricultores do Polo, junto aos técnicos da AS-PTA, realizaram diagnósticos rápidos e participativos (DRPs)¹⁰, no intuito de se estabelecer planos de ação que atendessem às necessidades diversas dos agroecossistemas nos municípios. Os DRPs realizados visavam dar início ao conhecimento pormenorizado da agricultura familiar camponesa do Polo, em função de demandas específicas, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1: Diagnósticos realizados no Polo da Borborema

ANO	DIAGNÓSTICOS
1993	DRPA ¹¹ Solânea e Remígio
1994	Diagnóstico ambiental
1995	DRP Criação animal
1996	DRP da Diversidade de feijões DRP de Lagoa Seca
1997	DRP da Gestão Fertilidade
1998	DRP Plantas Nativas
1999	DRP Circuitos comerciais da batata DRP Recursos Hídricos DRP Plantas Nativas
2002	DRP Frutas nativas DRP Uso de Agrotóxicos em Lagoa Seca DRP Empoderamento dos mais pobres

¹⁰ O Diagnóstico Rápido/Rural Participativo (DRP) tem origem nos trabalhos de Robert Chambers, nos EUA. A metodologia preconiza, além da maior rapidez na obtenção dos dados importantes para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, de populações rurais, a participação ativa dos beneficiários envolvidos no processo e uma multidisciplinaridade técnica. O DRP tem sido utilizado por diversas entidades e organizações em processos de diagnóstico e planejamento rural. Ganhou destaque, entretanto, com o advento da luta pela terra e o surgimento de uma infinidade de assentamentos rurais no Brasil, nos quais a metodologia se tornou quase que de utilização obrigatória para o diagnóstico e planejamento socioeconômico. (SOUZA, 2009, p. 35).

¹¹ O Diagnóstico Rápido e Participativo de Agroecossistemas (DRPA), conforme utilizada e adaptada pela AS-PTA, é um “processo que busca compreender as realidades ambiental, econômica, social e cultural dos agricultores” (WEID, 2001 *apud* CAMPOLIN; FEIDEN, 2011, p. 9). Segundo os autores, não é necessário conhecer profundamente a realidade da comunidade de uma única vez, entretanto, aproximações sucessivas vão sendo realizadas a partir de diagnósticos mais específicos, que por sua vez vão sendo aprofundados ao longo do tempo. A metodologia prioriza a participação para ampliar a capacidade dos agricultores em dominar todas as etapas do processo de desenvolvimento, no intuito de se compreender a sua realidade imediata.

2003	DRP Criação de aves
2004	DRP Mercados e feiras livres DRP Ambiental do Polo da Borborema DRP sobre políticas públicas
2005	DRP Ambiental do Polo da Borborema
2007	Estudos de monitoramento econômico
2008	Estudo sobre a desigualdade de gênero

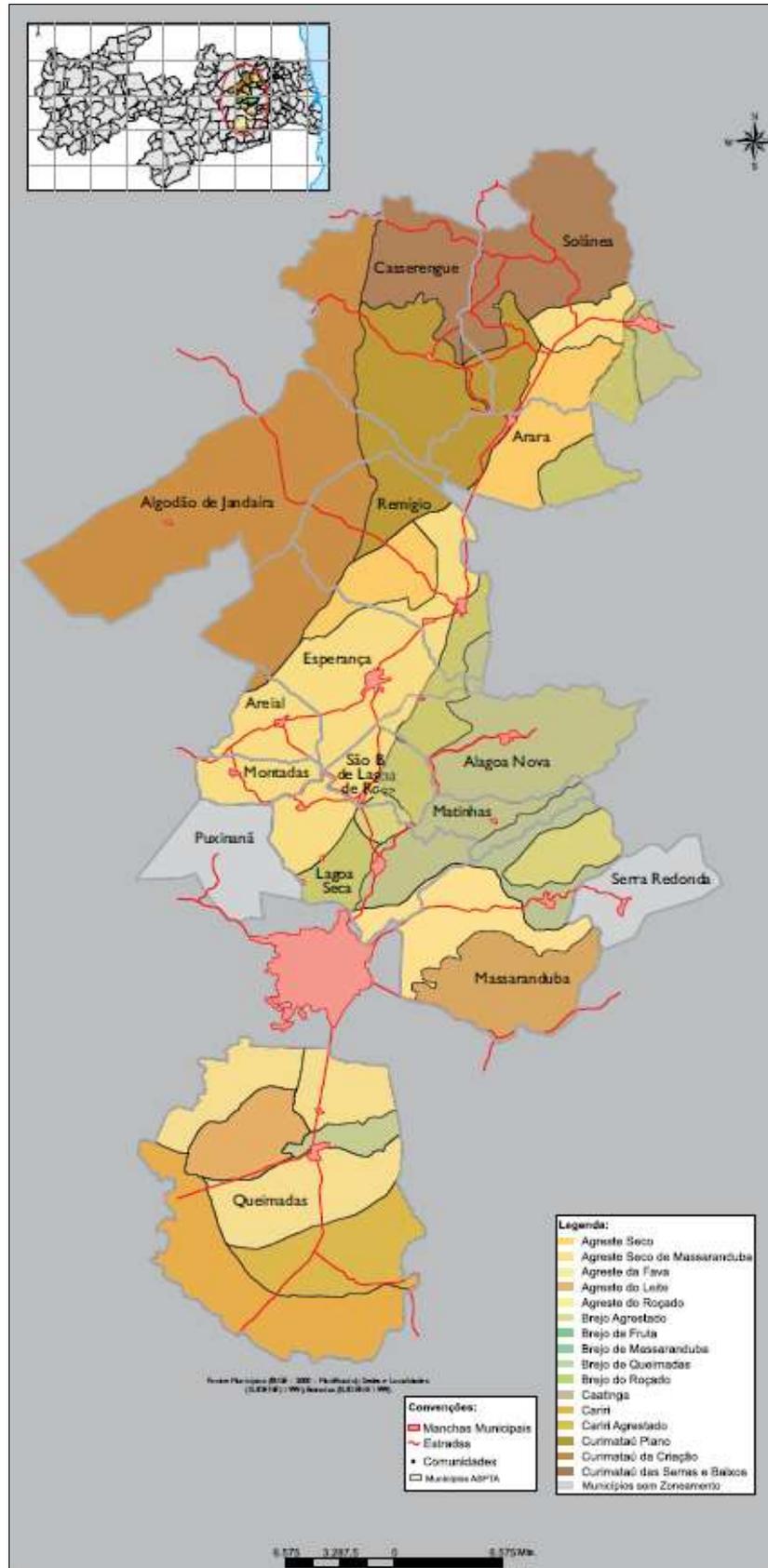
Fonte: (SILVEIRA, FREIRE e DINIZ, 2010).

De acordo com Sabourin (2001), o método adotado pela AS-PTA em conjunto com o Polo, ao desenvolver os DRPs, visava analisar o papel dos agricultores e agricultoras e suas organizações como produtores e vetores de inovação. O método se mostra eficaz muito em função desta característica: de dar voz aos próprios agricultores no tocante à forma como lida com a terra. Quanto a esta construção coletiva de trajetórias de desenvolvimento local desenvolvida na região, o autor afirma que:

A reconstituição da história agrária pelo estudo de trajetórias de desenvolvimento local foi utilizada na região do Agreste paraibano para identificar a evolução dos processos de inovação entre os agricultores familiares, nos últimos 70 anos. [...] O método foi retomado pela AS-PTA nas sessões de formação de agricultores das organizações locais (sindicatos de trabalhadores rurais, associações, bancos de sementes) dedicados à história do desenvolvimento rural regional. (p. 40).

A partir dos resultados dos DRPs, o Polo da Borborema pode apresentar um mapa descritivo apresentando subdivisões nas regiões dos municípios, revelando características de maior detalhamento das peculiaridades ambientais, conforme pode ser observado no Mapa 2.

Mapa 2: Zoneamento ambiental da área de abrangência do Polo da Borborema



Fonte: SILVEIRA, FREIRE e DINIZ, 2010.

De acordo com a divisão geoeconômica estabelecida a partir do DRP dos municípios que compõem o Polo da Borborema, destacamos algumas das principais produções e algumas características da região. As zonas ambientais que destacamos são: Brejo das Frutas, Brejo do Roçado, Agreste Seco, Agreste do Roçado, Curimataú Plano, Curimataú das Serras e Baixios.

Quadro 2: Divisão geoeconômica, características físicas e principais atividades produtivas da região do Polo

Regiões	Municípios	Características principais e diversidade
Brejo das Frutas	Alagoa Nova, Solânea, Remígio, Lagoa Seca, Matinhas e Massaranduba.	<ul style="list-style-type: none"> • Pode ser subdividido em Brejo da Banana (predominante) e Brejo da Laranja (Matinhas, Lagoa Seca e Alagoa Nova). Grande diversidade de frutas, como: jaca, manga, caju, macaíba, acerola, coco, jabuticaba, cajá, entre outras. • Relevo bem acidentado, com altitudes entre 300 e 1.000 metros.
Brejo do Roçado	Solânea, Arara, Remígio, Alagoa Nova, São S. de Lagoa de Roça, Massaranduba, Lagoa Seca e Matinhas.	<ul style="list-style-type: none"> • Solos mais arenosos e rasos, pouca matéria orgânica. • Agricultura diversificada, com roçados de feijão, milho, mandioca, macaxeira, jerimum, melancia, batata inglesa, amendoim e batata-doce, além de produção de frutas (manga, banana, laranja, jabuticaba, coco, entre outras). • Criação de animais, como: gado, cabras, ovelhas, galinhas e porcos. • Produção familiar de hortaliças. • Carência nutricional do solo – uso de adubo. • Relevo acidentado.
Agreste Seco	Arara, Remígio e Esperança.	<ul style="list-style-type: none"> • Região ainda ocupada por fazendas e/ou mata formada por faxeiro, amorosa, jurema, marmeleiro, mororó, aroeira, imburana, ubaia, maniçoba e umbu. • Nas encostas, encontra-se campo de palma. • Na chã e nos baixios, roçados de milho, feijão macassa e fava. Nos baixios, algumas frutas como banana e coco.

Microrregião do Curimataú	<ul style="list-style-type: none"> • Curimataú Plano: Casserengue, Remígio. • Curimataú das Serras e Baixios: Casserengue e Solânea. 	<ul style="list-style-type: none"> • Curimataú Plano – mais produtivo. Todos os tipos de feijão e milho. Palma forrageira nas áreas de barro. • Curimataú das Serras e Baixios – criação de animais e exploração de lenha. • Nas baixadas, cultivados feijão de arranque, macassar, fava, milho e palma.
---------------------------	--	---

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração/adaptação: ALVES, L. A.



Figura 1 - Árvores Frutíferas no Brejo das Frutas.
Fotografia: ALVES, L. A. Trabalho de campo, Sítio Videll, Solânea, 06/07/16.

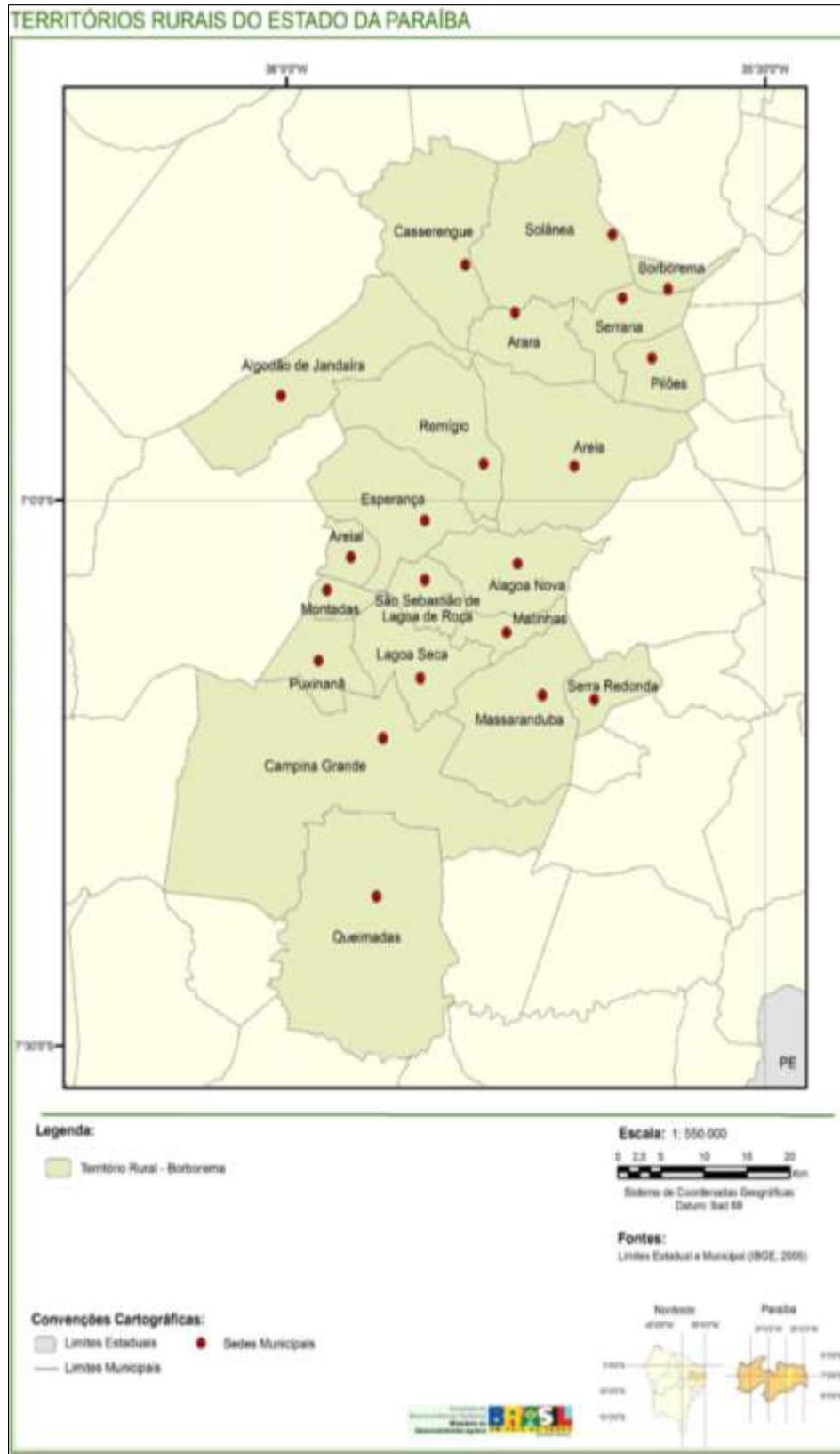


Figura 2: Relevo acidentado e agricultura familiar no Brejo
Fotografia: ALVES, L. A. Trabalho de campo, Sítio Videll, Solânea, 06/07/16.

Além do Polo, outros agentes atuam na área de influência da organização sindical, estabelecendo regionalizações outras, baseadas em princípios diferentes. É o caso dos Territórios Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em 2003, o então MDA implementou o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), cuja proposta visava promover o protagonismo dos atores sociais para a construção e governança do desenvolvimento de seus territórios (BRASIL, 2010a). No âmbito do PRONAT foram estabelecidos territórios rurais em cada estado do Brasil, a partir de critérios como menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária, maior organização social, dentre outros. O instrumento principal do PRONAT na gestão social do desenvolvimento territorial é o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), que expressa a síntese das decisões tomadas pelo conjunto de atores sociais vinculados à agricultura familiar local. No estado da Paraíba foram estabelecidos três territórios rurais: Território Rural da Zona da Mata Norte, Território Rural da Zona da Mata Sul e Território Rural da Borborema.

O Território Rural da Borborema abrange uma área de 3.341,7 km², constituído por 21 municípios, como pode ser observado no Mapa 3. Além dos 14 municípios cujos STRs compõem o Polo Sindical da Borborema, também fazem parte deste território os municípios de: Algodão de Jandaíra, Areia, Borborema, Campina Grande, Pilões, Puxinanã e Serraria.

Mapa 3: Território Rural da Borborema



Fonte: BRASIL, 2010a.

O Território da Borborema apresenta tipo climático AS' quente e úmido com chuvas de outono/inverno, com diminuição da precipitação no sentido do interior, atingindo médias na faixa de 800 a 1000 mm. Os solos são profundos e medianamente férteis e a hidrografia se caracteriza por pequenos e médios cursos d'água. A vazão desses cursos d'água é caracterizada por oscilações entre os períodos seco e chuvoso, e é classificada como semi-perene (BRASIL, 2010a). O período de estiagem vai de 5 a 6 meses, e as temperaturas oscilam entre 15 e 22°C. A umidade relativa do ar fica em torno de 80%.

A população do Território da Borborema, de acordo com o IBGE, corresponde a 651.841 habitantes, onde 503.653 residem em zona urbana e 148.188 na zona rural. No Quadro 3 apresentamos resultados do último Censo Demográfico dos municípios que compõem o Polo, com destaque para os municípios de Alagoa Nova, Casserengue, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, São Sebastião de Lagoa de Roça, uma vez que, nestes municípios, a população rural supera a população urbana.

Quadro 3: Área e população dos municípios do Polo da Borborema

Municípios	Área (Km ²)	População Residente (hab.)		
		Total	Urbana	Rural
Alagoa Nova	122,2	19.681	9.794	9.887
Arara	88,8	12.653	8.924	3.729
Areial	33,9	6.470	4.600	1.870
Casserengue	201,4	7.058	3.458	3.600
Esperança	165,2	31.095	21.631	9.464
Lagoa Seca	109,3	25.900	10.570	15.330
Massaranduba	205,9	12.902	4.484	8.418
Matinhas	38,1	4.321	682	3.639
Montadas	25,9	4.990	3.156	1.834
Queimadas	409,2	41.049	22.236	18.813
Remígio	178,1	17.581	12.953	4.628
São Sebastião de Lagoa de Roça	40,9	11.041	4.659	6.382
Serra Redonda	55,9	7.050	3.608	3.442

Solânea	265,9	26.693	19.332	7.361
Total	1940,7	228.484	130.087	98.397

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

Elaboração/adaptação: ALVES, L. A.

Existem, no Território da Borborema, 22.929 agricultores que desenvolvem produção de base familiar, 1.521 assentados e 515 famílias acampadas, na luta por regularização fundiária (BRASIL, 2010a). No Quadro 4 é apresentada a configuração fundiária no Território da Borborema.

Quadro 4: Estrutura Fundiária do Território da Borborema

Grupo de Área	Estabelecimentos Rurais		Área		Área Média (ha)
	Nº	%	ha	%	
Até 2,0 hectares	8.842	35,6	8.571	3,2	1,0
De 2,1 a 5,0 hectares	9.371	37,7	26.901	10,0	2,9
De 100,1 a 200,0 hectares	214	0,9	28.760	10,7	134,4
Mais de 200,0 hectares	254	1,0	116.733	43,6	459,6

Fonte: BRASIL, 2010a.

O êxito na implantação do Território Rural da Borborema (MDA) é fruto do histórico de organização em rede de atores sociais locais no fortalecimento da agricultura familiar na região, e o Polo tem papel fundamental desde a sua formação, no começo da década de 1990. Segundo Resumo Executivo do PTDRS:

Em 1994 houve uma luta dos/as agricultores por um espaço de comercialização na Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa) e em 1996 foram fortes as ações em prol da previdência rural. Soma-se a estes acontecimentos o desencadear de um processo de mobilização que se diferenciava das formas tradicionalmente utilizadas pelos sindicatos. Os sindicatos de trabalhadores rurais de Remígio e Solânea começaram a desenvolver uma nova forma de lutar pela valorização da agricultura familiar a partir de experiências concretas de desenvolvimento da agricultura familiar, o que fez com que se juntasse a eles o sindicato de Lagoa Seca. [...] No final da década de 1990 a agricultura familiar estava vivenciando um momento de crise com o agravamento do desmatamento, da erosão do desequilíbrio ambiental que trouxe sérias consequências sobre os recursos hídricos e a fertilidade do solo. Soma-se a estas questões a introdução dos agrotóxicos e os problemas que daí decorreram. Esta ambiência favoreceu a entrada do apoio governamental para a conformação do território de identidade em 2003 [...]. A entrada do apoio governamental em 2003 teve início com o financiamento dos primeiros projetos que para o território direcionaram-se a implantação de Viveiros de Mudas, Banco Mãe de Sementes e as Feiras Agroecológicas. (BRASIL, 2010a, p. 46).

Para entendermos melhor o processo de formação do espaço agrário do Polo, que está na raiz desta forma de organização camponesa, consideramos importante apresentar este processo a partir de breve análise histórica da Mesorregião do Agreste paraibano.

1.1.1. O processo de formação territorial do Polo da Borborema

O espaço é ao mesmo tempo produto e processo histórico, portanto sua análise tem a funcionalidade de auxiliar a compreensão dos processos sociais pelos quais o campo, e, mais especificamente, as trabalhadoras rurais vinculadas ao Polo da Borborema, vivenciam.

De acordo com Moreira e Targino (1997):

[...] as formas concretas assumidas pela passividade/luta dos trabalhadores, em diferentes momentos da história, têm sido de fundamental importância para o quadro em que se circunscreve a vida do trabalhador e as formas de ocupação e de organização do espaço.

Assume-se, portanto, que as condições de vida dos trabalhadores rurais estão vinculadas ao modo de estruturação e de organização do espaço agrário. Daí a importância de um estudo que procura desvendar a dinâmica organizacional desse espaço, enquanto subsídio para os movimentos que se integram na luta pela melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora. (p. 20).

A mesorregião do Agreste Paraibano, ao contrário da Zona da Mata, especializada em um único cultivo, sempre foi uma região de estrutura produtiva muito diversificada. No período áureo da atividade açucareira, determinou-se uma divisão espacial do trabalho, ou seja: “o Litoral especializou-se na produção do açúcar enquanto a lavoura alimentar e a pecuária passaram a ser produzidos no Sertão e no Agreste” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 79). Inicialmente, a atividade básica na Mesorregião do Agreste era a pecuária (SALES, 1982). De acordo com a autora:

Era então um sistema de pecuária extensiva que desde o início combinou-se com o cultivo de lavouras alimentares como meio de subsistência de seus moradores. Como fronteira agrícola por desbravar, o Agreste, nos primórdios de seu povoamento [...], foi também uma região procurada por agricultores independentes, que aos poucos formariam, ao lado da pecuária das grandes propriedades, uma atividade agrícola diversificada na produção de alimentos. O surto algodoeiro de meados do século XVII viria integrar esta região de forma direta no mercado externo, atingindo, este cultivo, grandes e pequenos produtores [...]. Com o crescimento da sociedade urbano-industrial e a conseqüente demanda por alimentos concentrada nos grandes centros urbanos, [...] esta região seria integrada ao mercado interno de alimentos. (p. 138).

Cabe destacar que a ocupação do Agreste também é consequência do surgimento de currais e pontos de pouso, para gado e vaqueiros “oriundos da região sertaneja quando dos longos percursos em direção ao Litoral.” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 80). As feiras de gado que então se desenvolveram, fizeram surgir algumas cidades, como Itabaiana e Campina Grande. O povoamento do Agreste também está relacionado a uma retração da economia açucareira, que resultou no movimento migratório do Litoral em direção ao Agreste da mão-de-obra até então empregada nos engenhos (MOREIRA, 1990). Esta nova população, então, passou a se dedicar ao cultivo de alimentos em pequenas propriedades, os sítios. “Estes, sujeitos à subdivisão por motivos de herança, se multiplicaram e deram origem à forma de organização do espaço agrário em pequenas propriedades - os minifúndios - que são ainda hoje, numericamente superiores na região.” (p. 13).

O Agreste resultou, então, numa região densamente povoada, e cuja estrutura agrária se estabelece sobre duas partes: as grandes e médias propriedades, voltadas para a pecuária ou a agricultura comercial, acompanhando o ciclo de variadas espécies, como o algodão, por mais de um século, até culturas de café, esta numa área menos abrangente. E também, conforme Sales (1982):

[...] numa extrema subdivisão da propriedade voltada principalmente para a produção alimentar, cujo cultivo é realizado não apenas pelos camponeses proprietários, como por aqueles que, por variadas formas de relações de trabalho como o morador, o parceiro, o rendeiro, estão vinculados às grandes e médias propriedades. (p. 139).

Há que se destacar a importância histórica do cultivo do algodão, principalmente o da espécie herbácea, para a economia e organização social agrestina. Além de sua contribuição na formação da receita do estado da Paraíba, o manejo desta fibra tem grande importância pelo fato dela poder ser cultivada em associação com lavouras alimentares. Segundo Moreira e Targino (1997):

O algodão merece uma atenção especial pelo importante papel desempenhado historicamente na organização econômico-social das Microrregiões agrestinas e sertanejas. Essa importância, [...] relaciona-se de um lado ao fato desse produto poder ser cultivado em associação com lavouras de curto ciclo e, de outro lado, por ele ser explorado em todos os padrões de propriedade e por produtores proprietários e não proprietários como os parceiros e arrendatários. Além disso, a cotonicultura se constitui numa atividade complementar da pecuária e contribui para a formação da renda familiar das camadas mais pobres da população, notadamente nos pequenos produtores rurais [...]. (p. 156).

Entre as décadas de 1970 e 1980, o sisal sofre um forte declínio na região, em função da concorrência para as fibras sintéticas, bem como pela proliferação da praga do bicudo (SILVA, 2013). O cultivo do sisal também apresentou significativa produtividade na região do Agreste Paraibano, entre os anos 1940 e 1970, mas teve sua comercialização afetada em função da concorrência com a fibra sintética.

Dentre as quatro Mesorregiões Paraibanas, o Agreste é aquela onde a pequena produção possui maior importância econômica e social, e isto tem influência no fato de que é onde se identifica as menores taxas de concentração fundiária do estado. “Com certeza, o peso da produção camponesa no contexto da organização do espaço agrestino foi um dos fatores responsáveis pelo adensamento populacional dessa região, em particular, na zona rural.” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 97).

Devemos destacar que a região especificamente ocupada pelo Polo da Borborema passou pelo processo de minifundização, que ainda ocorre, e que este processo fez com que o arredor de casa, rico em fertilidade e umidade, fosse gradativamente ocupado pelos roçados, e estes são espaços produtivos em geral coordenados por homens (FREIRE, 2015). O arredor de casa passou a ser disputado por diferentes interesses, o que veio a aumentar a “vulnerabilidade econômica e social das agricultoras, criando situações de extrema subordinação e pobreza das mulheres” (p. 7).

1.2. As mulheres do Polo da Borborema: uma aproximação ao debate de gênero

O modelo de agricultura capitalista tende a transformar vida em mercadorias, como é o caso das sementes agroalimentares. Esse fato tem consequências diretas sobre o acesso ou não aos alimentos, bem como nas possibilidades de escolha alimentar dos seres humanos. Ambos os rebatimentos justificam, desde a perspectiva das comunidades camponesas, à necessidade e urgência da ampliação de práticas agroecológicas, entre elas aquelas que resgatam e permitem a manutenção de sementes crioulas.

No estado da Paraíba, como mencionamos anteriormente, a participação, tomada de decisões, gestão e saber fazer das mulheres trabalhadoras rurais do Polo têm papel fundamental. Todavia, a dupla condição de subordinação a qual a mulher camponesa está submetida: a da agricultura familiar em relação à sociedade e a da mulher em relação ao homem, seja ele esposo, pai etc. – reflexo de uma sociedade em que as relações familiares patriarcais são predominantes (FERREIRA, 2009). Complementando esta reflexão, Serrano

(2015), afirma que: “a lógica de dominação sobre a natureza e seus recursos, de acordo com a qual se dá o desenvolvimento da agricultura moderna, é a mesma que estrutura as desigualdades entre os gêneros e a dominação dos homens sobre as mulheres.” (p. 46).

Mas como se dá a inserção das mulheres na agricultura familiar camponesa, e qual é a especificidade de sua relação com a natureza? Segundo Siliprandi (2009b), as desiguais relações de gênero no campo fazem com que as mulheres tenham acesso restrito aos recursos produtivos e bens simbólicos vinculados à agricultura familiar. No entanto, segundo a autora:

[...] o envolvimento das mulheres com os temas da reprodução e dos cuidados está atrelado às suas atribuições de gênero, embora elas mesmas estejam gestando propostas para quebrar com essa exclusividade. A valorização atribuída pelas mulheres a aspectos das relações entre os seres humanos e a natureza está vinculada com o fato de terem uma inserção determinada na estrutura produtiva, acompanhada da construção da sua subjetividade como *cuidadoras* das pessoas e dos demais seres, o que não acontece com os homens. (p. 149. Grifo da autora).

A sociedade que ainda hoje impõe às mulheres, de modo geral, uma condição de subordinação em relação aos valores patriarcais, no campo e na cidade, origina-se junto ao processo de formação da civilização, que ocorreu a partir da formação da família monogâmica, e tem como base o predomínio do homem. Segundo Engels (1984):

o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia [...] iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, e na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade (p. 70).

Em sua perspectiva histórica da família, o autor mostrou que “o governo do lar se transformou em *serviço privado*; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social. [...] A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher” (ENGELS, 1984, p. 80). A atualidade dessa teoria se deve à atual e necessária crítica da família patriarcal, amparada, por sua vez, pela lógica capitalista. De acordo com Carosio (2014):

Ao público-masculino corresponde o racional-abstrato-progressista; e ao privado-feminino corresponde o estado da natureza e irracionalidade. Por isso, o contrato sexual-social estabelece a supremacia masculina sobre todas

as coisas, ao mesmo tempo que desvaloriza o feminino e nega a interdependência dos âmbitos público e privado. (p. 12).

Em sua importante análise histórica da categoria gênero, Joan Scott (1990) define o termo como um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, onde ser homem ou ser mulher é fruto de um constructo social e histórico, rejeitando as justificativas de origem biológicas. Além disso, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. De acordo com Saffioti (1987), hoje em dia são vários os setores da vida cotidiana em que o predomínio do homem sobre a mulher se observa, e um setor de grande significância onde isto ocorre é a política. Ou seja, homens tomando exclusivamente as importantes decisões que afetam a vida de uma população, grupos de trabalhadoras e trabalhadores, e particularmente, a vida das mulheres. Como consequência disto, a tendência é que as políticas públicas, quando partem de um grupo no qual as mulheres não tenham participação efetiva, em geral não reflitam corretamente a realidade das mulheres, seu cotidiano e a sua participação na alimentação da família, no caso da agricultora familiar camponesa.

No tocante à importância da teoria feminista em nossa pesquisa, deve-se considerar a relevância da epistemologia feminista como base para o estudo da sociedade e como esta forma o seu espaço. A epistemologia feminista aponta a influência do gênero na formação do conhecimento e em que condições as pessoas experimentam o mundo, “como interagem com os outros e quais oportunidades ou privilégios são oferecidos e negados” (FRANCO GARCÍA, 2004, p. 35). As relações de poder que se estabelecem numa determinada formação social, como se posicionam homens e mulheres, formam um conjunto de questionamentos que norteiam os processos de produção de conhecimento. Segundo Franco García (2004),

Em linhas gerais, a tese central que compartilhamos com as autoras pioneiras da Geografia Feminista e/ou Geografia de Gênero é que homens e mulheres estão situados de modo diferente no mundo e a sua relação com os lugares onde desenvolvem as suas vidas (moram, trabalham e lutam) também é diferente. Tais diferenças são resultados do sistema de gênero contemporâneo, sistema de opressão-dominação que situa, na maior parte das vezes, a mulher em condições de submissão em diferentes espaços e tempos. (p. 36).

Sobre a diferença encarada pelas mulheres do Polo quanto ao valor atribuído ao seu trabalho nas atividades produtivas e reprodutivas, a agricultora e liderança sindical de Solânea, M. C., atenta para o fato de, apesar de esse trabalho ser de extrema importância para as famílias camponesas, ele ainda segue desvalorizado e invisibilizado. Conforme nos explica,

a partir da realidade das mulheres do Polo, quando questionada sobre o modo como se deu a aproximação das mulheres das atividades organizadas pelo Polo:

Então, na verdade, elas já tinham os trabalhos delas, em casa... e que ficava meio invisível, né? [...] Até nas sementes mesmo, que a gente trabalha com BSC, a maioria dos BSCs são gerenciados, organizados, lá nas comunidades, pelas mulheres. Então, a gente começa a trazer elas também pra participar do processo maior de formação, que é sair pra fora, fazer visita de intercâmbio, trocar o conhecimento umas das outras, e assim a gente começa a fazer. Mas aí, dentro desse espaço, a gente puxa as mulheres pra fazer. [...] Elas trocando os conhecimentos delas das plantas, trazendo o conhecimento delas. (Depoimento de M. C., em entrevista no dia 05/07/2016, no STR de Solânea).

Ainda que as mulheres sempre tenham participado, direta ou indiretamente, e mesmo em seu trabalho doméstico, da dinâmica camponesa de construção e fortalecimento da agricultura familiar do Polo, sua importante contribuição continuou, e apesar de alguns avanços neste sentido, continua silenciada, invisibilizada. Os relatos que coletamos em campo nos mostram diferentes expressões desta desqualificação de diversas capacidades das mulheres, tanto na organização familiar quanto institucional. Este quadro começa a se modificar a partir do enfoque de gênero na ação do Polo, conforme apresentaremos mais adiante.

Concordamos com Aguayo e Hinrichs (2015), ao afirmarem que a interação entre mulheres rurais, sementes, o manejo da terra e da água de forma a respeitar o tempo da natureza, tende a contribuir significativamente para desconstruir papéis sexuais tradicionais e desconstruir as ideias dominantes de desenvolvimento. A partir do espaço de atuação ensejado pela organização das mulheres do Polo, elas propõem as mudanças necessárias e que digam respeito às formas de organização do trabalho e da produção, e as consequências sobre suas vidas e da população rural em geral, e das mulheres de forma particular.

As reivindicações por igualdade e liberdade, por parte das mulheres do Polo, representam uma demanda de ordem mundial. Uma vez que as mulheres representam, pelo menos, a metade da mão-de-obra no campo, no mundo, é fundamental que a soberania alimentar que pauta a garantia da produção de alimentos saudáveis e autonomia camponesa inclua uma perspectiva feminista, ou está fadada ao fracasso (VIVAS, 2012). Este é o aspecto transgressor dos padrões de produção capitalista que visa à soberania alimentar ao não ultrapassar apenas este modelo agrícola, como o também o sistema patriarcal que subjuga as mulheres, principalmente nos países da periferia capitalista.

Embora as mulheres sempre estivessem presentes na luta camponesa, suas histórias permaneceram ocultas por muito tempo. No tocante ao “despertar coletivo” das mulheres do Polo da Borborema, muito bem nos lembra Serrano (2015), ao afirmar que:

Ao se contar a história do despertar coletivo das mulheres da Borborema, fala-se da história do campesinato na Paraíba. Destacam-se, nessa caminhada, trabalhadoras do campo que sempre lutaram por seus direitos, mulheres reconhecidas nacionalmente, como *Elizabeth Teixeira*, que assumiu a direção das Ligas Camponesas paraibanas, e *Margarida Maria Alves*, que deu sua vida na luta por direitos trabalhistas, educação e dignidade para as canavieiras e canavieiros do Brejo Paraibano. (p. 45).

Uma vez que a luta das mulheres rurais por direitos e igualdade apresente características específicas que mereçam a devida consideração, pela forma como estão organizadas suas vidas, concordamos com Aguayo e Hinrichs (2015), ao apontar a necessidade de um “feminismo camponês popular”. É interessante destacar que o feminismo, em sua expressão tradicional, ou mais conhecida, esteve sempre relacionado a uma espécie de reduto intelectual, acadêmico e/ou político/militante urbano. Isto representa um significativo contraste com a realidade da luta feminista das mulheres rurais, em que poucas delas conseguem frequentar um curso universitário, por exemplo. Isto nos faz refletir sobre a importância da construção de um “feminismo camponês popular”, construído pelas próprias camponesas e em perfeita harmonia com suas necessidades e lutas reais.

Na América Latina, a diferença de gênero em relação à propriedade da terra tem grande importância na análise da condição atual de subordinação de muitas mulheres. Segundo Deere e León (2003), isto se deve a cinco fatores:

Preferência dada aos homens na herança; privilégio masculino no casamento; viés masculino tanto nos programas comunitários como em programas estatais de distribuição de terras; e viés de gênero no mercado fundiário. Todavia, homens e mulheres tendem a adquirir terras de maneiras diferentes: a principal forma das mulheres se tornarem proprietárias é por herança, enquanto que o mercado fundiário é um meio de aquisição de terras relativamente mais importante para os homens. (p. 102).

É fundamental compreender o significado, para a vida dessas mulheres, do papel de subordinação a que estão submetidas em todas as atividades produtivas, principalmente no caso específico da agricultura familiar, em que, do acesso aos bens de produção depende a sobrevivência das pessoas, como afirma Siliprandi (2009a). De acordo com a autora, muitos são os estudos a respeito das desigualdades de gênero no meio rural que apontam que “elas não têm acesso à terra; quando têm, são pequenas parcelas, de pior qualidade; não têm acesso

aos meios de produção, insumos, crédito, tecnologia.” (p. 2008). Predomina um comportamento familiar onde as mulheres não têm direito à decisão, onde suas ideias e desejos não são levados em consideração, e tudo está sujeito à aprovação, ou não, do “homem da casa”, seja o pai, o marido, os irmãos...

1.2.1. Leituras sobre gênero e meio ambiente: o Ecofeminismo e o Ambientalismo Feminista

O debate apresentado pelo ecofeminismo ou, como o define Vandana Shiva¹²: “um novo termo para um conhecimento sábio e antigo” (MIES; SHIVA, 2004), parte do reconhecimento e da valorização de um feminismo com características particulares do universo camponês. Originado do movimento feminista ocidental e o movimento pacifista entre as décadas de 1970 e 1980, o termo surgiu em 1974, quando Françoise d’Eaubonne utilizou-o pela primeira vez, fazendo referência ao potencial das mulheres em liderar uma revolução ecológica que conduzisse inclusive a novas relações de gênero entre homens e mulheres, além de uma mais adequada relação entre os seres humanos e a natureza (CARCAÑO VALENCIA, 2008). Segundo a autora, as primeiras contribuições da corrente ecofeminista surgiram nos Estados Unidos, tendo como destaque o livro Primavera Silenciosa, de 1962, de Rachel Carson, quem primeiro alertou o grande público quanto às consequências do uso de pesticidas.

Nos Estados Unidos, o ecofeminismo fazia referência a duas correntes: o feminismo radical/cultural/espiritual, ressaltando a afinidade “natural” das mulheres com o mundo natural e o feminismo que se guiava por perspectivas políticas sociais influenciadas pelo socialismo e pelo marxismo (CARCAÑO VALENCIA, 2008). Neste mesmo país ocorreu, em 1980, um evento de nome “Mulheres e Vida na Terra” que tinha como objetivo chamar a atenção para o que ocorreu um ano antes em um acidente nuclear na Pensilvânia.¹³ Neste

¹² Graduada em física e Ph.D. em filosofia e ativista pelo meio ambiente, a indiana Vandana Shiva tem se concentrado na crítica ao processo de globalização, em defesa da biodiversidade das sementes, direitos dos agricultores, além de preservação das florestas da Índia, atividade esta consequência de sua participação nas ações que configuraram o *movimento chipko*, importante movimento ecológico surgido na Índia nos anos 1970.

¹³ Em março de 1979, em uma usina localizada em Three Mile Island, na Pensilvânia, EUA, ocorreu o até então pior acidente nuclear da história. A radioatividade medida por ecologistas, no entorno da usina, chegava a uma intensidade oito vezes maior que a letal, e a contaminação foi verificada em um raio de 16 quilômetros em volta da usina. O acidente não causou vítimas fatais, mas provocou fortes críticas ao modelo de manipulação e geração de energia nuclear. Disponível em: < <https://goo.gl/ft5uex> >. Acesso em: 14 abr. 2017.

encontro, as primeiras proponentes do ecofeminismo se reuniram para analisar relações entre a saúde, a ecologia, a militarização e o feminismo.

Vandana Shiva tem sido uma das vozes mais influentes do ecofeminismo no mundo. Segundo Braidotti (2004), sua filosofia é baseada na religião e na filosofia hindus, que descrevem o “princípio feminino” como fonte de vida e base de um desenvolvimento sustentável. A autora prossegue, afirmando que:

Para Shiva, o modo de desenvolvimento dominante é ocidental e patriarcal e se baseia em um modelo de ciência e tecnologia reducionista que está a serviço do mercado global e que se torna muito eficiente para destruir as mulheres, a natureza e todos os “outros”, ou seja, os povos não ocidentais. Shiva estabelece uma oposição entre o modelo de desenvolvimento patriarcal, masculino, branco e ocidental e o tradicional sistema de agricultura indiano. O modelo ocidental propaga as técnicas de plantio de monocultivo tanto nas florestas como na agricultura, dependendo da acumulação de capital e do mercado. Considera que o sistema econômico indiano tradicional preserva a relação mútua com a natureza através do *policultivo*, cujo objetivo é a produção de subsistência local com insumos próprios. (p. 44).

Podemos afirmar que exista uma postura semelhante, por parte das mulheres do Polo, quanto à defesa de uma agricultura que respeite esta “relação mútua com a natureza”. De acordo com relato de uma agricultora do Polo que entrevistamos, uma das questões que viria a diferir a contribuição de agricultores e agricultoras, é a preocupação, por parte das mulheres, sobre a diversidade de sementes voltadas para a alimentação da família, diferente da valorização de alguns homens pelas sementes que apresentem melhor rendimento/produktividade/preço. Esta valorização da agrobiodiversidade é uma das referências da agroecologia e, dada peculiaridade da relação das mulheres com a produção de alimentos e também plantas medicinais para uso da família, nos ajuda a entender alguns dos preceitos do ecofeminismo.

Para Miguel Altieri (2012), a Agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas. A ideia principal da Agroecologia é ir além de práticas alternativas de agricultura, e desenvolver agroecossistemas minimamente dependentes de agroquímicos e energia externa. Segundo o autor:

Como ciência, [a Agroecologia] baseia-se na *aplicação da Ecologia para o estudo, o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis*. Isso conduz à diversificação agrícola projetada intencionalmente para promover interações biológicas e sinergias benéficas entre os componentes do

agroecossistema, de modo a permitir a regeneração da fertilidade do solo e a manutenção da produtividade e da proteção das culturas. (p. 15).

A Agroecologia, da maneira como é difundida pelo Polo e utilizada pelos camponeses e camponesas, contesta as práticas não sustentáveis impostas pelas grandes empresas do agronegócio de sementes transgênicas, utilizando-se prioritariamente do conhecimento tradicional local. Os conhecimentos e técnicas nos quais se fundamenta a Agroecologia defendida pelos trabalhadores e trabalhadoras do Polo são pautados pela diversidade e pela resiliência necessários para a Convivência com o Semiárido. Para Altieri (2012):

A Agroecologia se fundamenta em um conjunto de conhecimentos e técnicas que se desenvolvem a partir dos agricultores e de seus processos de experimentação. Por essa razão, enfatiza a capacidade das comunidades locais para experimentar, avaliar e expandir seu poder de inovação por meio da pesquisa de agricultor a agricultor e utilizando ferramentas de extensão baseadas em relações mais horizontais entre os atores. Seu enfoque tecnológico está enraizado na diversidade, na sinergia, na reciclagem e na integração, assim como em processos sociais baseados na participação da comunidade. Para a Agroecologia, o desenvolvimento dos recursos humanos é a pedra angular de qualquer estratégia voltada para ampliar o leque de opções da população rural e, especialmente, dos camponeses que dispõem de poucos recursos. Também atende às necessidades alimentares a partir do fomento à autossuficiência, promovendo a produção de grãos e outros alimentos nas comunidades. Trata-se de um enfoque que privilegia a esfera local ao direcionar seus esforços para o abastecimento dos mercados locais que encurtam os circuitos entre a produção e o consumo de alimentos, evitando assim o desperdício de energia gasta no transporte dos produtos de lugares muito distantes até a mesa do consumidor. (p. 16-17).

Embora o ecofeminismo da corrente radical/cultural apresente características que o classifiquem como “essencialista”, já que uma espécie de natural “princípio feminino” seja base de um desenvolvimento sustentável, o ecofeminismo da corrente socialista defende que as diferenças de relações que homens e mulheres mantêm são consequência de funções socialmente atribuídas a cada um dos gêneros.

A economista indiana Bina Agarwal, crítica da corrente ecofeminista, propõe uma forma de análise segundo a qual o vínculo entre as mulheres e o meio ambiente se baseie em um gênero, uma classe (casta/raça), uma organização da produção, uma reprodução e uma distribuição determinados. Segundo esta autora: “Pode-se considerar que as construções ideológicas – como gênero, natureza, a relação entre os dois – são uma parte interativa desta estruturação, mas não sua totalidade” (2004, p. 249). A autora chama esta perspectiva de “Ambientalismo Feminista”:

Em termos de ação, esta perspectiva chamaria a lutar pelos recursos e os significados. Implicaria a lidar com os grupos dominantes que têm a propriedade, o poder e o privilégio de controlar os recursos, e estes ou outros grupos que controlam o que se pensa sobre eles através dos meios de comunicação e instituições educativas, religiosas e legais. Na frente feminista haveria a necessidade de desafiar e transformar as noções sobre gênero e a própria divisão do trabalho e dos recursos entre os gêneros. Na frente ambientalista haveria a necessidade de desafiar e transformar não só as noções sobre a relação entre as pessoas e a natureza, mas também os próprios métodos de apropriação dos recursos da natureza por alguns. O ambientalismo feminista ressalta a necessidade de enfrentar estas dimensões desde ambas as frentes (p. 250, *Tradução própria*).

A autora considera que aquilo que determina o vínculo entre as mulheres e o meio ambiente é uma estrutura que abarca vários aspectos, entre eles, gênero, classe (casta/raça), organização da produção, reprodução e distribuição de renda. Ressalta também que os processos de degradação ambiental e apropriação dos recursos naturais por alguns têm implicações específicas de gênero, classe e localização geográfica. Como destaca Carcaño Valencia: “são as mulheres provenientes de áreas rurais e famílias pobres as que são afetadas de maneira mais negativa [...]. Portanto, não se pode considerar às ‘mulheres’ como uma categoria unitária.” (2008, p. 186).

Consideramos válidas as críticas referentes ao ecofeminismo de caráter essencialista, que tende a naturalizar e interpretar, a partir da biologia, questões enfrentadas pelas mulheres em função de causas históricas. No entanto, é inegável o conjunto de contribuições do ecofeminismo ao debate em torno das “relações estabelecidas entre a dominação das mulheres e da natureza sob o patriarcado” (SILIPRANDI, 2015, p. 67). Concordamos com a autora ao afirmar sobre o ecofeminismo que:

[...] reflexões feitas a partir de sua prática política por vários autores e autoras contemporâneos têm mostrado que esses aportes podem ser bastante inovadores, ajudando a estabelecer novas bases para articulações entre o feminismo e outras lutas sociais emancipatórias (antirracistas, ambientalistas e ecologistas, antiglobalização, entre outras).

Acreditamos que aquilo que prevalece sobre esta diversidade de ideias a respeito da relação entre o feminismo e as questões ambientais, e o que justifica a necessidade de um aprofundamento dessa temática, seja a forte solidariedade construída entre mulheres ao se organizarem, como no caso das mulheres do Polo, na luta pela construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Esta solidariedade se mostra fundamental, inclusive, no posicionamento político da mulher, a sua representatividade, além do enfrentamento da

cultura da violência contra a mulher, que está na raiz da desigualdade de gênero, também no meio rural.

1.3. Organização das mulheres do Polo da Borborema na construção da agroecologia e no enfrentamento da cultura de violência

A ação do Polo, a partir do enfoque de gênero, começou a ganhar força a partir de um diagnóstico realizado no ano de 2002. Segundo Freire (2015), naquele momento um grupo de agricultoras de diversos municípios buscou refletir a respeito da organização e as formas de inserção do seu trabalho produtivo nas unidades familiares camponesas, a partir do seu local e de seu cotidiano. Segundo a autora:

Elas apontaram, em especial, a casa e o espaço do entorno (nomeado de *arredor de casa*) como as principais áreas de atuação e expressão de sua capacidade produtiva. Foram então identificadas as partes constituintes e as múltiplas funções do arredor de casa para o funcionamento produtivo e de cuidado da casa e da família. Também foram levantados os principais desafios para seu aprimoramento técnico e visibilidade social. Refletiram também sobre possíveis formas de superarem coletivamente os problemas por elas identificados (2015, p. 6. Grifo da autora).

Oportunidades de encontros como este favoreceram e favorecem o diálogo entre as agricultoras, muitas das quais se encontravam isoladas nos ambientes familiares, e desdobrou-se no fortalecimento atual do movimento específico de mulheres do Polo. O apoio coletivo, a iniciativa organizativa e alguma ousadia compartilhados por outras mulheres da organização sindical e de outras organizações que apoiam o Polo, como a AS-PTA, foram fundamentais para estimular as agricultoras a colocarem seus pontos de vista, suas ideias e suas demandas enquanto mulheres.

A frequente realização de encontros, seminários, diagnósticos, oficinas etc. pelos trabalhadores e trabalhadoras do Polo favorecem a busca coletiva por soluções diversas a respeito das demandas diversas próprias da agricultura familiar camponesa. Esta dinâmica está presente na organicidade particular do Polo, em sete comissões temáticas, a saber: sementes, saúde e alimentação, criação animal, cultivos agroflorestais, juventude e recursos hídricos e mercados. Tal organização conta com o apoio e assessoria da AS-PTA, numa

parceria que existe há mais de 20 anos¹⁴. Sobre a importância do trabalho da AS-PTA em conjunto com os STRs do Polo, afirma Weid (2003 apud DIAS, 2004, p. 163):

Em uma região com tão alta mobilidade de população e enormes dificuldades materiais devidas à generalizada pobreza, os níveis de organização social são relativamente altos para os padrões do sertão nordestino. A participação dos STRs, embora motivada principalmente pela dinâmica de acesso à aposentadoria alcança quase 50% do público. Nas comunidades existem organizações mais ou menos incipientes originárias dos programas públicos de apoio à “pequena produção”. (...) estas Associações Comunitárias reúnem metade das famílias da comunidade e mantêm atividades regulares articuladas com a ação dos STRs. A fragilidade destas formas organizativas é marcante. Frequentemente elas dependem de uma direção mais ativa e por vezes autoritária e paternalista que deixa pouca margem para uma participação mais dinâmica do conjunto. Apesar de todos estes problemas esta base organizativa foi essencial para a operação do projeto da AS-PTA que sempre procurou dinamizá-las nas suas atividades.

Dentre as temáticas diversas apresentadas pelos (as) agricultores (as) do Polo, e debatidas com a AS-PTA, surgiu também a questão da valorização do papel da mulher na agricultura familiar da região. Estes momentos de debate com a comunidade desencadearam um processo coletivo de troca de ideias quanto às estratégias mais adequadas para inserir e ressaltar o trabalho das mulheres, o que veio a resultar na criação da Comissão de Saúde e alimentação do Polo, conhecida com “a comissão das mulheres”.

Em entrevista concedida em julho de 2016, M. C., agricultora do município de Solânea, membro da coordenação do STRs do mesmo município e da coordenação do Polo, informou que as mulheres estão presentes ativamente em todas as comissões temáticas, com destaque para a comissão de saúde e alimentação, que tem participação exclusiva de mulheres. Segundo a agricultora:

A comissão de mulheres, que foi criada em [...] 2005, pra trabalhar a questão do papel da mulher, do arredor de casa, das plantas medicinais, então, nós achamos necessário que teria que ter uma comissão que trabalhasse o tema das mulheres. Inclusive, o tema da violência e tudo mais, né? Então, esse

¹⁴ A AS-PTA se instalou no agreste paraibano no ano de 1993, a partir da implantação do Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba, ou Programa Paraíba, que tem por estratégia apoiar o aprimoramento das capacidades técnicas, metodológicas, sócio-organizativas e políticas das organizações vinculadas ao Polo. O Programa está organizado em diferentes áreas temáticas (núcleos) e além disso, a AS-PTA busca fomentar relações de intercâmbio com outras organizações, redes e movimentos do campo agroecológico em outras regiões do estado da Paraíba e do semiárido. É resultado de entendimentos com os trabalhadores e trabalhadoras do Polo, e começou a ser implantado, a princípio, nos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca. (DIAS, 2004; AS-PTA, disponível em: < <http://aspta.org.br/programas/programa-paraiba/>>).

tema, o beneficiamento das frutas e tudo mais... é especificamente trabalhado com as mulheres, mas todos os temas, água, semente, criação... todos os temas, as mulheres estão presentes [...] especificamente, das mulheres, é mais a comissão de alimentação, que é só de mulheres, mas todos outros temas trabalhados têm as mulheres lá (as experimentadoras, tem as mulheres da criação animal, tem as mulheres na semente da paixão, tem mulheres por dentro do reflorestamento...). (Depoimento de M. C., em entrevista no dia 05/07/2016, no STR de Solânea).

A comissão de saúde e alimentação é formada por mulheres agricultoras dos municípios de atuação do Polo e, dentre as atividades organizadas pela comissão, destaca-se a questão do beneficiamento dos produtos da agricultura familiar cultivados pelas agricultoras e agricultores do Polo. Desde o ano de 2015 vêm sendo realizado o **Seminário Regional de Beneficiamento**, em que as mulheres participantes da comissão têm a oportunidade de debater práticas de beneficiamento dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, e que são comercializados para os programas governamentais de compra direta, nas comunidades e na rede de 12 feiras agroecológicas da região.

Além do Seminário Regional de Beneficiamento, diversos outros espaços de diálogo são realizados pelas mulheres do Polo. Em julho de 2016, realizamos trabalho de campo durante o **Debate Mulheres na Política**, organizado pelo Polo e pela AS-PTA e registrado na Figura 4. O evento contou com a participação de aproximadamente 70 mulheres, entre agricultoras, lideranças, estudantes, presidentes de sindicatos rurais, de associações comunitárias, de conselhos municipais e de fundos rotativos solidários.



Figura 3: Debate Mulheres na Política
Fotografia: ALVES, L. A. Trabalho de campo, 06/07/16. Lagoa Seca/PB.

Durante o evento, no qual todas as mulheres presentes puderam apresentar seu papel junto à sua comunidade/organização, foram apontados alguns dos limites que as mesmas encontram ao tentar se candidatar. As mulheres presentes relataram que, muitas vezes, são desestimuladas pelo próprio partido político a se candidatar por serem mulheres e por isso serem consideradas incapazes de enfrentar a carreira política. Elas afirmaram que o espaço político da região, de modo geral, é ainda muito machista, não oportunizando uma participação igualitária e irrestrita das mulheres, o que tem influenciado na baixa participação feminina na representação política local.

As participantes apresentaram também algumas ideias no sentido de superar o forte caráter machista da política na região, como ocupar mais os espaços, independente das críticas, para poderem fazer a diferença. Foi sugerido também que as mulheres procurem sempre pautar e debater a sua realidade e os seus temas de interesse e também que as mulheres participem mais de espaços de debate como este.

A necessidade de se existirem organizações autônomas de mulheres, ou a diferenciação de abordagem, como privilegiar o debate a partir da questão de gênero, é proveniente de diversas experiências de discriminação vividas em organizações mistas. O senso comum leva a crer que não existiria a necessidade de dividir mulheres e homens nestes contextos, partindo-se do princípio de que, espontaneamente, elas passariam a ser ouvidas de fato nos diversos espaços de debate, como se nestes espaços, homens que em outras situações praticam atitudes machistas que limitam e oprimem as mulheres, extraordinariamente se transvestissem de “não-machistas” temporários, de acordo com a conveniência.

Embora não seja o foco do presente trabalho, faz-se necessário mencionar a questão da violência contra a mulher, que na região abrangida pelo Polo da Borborema vem se agudizando, além de esta temática ser parte fundamental do debate, práticas e ações pela igualdade de gênero seja no campo ou na cidade. Há cinco anos ocorreu o violento assassinato da jovem agricultora Ana Alice de Macedo Valentin, de 16 anos, militante do STR de Queimadas¹⁵. Crime que mobilizou um conjunto de entidades da região, pelo fim da violência

¹⁵ No dia 19 de setembro de 2012, a militante do Polo, Ana Alice de Macedo Valentin, de 16 anos, moradora da cidade de Queimadas, foi abordada enquanto chegava da escola, estuprada e violentamente assassinada, tendo o corpo enterrado em uma fazenda na Zona Rural do município de Caturité, e que só foi encontrado 50 dias depois do crime. O assassino, Leôncio Barbosa de Arruda, vaqueiro de 21 anos na época, foi reconhecido por uma vítima subsequente, que fingiu-se de morta durante a violência, e, encorajada pela organização de mulheres que

contra a mulher, e que deu origem ao “Comitê de Solidariedade Ana Alice”, como mostrar a Figura 5. O Comitê foi criado por um conjunto de entidades sociais urbanas e rurais de defesa dos direitos das mulheres e de trabalhadoras rurais. Em função de forte manifestação popular mobilizada pelo Comitê, o caso não caiu no “esquecimento” jurídico e o assassino de Ana Alice foi preso e condenado.



Figura 4: Campanha pelo fim da cultura do estupro – Comitê Ana Alice
Fonte: AS-PTA (<https://goo.gl/qvu8Aa>).

Os casos de violência contra a mulher relatados às lideranças do Polo fizeram com que a organização do mesmo buscasse trabalhar em duas formas: ao acolher às vítimas e familiares e auxiliar na articulação em rede dos órgãos de proteção às mulheres, influenciando, inclusive, na resolução dos casos. (AS-PTA, 2016).

Este tipo de tomada de posição frente ao aumento da violência contra a mulher na região do Polo reflete uma necessária ampliação das pautas da organização sindical, que englobe uma estrutura coletiva com equidade de gênero nos espaços de representação e liderança, bem como o debate sobre a violência contra a mulher no mundo rural.

Historicamente, o papel do homem, na família, envolve dominação sobre a mulher, sob todos os aspectos, desde o serviço doméstico até o controle financeiro da renda familiar, ainda que também as mulheres da família venham a contribuir com seu trabalho. Ainda que

se formou em torno do caso Ana Alice, resolveu denunciá-lo. O assassino foi então capturado, vindo a confessar o crime e atualmente cumpre pena de 34 anos de prisão. (Marcha Mundial das Mulheres, disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/justica-para-ana-alice/>). Acesso em 19 abr. 2017).

trabalhe fora de casa, as tarefas domésticas recaem sobre a mulher. No entanto, esta dominação não resume todas as consequências do patriarcado, modelado pela ideologia machista (SAFFIOTI, 1987), trata-se, também, de um sistema de exploração. Segundo a autora, “enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico” (p. 50).

No campo, esta característica de dominação masculina apresenta-se de maneira ainda mais forte. Em trabalho de campo durante o Debate realizado em Lagoa Seca, em julho de 2016, tivemos a oportunidade de entrevistar a coordenadora de um dos sindicatos vinculados ao Polo. A entrevistada G., que também é agricultora, afirma que apenas recentemente as mulheres estão conseguindo conquistar mais respeito entre os familiares homens e nos sindicatos. Ela relatou situação de desigualdade e machismo em casa, com relação à distribuição das terras do roçado de sua família, os trabalhos domésticos e acesso à educação.

A gente tem um histórico que... hoje mudou um pouco, mas a gente ainda tem. Com meu pai... minha mãe sofreu muito. Ele era muito machista, na verdade eu acho que ainda é... tem aquela visão que só o homem pode ter as coisas. [...] Quando nascia um garrote, dizia “esse garrote aqui é de fulano”... mas as mulheres não tinham vez de ter, né... [...] Quando a gente veio morar em Município 1, eu lembro que ele não queria deixar a gente estudar, eu e minha irmã. [...] Então, eu e minha irmã, a gente fez, na época, matrícula escondidas dele... foi! Que ele não queria deixar a gente estudar porque tinha que tá trabalhando com ele, no roçado. Mas assim, a gente nunca tinha oportunidade. E ele ainda, quando a gente lucrava¹⁶ o feijão, naquela época, no ano de 95, 96... [...] a gente batia¹⁷ no cacete mesmo, né? [...] Então, eles pegava o feijão que a gente trabalhava, também lucrava o feijão todo, deixava o de comer durante o ano, guardava o de plantar no ano que vem e vendia. E aí, a gente não tinha direito a nada... O que a gente tinha direito era que, depois que catava, tirava o feijão, a gente ia catar o feijão que ficava no chão. A gente, assim, naquele de catar, a gente tirava uma cuia de feijão, meia cuia de feijão... e vendia, e ali era o nosso direito, de comprar um livro, uma caneta, uma calça, uma coisa... E minha mãe também, às vezes, tirava. Enquanto o feijão tava na sala, mãe tirava duas cuia de feijão, e dizia: isso aqui é meu! E até hoje é assim... (Depoimento de G., no dia 07/07/2016, em Lagoa Seca).

¹⁶ A expressão “lucrar”, na linguagem local, quer dizer produzir o excedente, que vai ser vendido na feira ou trocado por outro grão ou animais.

¹⁷ “Bater o feijão”, na linguagem da agricultura familiar local, é uma prática rudimentar de beneficiamento do feijão, e consiste em literalmente bater com um pedaço de pau no feijão recém-colhido e seco ao sol, para descasca-lo.

A entrevistada relata distribuição desigual, das criações de animais, bem como dos roçados, em que os irmãos homens tinham acesso as áreas mais apropriadas, enquanto as terras com menos condição de plantio, ficavam para as filhas. Quanto a isto, cresce a importância dos espaços conquistados pelas mulheres do Polo em suas lutas diárias contra o domínio masculino, pelas suas liberdades individuais e pela escolha das práticas agrícolas mais adequadas, no sentido de garantir a soberania alimentar, e também a partir da defesa das sementes crioulas.

Uma questão presente à realidade da mulher do campo e que faz parte do relato de mulheres agricultoras do Polo que entrevistamos e acompanhamos nos eventos e marchas, é a da divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo segundo a diferenciação de gênero, podemos refletir a partir da tese de doutorado intitulada “A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema”, de autoria de María Franco García. Embora a tese tenha se baseado na realidade das agricultoras de assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária de região no estado de São Paulo, podemos perceber esta mesma lógica na realidade das mulheres do Polo da Borborema. Segundo a autora:

Nos assentamentos e acampamentos base do nosso estudo, pudemos verificar que a manifestação desta limitação opera em várias dimensões. Em primeiro lugar, o trabalho produtivo das mulheres assentadas no lote não é reconhecido como componente integrante da produção e sim como componente subliminar. Uma ajuda ao trabalhador principal, o homem.

Uma segunda questão é que o trabalho reprodutivo, ou seja, todas aquelas atividades desempenhadas para a manutenção e cuidado da unidade familiar como cozinhar, lavar, passar, limpar a casa, cuidar dos filhos etc., não é considerado trabalho. Os serviços prestados pelas mulheres aos membros das suas famílias, o trabalho reprodutivo, não podem ser ignorados já que são estas as atividades que se encontram no centro da construção de novos papéis femininos e masculinos no mundo atual. Não obstante, partimos da premissa de que na sociedade ocidental o trabalho doméstico é considerado responsabilidade da mulher. (FRANCO GARCÍA, 2004, p. 85).

Além do que nos foi relatado nas entrevistas, referente à diferenciação dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens, a situação de subalternidade das mulheres e também dos jovens no trabalho na roça é uma pauta referenciada na *Marcha Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia*¹⁸, realizada pelo Polo da Borborema, como registra a Figura 5. A Marcha, da qual participamos, no dia 08 de março de 2016, e que completou sua sétima edição, é

¹⁸ Vídeos e reportagens referentes à Marcha realizada no ano de 2016 podem ser acessados no endereço eletrônico: <<https://goo.gl/UFV6eX>>.

organizado pelas mulheres do Polo da Borborema, com apoio da AS-PTA e outras organizações e ONGs; foi realizada no município de Areal, partindo da zona rural, e em direção à praça central da cidade (Ver folheto Anexo III).



Figura 5: Desvalorização do trabalho de mulheres e jovens também é pauta da Marcha
Fotografia: ALVES, L. A. Trabalho de Campo 08/03/2016, VII Marcha Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia, Areal/PB.

O evento contou com a participação de mais de cinco mil pessoas, vindas em caravanas de vários municípios do Agreste da Paraíba que fazem parte da área de atuação do Polo, e de outras regiões do estado, como mostra a Figura 7. Diversas representantes dos sindicatos e associações participantes do Polo receberam os participantes da Marcha em um palco montado na zona rural do município, com falas a respeito da luta das mulheres por direitos e contra a violência, relembrando mulheres cuja história de luta hoje representa um símbolo que inspira a luta de outras mulheres, como a líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 por ter enfrentado poderosos latifundiários e usineiros de Alagoa Grande, em nome dos direitos dos trabalhadores.

Mas a Marcha propriamente dita começa muito antes de sua realização, quando da organização de reuniões e atividades diversas em que as mulheres do Polo da Borborema apontam as principais pautas que estarão presentes na Marcha, partindo sempre da sua compreensão da realidade, respeitando sua experiência de vida e o seu trabalho como agricultora. De acordo com Serrano (2014):

O processo preparatório da Marcha se constitui em um espaço de Educação Popular, no qual as camponesas planejam, aprendem e ensinam umas às outras, encorajando cada vez mais mulheres a romper o isolamento e enfrentar as diversas formas de violência que as oprimem. A história das mulheres da Borborema mostra como um modelo de desenvolvimento rural baseado na Agroecologia pode vir a fortalecer a luta das mulheres em busca da igualdade no campo. (p. 4).

A partir da realização destes espaços de organização da Marcha, que ocorrem em vários municípios do estado, o evento é construído e divulgado. No dia da Marcha, então, um grande número de mulheres e famílias, vindas de diversas localidades, como pode ser visto na Figura 6, comparecem no município vinculado ao Polo, para marchar “Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia”.



Figura 6: Chegada da caravana de mulheres do Polo.
Fotografia: ALVES, L. A. Trabalho de campo. VII Marcha Pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Areial/PB, 08/03/16.

Durante a Marcha são realizadas atividades diversificadas no intuito de informar e ressaltar a valorização da mulher. Antes da saída das mulheres para a Marcha propriamente dita, além de diversas falas das lideranças camponesas do Polo, foi encenada uma peça de teatro, executada pelos próprios agricultores e agricultoras do Polo reunidos no Grupo de Teatro Amador do Polo da Borborema, cujo tema sugeria uma “inversão de papéis” entre homens e mulheres no dia-a-dia familiar e na lida na roça. A peça, intitulada “Acorda, Biu!” visava conscientizar os presentes quanto à violência doméstica e várias outras formas de machismo presentes na vida familiar e a respeito do fato de o trabalho da mulher ser considerado inferior, uma “ajuda”, o que foi desconstruído de maneira bem humorada pela história encenada na apresentação registrada na Figura 8. Na sequência, os participantes, entre mulheres de todas as idades, algumas acompanhadas pelos seus companheiros, filhos e filhas

e demais familiares, seguiram em marcha em direção ao centro da cidade, também mostrado na Figura 9.



Figura 7: Peça teatral “Acorda, Biu!”.

Fotografia: ALVES, L. A. Trabalho de campo. VII Marcha Pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Areial/PB, 08/03/16.



Figura 8: As mulheres do Polo seguem em marcha.

Fotografia: ALVES, L. A. Trabalho de campo. VII Marcha Pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Areial/PB, 08/03/16.

Já na praça central de Areial, a Marcha deu espaço para diversas atividades culturais voltadas para a temática dos direitos das mulheres e da importância das práticas agroecológicas para as mesmas. Representantes de organizações como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, da Marcha Mundial de Mulheres, entre outros, manifestaram seu apoio à Marcha, trazendo um debate político diversificado. A Marcha encerrou numa enorme ciranda, celebrando a cultura e a vida da mulher do semiárido nordestino.

Além de denunciar a violência contra as mulheres e a luta por direitos iguais, a Marcha dá visibilidade ao protagonismo das agricultoras frente à defesa das práticas agroecológicas, seja pela defesa das sementes crioulas, ou pelo acesso à água para consumo humano e para a produção. Momentos como este tendem a fomentar o debate em torno das lutas do feminismo, tendo aqui a priorização das especificidades da mulher rural e, no tocante à contribuição das mulheres no resgate e manutenção das sementes da paixão, seu papel enquanto guardiãs de sementes.

1.3.1. As Guardiãs das Sementes da Paixão: a experiência dos Bancos de Sementes

Nos últimos anos, a rede de agricultoras-experimentadoras¹⁹ organizadas através do Polo com a assessoria da AS-PTA, vem favorecendo transformações na vida de centenas de mulheres ao tempo que “vem protagonizando a construção de um projeto de desenvolvimento em base agroecológica para a região” (FREIRE, 2015, p. 6). Uma das oportunidades que favorece a tomada de consciência da importância de seu trabalho para a família e também para a comunidade, é a participação de mulheres como guardiãs de sementes.

O termo “guardiões de sementes” está relacionado ao papel de agricultores e agricultoras que são responsáveis pela conservação de sementes crioulas de diferentes espécies e pela multiplicação através do tempo, seja por processo de seleção artificial ou não (BEVILAQUA et al., 2014). E esta compreensão não se restringe à conservação das sementes, uma vez que também se leva em consideração a escolha das plantas mais adaptadas ao sistema de produção da agricultura familiar.

¹⁹ O conceito de agricultor(a)-experimentador(a) está vinculado à ideia de **experimentação** de práticas agroecológicas inovadoras que surgem da troca de experiência e conhecimento entre os(as) próprios(as) agricultores(as). No caso do Polo, os processos locais de inovação e a interconexão entre eles ocorrem por intermédio da ação das comissões temáticas (PETERSEN; SILVEIRA, 2007).

No Polo da Borborema esta seleção de plantas é prioritariamente armazenada nos BSCs, conforme comentamos anteriormente. Em julho de 2016, durante campo realizado no município de Solânea, foi entrevistada Dona Terezinha, agricultora do Sítio Videl, guardião da semente do feijão “mulatinho de cacho” que nos apresentou o BSC local (Figuras 9 e 10). Sobre a importância dos BSCs do Polo, Dona Terezinha, que é participante há décadas do STR do município, afirmou:

[...] a gente sabe que os antigos, os nossos avô guardava a sua sementinha, mas aí a gente não tinha uma organização para um banquinho de semente reservado. Por que eu faço isso? Por que a gente faz isso? Porque no momento que eu tenha a semente, outro vizinho não tem aquela preocupação, nem todo mundo tem a preocupação de zelar da semente, [...] de fazer a escolha e botar, dividir assim, a semente lá no depositozinho, pra condição de vir a não ter, você ter. Quando outra pessoa de fora, nem que seja de onde for, seja do sítio da gente, ou não seja, mas na hora que procura uma semente, a gente tem, porque nós não fica dependendo daquela semente que vinha do Governo, tá entendendo? (Depoimento de Dona Terezinha, em entrevista no dia 06/07/2016, no Sítio Videl, em Solânea).



Figura 9: Dona Terezinha apresenta o BSC do Sítio Videl.
Fotografia: ALVES, L. A. Trabalho de campo 06/07/16. Solânea/PB.



Figura 10: BSC do Sítio Videl.
Fotografia - ALVES, L. A.
Trabalho de campo 06/07/16.
Solânea/PB.

A agricultora, que é guardiã da semente de “feijão mulatinho de cacho”, comemora o fato de que, a partir da chegada da AS-PTA, e com as explicações dos técnicos da mesma quanto às sugestões de formas adequadas de armazenamento e conservação das sementes, os (as) agricultores (as) foram incentivados a trocarem experiências e conhecimentos entre si, o que vem beneficiando a garantia das sementes crioulas para a próxima época de plantio. Aqui, o conhecimento técnico une-se aos conhecimentos tradicionais camponeses, que, por sua vez, é difundido de forma “camponês-a-camponês”, favorecendo a preservação das sementes. Dona Terezinha também chama a atenção para o fato de o BSC propiciar uma importante autonomia dos camponeses com relação à precária distribuição de sementes das entidades governamentais.

Uma das principais contribuições da comissão de saúde e alimentação do Polo é o reconhecimento pelo trabalho da mulher, até então silenciado e desvalorizado, escondido no núcleo familiar. Segundo Serrano (2014):

A partir da comissão de Saúde e Alimentação, se torna visível o trabalho da mulher no roçado, no planejamento da produção como guardiãs das sementes, nos quintais produtivos, na criação animal, no saber sobre as ervas medicinais, mostrando a todos que têm papel central na garantia da segurança alimentar e na autonomia e manutenção das famílias no campo. (p. 110).

As mulheres do Polo defendem a adoção das práticas camponesas herdadas dos conhecimentos tradicionais sustentados pela agroecologia, que vamos aprofundar o debate a

respeito, bem como o seu enfrentamento das práticas do agronegócio e controle mundial da alimentação, no próximo capítulo.

2. CAPÍTULO 2 – SISTEMA AGROALIMENTAR, TRANSGENIA E AGROECOLOGIA

A fim de entendermos a situação do Brasil enquanto forte representante mundial de safras geneticamente modificadas, neste momento interessa-nos destacar a influência dos grandes conglomerados empresariais internacionais e controle mundial do comércio de sementes. As consequências deste controle hegemônico têm reflexo no sistema agroalimentar mundial, o que buscamos investigar a partir do levantamento histórico da modernização do campo, principalmente quanto aos aspectos específicos da Revolução Verde no Brasil.

2.1. Agricultura e agriculturas: práticas agrícolas na produção de alimentos para consumo humano

A origem da agricultura, como uma prática humana, situa-se há cerca de 12.000 anos, quando povos localizados no norte da África e do oeste asiático abandonaram a caça e a coleta de alimentos, progressivamente, e começaram a produzir seus próprios grãos (EHLERS, 1999). Ainda com o aprimoramento das técnicas agrícolas, a produção de alimentos passou por muitas situações desafiadoras em função de momentos de escassez. “Foi apenas nos séculos XVIII e XIX, com o início da *agricultura moderna*, que alguns povos começaram a produzir em maior escala, pondo fim a um longo período de escassez de alimentos” (EHLERS, 1999, p. 19). Segundo o autor:

Essa surpreendente transformação deu-se a partir da crescente aproximação das atividades agrícolas e pecuária em várias regiões da Europa Ocidental, período conhecido como Primeira Revolução Agrícola. Em meados do século XIX, uma série de descobertas científicas e de avanços tecnológicos, como os fertilizantes químicos, o melhoramento genético das plantas e os motores de combustão interna, possibilitaram o progressivo distanciamento da produção animal e da produção vegetal, marcando o início de uma nova e ainda mais produtiva fase da história da agricultura: a Segunda Revolução Agrícola. Nessa fase, consolidava-se o padrão produtivo que vem sendo praticado nas últimas seis décadas, baseado no emprego intensivo de insumos industriais (p. 20).

Quanto à importância do debate sobre a questão agrária da produção de alimentos, faz-se necessário destacar os caminhos que levaram a humanidade a debater, nos dias de hoje, a produção e a organização da agricultura, dada centralidade das cadeias alimentares para a evolução da vida. Porto-Gonçalves (2006) nos lembra de que a combinação da agricultura com terras de uso comum foi a prática mais difundida em todos os continentes. Segundo o autor:

O que a espécie humana conseguiu por meio das *agriculturas* foi a *segurança alimentar*, expressão que hoje volta a ganhar o debate político. Afinal, domesticar espécies animais e vegetais é torna-las parte de nossa casa (em latim, *domus*, daí domesticar). Assim, mais uma vez, alimento e abrigo (*domus*, casa) voltam a se encontrar conformando um conjunto de questões interligadas para oferecer maior segurança a cada grupo que, assim, se constitui por meio de sua cultura formando seus territórios (domínios). (p. 209).

Em meados do século XIX, foram formuladas teorias sobre a influência das substâncias minerais nos solos e nas plantas, pelo químico alemão Justus von Liebig que, baseado em experiências de laboratório, mostrou que a nutrição mineral das plantas se dá essencialmente por substâncias químicas presentes no solo (EHLERS, 1999). Em função de suas pesquisas, Liebig ficou conhecido como um dos grandes precursores da agroquímica. No entanto, sua teoria desprezava o papel da matéria orgânica na nutrição das plantas e, conseqüentemente, na agricultura. As teorias de Liebig deram origem e impulsionaram a difusão do uso de adubação mineral na agricultura, provocando um período de “rápidos progressos científicos e tecnológicos, caracterizados por estudos analíticos e pela fragmentação do conhecimento em campos específicos de investigação” (EHLERS, 1999, p. 22).

Hoje em dia, apesar de toda sofisticação da tecnologia agrícola, além de não garantir as necessidades alimentares das pessoas, o modelo agroindustrial da atualidade avança contra a natureza. Toda a sequência de etapas que compreende o setor comercial está submetida a algumas empresas transnacionais de agronegócio que contam com o aval de governos e instituições internacionais. De acordo com Vivas (2012):

[...] governos e instituições internacionais, que se tornaram cúmplices, quando não em cobeneficiários, de um sistema alimentar produtivista, insustentável e privatizado. Um modelo que é utilizado como instrumento imperialista e de controle político, econômico e social por parte das principais potências econômicas do Norte, como Estados Unidos e União Europeia (assim como de suas multinacionais agroalimentares), em relação aos países do Sul global.

É possível estabelecer, portanto, uma clara oposição entre agroindústria e agricultura pautada pela luta por soberania alimentar, uma vez que o acesso aos alimentos fica, de acordo com a agricultura industrial, condicionado a condições financeiras. Trata-se da antítese da lógica camponesa de produção de alimentos prioritariamente para o consumo da família.

2.1.1. Questão agrária e questão ambiental: concentração fundiária e modernização seletiva - bases atuais da irracionalidade transgênica

As indústrias química e mecânica apresentaram grande desenvolvimento no começo do século XX, principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial, o que instrumentalizou a agricultura, com a utilização de insumos oriundos da produção industrial (OLIVEIRA JÚNIOR, 1989). Isto resultou numa intensificação do investimento industrial nos meios de produção da agricultura, com a sofisticação de maquinário agrícola e desenvolvimento de adubos químicos, rações animais, venenos etc., o que, conseqüentemente, provocou uma transformação dos alimentos e sua distribuição. Segundo Rachel Carson (1962), em seu livro *Primavera Silenciosa*, que representou um marco importante nas publicações sobre ecologia, foi: “a partir de meados de 1940, mais de 200 substâncias químicas, de ordem básica, foram criadas, para uso na matança de insetos, de ervas daninhas, de roedores e de outros organismos que, no linguajar moderno, se descrevem como sendo ‘pestes’, ou ‘pragas’ [...]”. (p. 17).

A conservação e o transporte de produtos agrícolas também passaram por grande modificação sob o investimento industrial na agricultura. O sistema de produção torna-se, portanto, dependente, desde a produção até à comercialização. O conhecimento tradicional camponês, transmitido de geração a geração, foi alvo de alienação pela lógica industrial, que subordinou este conhecimento aos seus manuais técnicos homogeneizantes. Isto fez com que, cada vez mais, os agricultores fossem apartados do ambiente de decisão sobre a própria agricultura, tornando-a uma questão de ordem econômica e política (OLIVEIRA JÚNIOR, 1989).

Em decorrência destas profundas transformações do espaço agrário, formou-se um mercado nacional e internacional relativamente unificado, o que teve consequência direta sobre o estabelecimento de uma concorrência de produtos de regiões distantes e diversas, afetando consideravelmente as características particulares de cada região. Segundo Oliveira Jr (1989):

Uma desigualdade de produtividade, de renda, e de capacidade de investimento levou a uma acentuação cada vez maior das diferenciações regionais. Em cada lugar, as explorações e as produções menos rentáveis desapareceram. O antigo sistema de produção, baseado na diversificação e rotação de culturas, associado à criação de animais, deu lugar a sistemas de produção simplificados, especializados, ou seja, a **monocultura**. A produção se concentrou nas regiões e nas explorações que apresentavam vantagens

físicas (maior fertilidade natural dos solos) e econômicas (um maior acúmulo de capital fixo – máquinas, equipamentos etc.), criando assim condições de se manter e de progredir face à concorrência de explorações agrícolas de outras regiões. (p. 66).

A partir da década de 1960, período de eclosão da chamada “Revolução Verde”, as empresas passaram a ter maior ingerência sobre a produção agrícola (LA VIA CAMPESINA; GRAIN, 2015). E para lograrem este controle, as empresas têm lançado mão de diversas estratégias, desde o desenvolvimento de cadeias mundiais de matérias-primas até a ampliação massiva da agricultura de exportação. Porém, um quadro peculiar na história favoreceu a difusão desta ideologia pautada pela mecanização e o uso crescente de substâncias químicas na produção de alimentos.

Ainda no período final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as indústrias químicas passaram a fazer uso de estruturas governamentais, acadêmicas e midiáticas para, aproveitando-se do estado social de fragilidade, influenciar a opinião pública sobre a necessidade e salvação que representaria a tecnologia química para “controle de pragas em culturas de alimentos” (ABREU, 2014). Os agrotóxicos foram apresentados como defensivos agrícolas fundamentais para combater os inimigos. Desde então, as indústrias químicas afirmavam-se as salvadoras da humanidade, por ter como discurso o fim mundial da fome e o aumento da produtividade e competitividade do agricultor, discurso este que perdura até os dias de hoje, intensificado pela mais atual modalidade de interferência na produção de artigos agroalimentares: a alteração genética. Segundo Sauer e Balestro (2013):

Este modelo agropecuário, que resultou da implantação da Revolução Verde, permitiu um considerável aumento da produtividade agrícola, possibilitando a oferta de alimentos no mercado interno e um aumento significativo da capacidade exportadora de produtos primários, contribuindo de forma consistente com a balança comercial brasileira. No entanto, a adaptação do pacote tecnológico às condições dos biomas brasileiros, inclusive com a famosa conquista do cerrado, através das técnicas de correção da acidez do solo, tem sido responsável por sérios impactos ambientais. (p. 9).

As consequências da adoção das práticas agrícolas características do modelo dominante de agricultura tendem a ameaçar alguns recursos naturais, dentre eles as sementes agroalimentares, tornando este recurso cada vez mais estratégico. De acordo com Ribeiro (2007), a maior oferta de informação genética se concentra no hemisfério Sul, o que indica uma intensificação da tensão sobre este nosso patrimônio. Predomina um ambiente favorável ao investimento estrangeiro no controle da extração e beneficiamento dos recursos naturais.

Diante do cenário pautado pelas determinações da Revolução Verde, não podemos deixar de concordar com as leituras feitas, por Pereira (2007) e Porto-Gonçalves e Alentejano (2014), que inter-relacionam a questão agrária com a problemática ambiental. Segundo Pereira:

Nem a questão ambiental nem a questão agrária podem ser entendidas isoladamente e elas necessitam ser inter-relacionadas, sendo a AGROECOLOGIA um caminho de diálogo em que se rompe o paradigma da fragmentação agricultura-meio ambiente para uma agricultura em bases ecológicas e uma conservação do ambiente que parta da prática de quem vive na terra, e da terra, cujos valores e atitudes podem se modificar em conjunto com o processo da recuperação ambiental, tanto da agrobiodiversidade, quanto das condições ecológicas como um todo. (p. 1484).

Muitas das sementes utilizadas de forma massiva na agricultura brasileira são geneticamente modificadas para resistir aos agrotóxicos (FERMENT et al., 2015). Quase todas as plantas transgênicas no mundo são modificadas para garantirem apenas duas características: a síntese de uma toxina inseticida em seu tecido e a modificação metabólica destas plantas para serem resistentes a determinados herbicidas, ou seja, diferente do discurso produtivista do agronegócio, as sementes transgênicas se quer garante uma maior produtividade de fato (FERMENT et al., 2015). Segundo os autores, pode-se associar ao uso de OGMs dois tipos principais de riscos:

a) riscos associados à nova função conferida por meio da transgenia, a proteína inseticida sintetizada em plantas Bt²⁰, por exemplo, e à presença do(s) transgene(s) associado(s); b) riscos associados a efeitos não desejados resultantes do próprio processo de transgenia, como a alteração de vias metabólicas que podem resultar na síntese de novas proteínas, potencialmente tóxicas ou alergênicas. (FERMENT et al., 2015, p. 38).

Todavia, no Brasil os órgãos nacionais vinculados à agricultura, como a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), têm apresentado uma postura pouco restritiva quanto à pesquisa de desenvolvimento e distribuição de OGMs. Estes são monopolizados, venda e pesquisa, por grandes corporações que detêm o comércio mundial de sementes transgênicas, e que atuam no território nacional, como: Monsanto, Dow AgroSciences e

²⁰ Segundo Borém (2014), “Variedades transgênicas *Bt* contêm o gene da bactéria *Bacillus thuringiensis*, o qual codifica para a produção da proteína *Bt*, letal para muitos insetos da família dos lepidópteros [lagarta]” (p. 145).

DuPont, dos EUA, Basf e Bayer, da Alemanha e Syngenta, da Suíça, conhecidas internacionalmente como as “Gene Giants” (Gigantes da Genética)²¹.

No Brasil, o apropriar-se da natureza apresenta grande importância em nível global, calcado pela ampliação do agronegócio. O país desponta hoje como um dos maiores exportadores de grãos do mundo, tendo esta produção como carro-chefe do discurso do agronegócio no país. Às custas do fortalecimento do enorme fosso social que divide o país, os grandes empresários donos de imensas extensões de terra pressionam politicamente o Governo Federal no sentido de estabelecer cada vez maiores porções de terra para defender seus latifúndios. O agronegócio investe pesado em tecnologias de modernização da agricultura, muitas vezes com recursos públicos, tendo como objetivo a exportação de suas produções e a expansão desse tipo de agricultura está diretamente relacionado à problemática questão fundiária no país, em que a terra é pensada apenas a partir do viés mercadológico. Segundo Thomaz Júnior (2015):

[...] no Brasil, há disputas e tensionamentos internos aos setores do capital (agroindustrial, financeiro, fictício, especulador, minerador), os quais estão no cerne da ampliação do empoderamento ou na legitimação do poder de classe, especialmente aqueles que ainda invadem terras públicas, reservas, áreas protegidas, em várias regiões do país, como os latifundiários, pecuaristas, testas de ferro de industriais/especuladores, grileiros etc., protagonistas do desenvolvimento destrutivo das forças produtivas capitalistas, expressões concretas do sociometabolismo do capital.” (p. 5).

A modernização da agricultura pautada pelo uso de sementes transgênicas, nos moldes do agronegócio tal qual ocorre em todas as partes da América Latina, e especialmente no Brasil, visa o controle total da produção de alimentos. O objetivo da judicialização de sementes locais, a imposição de leis de propriedade intelectual de sementes e outras demandas do agronegócio, é tornar os povos dependentes, condenando os pequenos agricultores a abandonar sua terra, sua cultura e sua vida. O biólogo molecular Andrés Carrasco, importante cientista argentino que denunciou as consequências do uso do glifosato na saúde humana, afirmou que:

A apropriação por expropriação de terras e territórios deve ser vista no marco de um projeto geopolítico estendido por todas as partes da América Latina e que faz parte de um projeto de **dominação e controle da produção**

²¹ THUSWOHL, M. “Grupo de seis empresas controla mercado global de transgênicos”. Repórter Brasil, 12 nov 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/iRzSru>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

de alimentos mediante a disseminação legal e ilegal, de sementes geneticamente modificadas ou transgênicas. Este projeto pretende impor aos países produtores um modelo comum de aprovação, comercialização e propriedade intelectual das sementes, modos de produção e posse e uso da terra, modificação das leis das nações latino-americanas, africanas e asiáticas, rogando a si a soberania e segurança alimentares de nossos povos. Este modelo tem convertido em mercadoria os alimentos e outros bens comuns, ocasionando um extermínio genocida dos povos saqueados. A imposição de modelos extrativistas impede, ainda mais, as democracias dos povos, fragilizando assim seus laços comunitários ao força-los a entregar suas riquezas através da apropriação por expropriação do território, de suas atividades produtivas e de sua cultura. (2014. *Tradução própria*).

As tecnologias de alto impacto empregadas em larga escala pelo agronegócio transnacional tem consequências irreversíveis, como o desaparecimento de espécies nativas agroalimentares. Segundo Carrasco (2014), o modelo extrativista é estratégia fundamental do modelo neocolonial de apropriação por expropriação e se difunde politicamente a partir de alguns governos corruptos associados a transnacionais, representando o saqueio dos bens comuns e da identidade cultural dos povos latino-americanos.

A adoção destas tecnologias suscita a necessidade de um debate ético sobre o desenvolvimento da ciência, uma vez que esta se comporta cada vez mais dependente dos poderes hegemônicos. Afinal, se a ciência é fruto do investimento de uma sociedade, como pode esta mesma ciência, que deve produzir benefícios a esta sociedade, ser usada contra a vida da própria sociedade que a produz? Como apontou Carrasco:

Neste contexto, os cultivos transgênicos são veículos projetados, não para alimentar ao mundo, e sim para a apropriação sistemática e instrumental da natureza; e, sem dúvida, um instrumento estratégico de controle territorial, político e cultural de uma nova etapa neocolonial que impõe tecnologias que satisfaçam a nova fase de acumulação na organização global do capitalismo, que necessita da substituição dos modos tradicionais de melhoramento agrícola por métodos antinaturais.” (2014).

Para o autor, nenhuma nação democrática e soberana poderia submeter seu desenvolvimento intelectual, tecnológico e científico ao interesse de setores particulares, nacionais ou internacionais. “Os povos latino-americanos têm o direito inalienável de desenvolver uma ciência transparente, autônoma e que sirva aos seus interesses. [...] Esta ciência deverá comprometer-se com a honestidade.” (CARRASCO, 2014).

No entanto, o que prevalece, principalmente no Brasil, é um ambiente favorável ao controle estrangeiro da agricultura, ainda que sob o alerta de pesquisas sobre os efeitos

nocivos do uso de agrotóxico e sementes transgênicas e suas consequências para os seres humanos e o meio ambiente em geral.

2.1.2. As sementes transgênicas: o controle total do mercado sobre o descontrole da vida

O modelo industrial da agricultura, ao ser introduzido nos países em desenvolvimento, erodiu, segundo Altieri (2012), a diversidade agrícola, uma vez que foram as monoculturas que passaram a predominar amplamente. Um inquietante resultado disto é uma atual dependência de poucas variedades para as principais agriculturas. Esta uniformidade genética tende a aumentar rapidamente a vulnerabilidade à ocorrência de pragas e intempéries, isto sem mencionar os problemas relacionados a esta limitação genética no tocante à distribuição de alimentos pelo mundo. Algo que o referido autor denunciava assim: “Uma tendência preocupante é a recente expansão das monoculturas de milho e soja transgênicos, com uma base genética muito estreita e que em 2004 atingiu cerca de 70 milhões de hectares em todo o mundo” (2012, p. 26).

As sementes estão na base de processos produtivos, sociais e culturais que ofereceram às populações locais a capacidade de alcançar uma relativa autonomia ao não depender do controle de sementes e dos alimentos das grandes empresas e do grande capital. (LA VIA CAMPESINA; GRAIN, 2015). No entanto, esta independência representa um obstáculo aos interesses empresariais de controle da terra, da agricultura e dos alimentos, dado imenso mercado e promessa de concentração, controle e lucro que estes setores representam. Dentre as estratégias empresariais no sentido de garantir este controle, a partir da Revolução Verde, estão: os programas de pesquisa e ampliação da agricultura, as cadeias globais de mercadorias e a gigantesca expansão da agricultura de exportação e do agronegócio. Uma estratégia mais recente e que tem expressão em todo o globo, em especial na América Latina, é a ofensiva legal, através das chamadas leis de sementes. De acordo com relatório realizado pela Via Campesina e Grain²² (2015):

Atualmente, o setor empresarial está a tentar travar essa rebelião, com uma ofensiva legal global. Com o aparecimento da Organização Mundial do Comércio, praticamente todos os países do mundo começaram a aprovar leis

²² “GRAIN é uma pequena organização internacional que trabalha para apoiar os pequenos agricultores e movimentos sociais em suas lutas por sistemas alimentares baseados na biodiversidade e controlado pela comunidade.” Disponível em: Grain, “Quem somos”: <https://www.grain.org/es/pages/organisation>.

conferindo às empresas a posse sobre diversas formas de vida. Seja através de patentes, seja por meio dos chamados direitos dos obtentores de plantas ou de leis de proteção das variedades vegetais, já é possível privatizar microrganismos, genes, células, plantas, sementes e animais. (p. 4).

Até a década de 1970, além das pequenas casas de sementes, a pesquisa no desenvolvimento de novas variedades, o controle e a distribuição das sementes estavam a cargo de empresas estatais. A partir de então, percebe-se o forte processo de tomada do controle das mãos das pequenas empresas e programas públicos por grandes empresas (LA VIA CAMPESINA; GRAIN, 2015). Segundo Aranda:

Três empresas controlam mais da metade (53%) do mercado mundial de sementes: a Monsanto (26%), a DuPont Pioneer (18,2%) e a Syngenta (9,2%). Entre o quarto e o décimo lugar aparecem a companhia Vilmorin (do francês Grupo Limagrain), WinField, a alemã KWS, Bayer Cropscience, Dow AgroSciences e as japonesas Sakata e Takii. As 10 empresas dominam 75% do mercado mundial de sementes. (2015).

Essa estratégia das grandes empresas transnacionais, tendo em muitas regiões a autorização, apoio e até incentivo dos governos locais, ajuda a explicar o grande aumento de áreas de plantio de transgênicos no mundo.

A área mundial atual de plantio de culturas geneticamente modificadas corresponde a aproximadamente 185 milhões de hectares, como mostram a Tabela 1 e a Figura 11. O trabalho de porta-voz dos interesses dos grandes conglomerados empresariais mundiais da biotecnologia, conforme executado pelo *International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications* (ISAAA), dá o tom da sofisticação estratégica atual na difusão da ideologia de mercantilização de sementes alimentares, e não só as alimentares, pelo mundo. E esta postura é direcionada principalmente para países em desenvolvimento utilizando, inclusive, discurso de caráter humanitário, em que agricultores pobres seriam o principal público-alvo das ações da propaganda biotecnológica.

Tabela 1: Área em plantio de culturas geneticamente modificadas no mundo, entre 1996 e 2016

Ano	Área (milhões de hectares)
1996	1,7
1997	11,0
1998	27,8
1999	39,9
2000	44,2
2001	52,6

2002	58,7
2003	67,7
2004	81,0
2005	90,0
2006	102,0
2007	114,3
2008	125,0
2009	134,0
2010	148,0
2011	160,0
2012	170,3
2013	175,2
2014	181,5
2015	179,7
2016	185,1

Fonte: ISAAA, 2017.

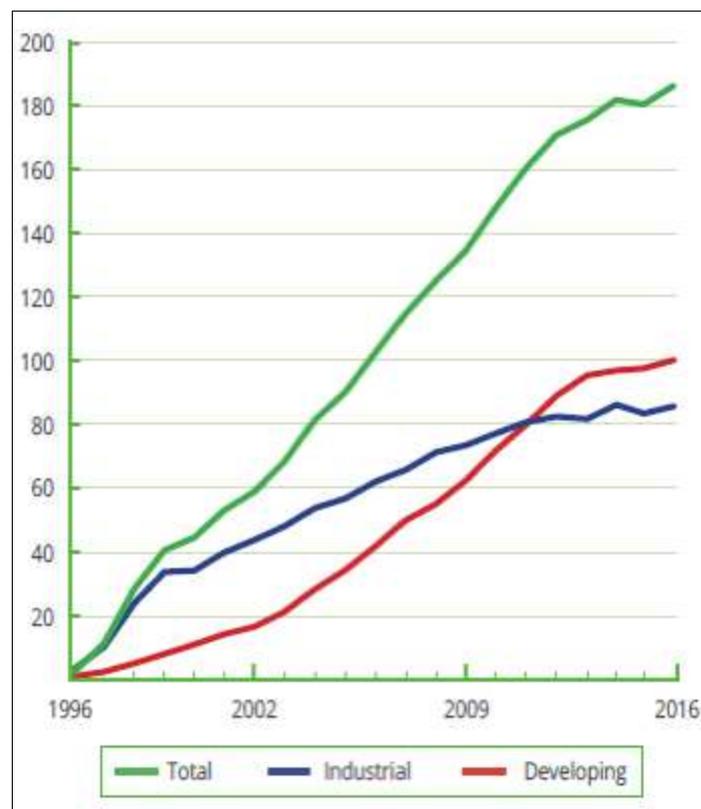


Figura 11: Área Global de culturas biotecnológicas, 1996 a 2016: países industrializados e em desenvolvimento (milhões de hectares).

Fonte: ISAAA, 2017.

O risco que envolve a manipulação da biotecnologia no campo e especificamente na produção de alimentos vai a reboque da globalização da lógica capitalista de alta produtividade que visa à concentração de renda. No debate a respeito da lógica da distribuição de riqueza e distribuição de riscos, o sociólogo Ulrich Beck afirma que a produção social da

riqueza é acompanhada pela produção social de riscos, o que resulta no fato de aos problemas e conflitos distributivos da sociedade da escassez sobrepor-se: “os problemas e conflitos surgidos a partir da produção, definição e distribuição de riscos científico-tecnologicamente produzidos” (BECK, 2010, p. 23). De acordo com o autor:

Não se trata mais, portanto, ou não se trata mais exclusivamente de uma utilização econômica da natureza para libertar as pessoas de sujeições tradicionais, mas também e sobretudo de problemas decorrentes do próprio desenvolvimento técnico-econômico. O processo de modernização torna-se “*reflexivo*”, convertendo-se a si mesmo em tema e problema. Às questões do desenvolvimento e do emprego de tecnologias (no âmbito da natureza, da sociedade e da personalidade) sobrepõem-se questões do “manejo” político e científico – administração, descoberta, integração, prevenção, acobertamento – dos riscos de tecnologias efetiva ou potencialmente empregáveis, tendo em vista horizontes de relevância a serem especificamente definidos. A promessa de segurança avança com os riscos e precisa ser, diante de uma esfera pública alerta e crítica, continuamente reforçada por meio de intervenções cosméticas ou efetivas no desenvolvimento técnico-econômico. (p. 24).

Os riscos relacionados aos temas que envolvem a biossegurança das plantas transgênicas são de diversas ordens, desde a dependência econômica das sementes patenteadas, até os riscos para a saúde humana e animal e para o meio ambiente. Os temas subdividem-se em: “subtemas e particularidades associadas aos transgenes envolvidos, aos organismos hospedeiros, aos pacotes tecnológicos e agrotóxicos associados, entre outros” (FERMENT et al., 2015, p. 18). No livro “Lavouras Transgênicas – riscos e incertezas: mais de 750 estudos desprezados pelos órgãos reguladores de OGMs”, os autores buscam promover a reflexão e contribuir com o debate sobre a liberação e o uso de plantas transgênicas, partindo da importância da manutenção da biodiversidade e da agrobiodiversidade, da segurança e soberania alimentar e o desenvolvimento rural sustentável. Partindo deste princípio, os autores afirmam:

Chamamos atenção para o fato de que seria necessário um trabalho de pesquisa similar – e não menos amplo – para abordar o conjunto de riscos socioeconômicos que tais plantas representam. Análises efetivas de performances agronômicas, com balanço de custos e benefícios levando em conta perspectivas de médio prazo, jamais foram realizadas de forma isenta e independente, levando em consideração a possibilidade de rejeitar essas tecnologias. O objetivo de estabelecer um balanço sistêmico, cotejando risco/benefício da biotecnologia aplicada ao domínio da agricultura, o que deveria balizar as decisões – no Brasil – do Conselho Nacional de Biossegurança, jamais esteve entre as preocupações da CTNBio. Se perseguido, esse objetivo com certeza deveria apoiar-se não apenas nos estudos aqui reunidos, mas também agregar a esses, aqueles gerados em

outro universo de revistas científicas especializadas, de forma a cobrir os temas da economia e da sociologia.” (p. 19).

A complexa rede que envolve a questão do uso de transgênicos e de agrotóxicos no Brasil chega ao setor da educação e à saúde pública, configurando um intenso conflito de interesses perpetrado pelo agronegócio, contando com a conivência do Estado. As organizações do agronegócio têm atuação articulada em nível nacional, regional e local. Como exemplo, temos a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que atuam na difusão do discurso do agronegócio em defesa dos agrotóxicos, chamados “defensivos agrícolas”, a partir da realização massiva de palestras e reuniões (CARNEIRO et al., 2015). De acordo com o autor:

Passadas três décadas e meia, as estratégias de discurso e campanhas permanecem as mesmas, talvez mais sofisticadas. No fim de 2010 a Andef lançou um número especial de sua revista, *Defesa Vegetal*, dedicada ao tema da educação. A revista apresenta como estratégia para o setor (agronegócio) entrar nas escolas públicas em todos os níveis de escolaridade para desenvolver um trabalho de convencimento dos professores, interferindo na preparação de livros didáticos e demonstrando para a sociedade que só o modelo do agronegócio pode produzir alimentos para todos. Percebe-se que o setor tem clareza das dificuldades de tratar do tema dos agrotóxicos, por isso propõe ações mais amplas para se aproximar do público e abordar o tema central: uso seguro de agrotóxicos, negando o termo correto estabelecido por lei (agrotóxico), substituído sempre por defensivo agrícola ou agrodefensivo. (p. 441).

A Andef faz parte de uma rede de associações que compõem a CropLife Latin America, que está presente em 18 países da América Latina, como mostra a Figura 12, representando os interesses de:

nove multinacionais que atuam de forma articulada neste continente no desenvolvimento de ‘defensivos agrícolas, biotecnologia e sementes’: Arysta LifeScience, Syngenta, FMC, Bayer, Dow AgroSciences, Monsanto, Dupont, BASF e Sumitomo Chemical (CARNEIRO et al., 2015, p. 441).

A CropLife Latin America é uma das seis associações regionais que formam a rede global da CropLife International, representadas na Figura 13.



Figura 12: Rede de associações da CropLife Latin America.
 Fonte: <http://www.croplifela.org/pt/sobre-nos/rede-global>.



Figura 13: Rede Global da CropLife International.
 Fonte: http://www.croplifela.org/images/PT/articulos/33/red_global3.png.

Atuando na área da educação e da saúde, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), vinculada à CNA, foi criado em 1991 e: “é uma entidade de direito privado,

paraestatal, mantida pela classe patronal rural, que integra o Sistema S” (CARNEIRO, 2015, p. 443). Em 2010, foi criado pelo Governo Federal o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) e neste âmbito, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Campo, em parceria com o Senar/CNA. Só no ano de 2013 foram repassados ao Senar 57 milhões de reais, com a matrícula de 37 mil estudantes, cujo acesso à educação do campo se dá nos moldes do ensino voltado para o agronegócio.

Atualmente, no Brasil, está em vigor a obrigatoriedade da rotulagem de alimentos destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, com a utilização do símbolo “T” e alguns detalhes técnicos, como mostra a Figura 14. A rotulagem representa uma conquista dos consumidores brasileiros, onde o papel do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) foi e tem sido de grande importância.



Figura 14: Símbolo de produto com OGM.
Fonte: <https://goo.gl/WqScsi>.

Tal rotulagem tem desagradado muito os setores econômicos brasileiros que representam grandes proprietários de terra e os representantes da indústria alimentícia de grande escala, e o tema tem sido central em verdadeiras batalhas judiciais envolvendo IDEC, movimentos ambientalistas, a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA) e deputados da “bancada ruralista” do Congresso Nacional. A lei que prevê a rotulagem dos alimentos produzidos a partir de OGMs e derivados parte do direito constitucional à informação adequada, garantido pelo artigo 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor, segundo o qual é direito básico do consumidor:

A informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como os riscos que apresentem. (BRASIL, 1990).

Atualmente tramita no Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara nº 34/2015, de autoria do deputado Luiz Carlos Heinze, segundo o qual é retirada a obrigatoriedade da rotulagem. O projeto está aguardando votação na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado.

A não rotulagem de alimentos transgênicos representaria um grande retrocesso na política de defesa do consumidor. O direito à informação sobre o que está consumindo representa um direito básico de todos (as) brasileiros (as). Compreendemos a partir disto que até mesmo o direito constitucional está em risco em função da pressão de grupos empresariais que defendem o agronegócio. Temas como a liberdade de escolha e o direito à informação podem ser descartados se não interessam aos grandes grupos empresariais de produtos para alimentação. Reascende então a lógica extremamente oposta da agricultura camponesa em que as sementes crioulas são valorizadas e protegidas.

2.1.3. Sementes crioulas na Paraíba: origem e resistência das Sementes da Paixão

Cultivadas e preservadas ao longo de milhares de anos, as sementes são pilares insubstituíveis da produção alimentar. Centenas de culturas e milhares de variedades de cultivos foram criados a partir do trabalho de milhões de famílias e comunidades agrícolas. Segundo La Via Campesina e Grain (2015):

A troca regular de sementes entre as comunidades e as populações permitiu a adaptação das culturas a diferentes condições, climas e topografias. Foi assim que a agricultura se espalhou, desenvolveu e alimentou o mundo com uma dieta diversificada. (p. 11).

As sementes crioulas hoje são reconhecidas como sementes de grande importância, não apenas como grãos, mas nem sempre foi assim. Graças às lutas travadas pelos movimentos sociais do campo e diversas entidades da sociedade civil mundialmente organizadas, as sementes crioulas hoje têm sua importância reconhecida no Tratado sobre

Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura²³, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), na Convenção da Diversidade Biológica, além da Lei Federal nº 10.711, de 2003, sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças (Carta Política do II ESSB, 2011) (Anexo IV). As leis e tratados mundiais mencionados colocam agricultoras e agricultores familiares em primeiro plano no reconhecimento de sua importância para a conservação da agrobiodiversidade. Destaca o papel pioneiro do estado da Paraíba na criação da lei estadual sobre BSCs, em 2002, que inclusive antecedeu a Lei brasileira de Sementes e Mudanças, em 2003. Porém, este pioneirismo não garantiu uma adoção maciça das práticas agroecológicas como referência para a política agrária estadual, e após a criação da lei, o governo estadual voltou à lógica dos programas de distribuição de sementes “melhoradas”, adquiridas de grandes empresas sementeiras (CUNHA, 2013).

A estratégia agroecológica de resgate e preservação de sementes crioulas, adotada por agricultoras e agricultores vinculados ao Polo da Borborema, em que os BSCs e Bancos de Sementes Familiares (BSFs) representam esta prática. Resguardar a produção própria de sementes é garantir que estas sementes estejam disponíveis para agricultoras e agricultores na época mais adequada ao plantio, o que contribui para a autonomia na produção das espécies alimentares mais adaptadas às condições naturais da região, e para a segurança alimentar (DIDONET, 2013).

A definição como “Sementes da paixão” às sementes crioulas da Paraíba tem significado estratégico para a agricultura familiar camponesa. Tal nomenclatura se deve ao Sr. Antônio Salviano, o Seu Dodô, agricultor da zona rural de Desterro, no Cariri²⁴. Por ocasião de encontro estadual sobre sementes realizado em 1998, o agricultor disse:

O que eu quero plantar é o milho jibatão, o feijão corujinha e a fava cara larga, e não a semente que vem de fora. Essas são minhas sementes da paixão. Cada um tem suas sementes da paixão e é nessa diversidade que nós temos de nos apoiar. (SILVA; ALMEIDA, 2007, p. 17).

²³ O Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em 3 de novembro de 2001, foi assinado pelo Brasil em 10 de junho de 2002. O texto consta no Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6476.htm>. Acesso em 29 jan 2016.

²⁴ “Sementes da Paixão germinam na pior seca dos últimos 40 anos na PB”. G1 Paraíba, 12/04/2014. Disponível em: <<https://goo.gl/kCXnCn>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

Evento em que o Polo da Borborema busca ressignificar a importância das sementes crioulas, a partir do encontro com diversas entidades e realização de atividades que ressaltem as estratégias de Convivência com o Semiárido pautadas pela soberania alimentar, é a Festa Estadual das Sementes da Paixão, realizada pela ASA Paraíba, e que realizou sua sexta edição no ano de 2015, da qual participamos. Nesta edição, o lema que animou o evento foi: “Agricultura Familiar: guardião da sociobiodiversidade, pela soberania alimentar, livre de transgênicos e agrotóxicos”. A festa foi realizada na cidade de Arara, município que faz parte da área de abrangência do Polo.

A ASA Paraíba é uma rede de mais de 300 organizações que trabalham pelo fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica, e está vinculada à Articulação Nacional do Semiárido (ASA Brasil) e às ASAs de mais oito estados do Semiárido Brasileiro. A festa contou com a realização de mesas de diálogo, com depoimentos de guardiões e guardiões e de lideranças agricultoras. Uma das mesas teve como objetivo apresentar e discutir a conjuntura atual das políticas públicas que contemplem a questão das sementes, os avanços e desafios. A coordenadora do Polo da Borborema, Roselita Vitor que também é agricultora no Assentamento Queimadas, em Remígio, destacou o papel das famílias guardiãs para a preservação das sementes crioulas:

Se os guardiões não existissem, a gente não teria o que comer. Sem as sementes crioulas a gente não vive, elas são a autonomia das famílias, a garantia da saúde. A nossa luta é resistência, devemos essa luta às agricultoras e agricultores. Se a gente não tivesse a experiência prática das Sementes da Paixão, nós não teríamos condições de enfrentar o agronegócio. (Depoimento de Roselita Vitor na mesa de diálogo no dia 14/10/15, na VI Festa das Sementes da Paixão, conforme Figura 15).



Figura 15: Depoimento de Roselita Vitor durante mesa de diálogo da VI Festa Estadual das Sementes da Paixão.

Fotografia: AS-PTA. Disponível em: <https://goo.gl/hzVHuF>.

O evento contou ainda com a realização de oficinas temáticas em torno dos temas de gestão, organização, armazenamento, integração de sementes florestais e frutíferas nos BSCs, produção e seleção de sementes, raças nativas (as “sementes dos animais”), beneficiamento de frutas e bancos de germoplasma²⁵. As oficinas favoreceram a troca de experiência ao contar com a participação de agricultores de diversas regiões do semiárido, com diferentes condições e estratégias de convivência com as possibilidades e limites locais.

Outra atividade do evento foi a realização de três atos, na cidade de Campina Grande, sendo: uma manifestação na Embrapa Algodão, em que os agricultores (as) exigiram que sejam realizadas pesquisas adaptadas à realidade da agricultura familiar e da agroecologia. Esses momentos são registrados na Figura 16 e 17. Nesta última se registram parte das manifestações de agricultore e agricultoras na Conab e em uma empresa fabricante

²⁵ “Entende-se como Germoplasma o material que constitui a base física da herança sendo transmitida de uma geração para outra. Significa a matéria onde se encontra um princípio que pode crescer e se desenvolver, sendo definido ainda, como a soma total dos materiais hereditários de uma espécie. [...] O intercâmbio de germoplasma é uma estratégia de transferência e enriquecimento de patrimônio genético vegetal de um país ou organização, consubstanciada no princípio de reciprocidade e delimitada por regras preestabelecidas pela segurança biológica com base em legislação fitossanitária e de proteção ao patrimônio genético dos países.” Disponível em: <https://www.embrapa.br/recursos-geneticos-e-biotecnologia/pesquisa-e-desenvolvimento/intercambio-de-germoplasma>. Acessado em: 21 jul 2016.

de cuscuz, onde foi feito um alerta à população sobre a importância da rotulagem dos transgênicos.



Figura 16: Ato em frente à Embrapa Algodão.
Fotografia: ASA, <<http://www.asabrasil.org.br/>>, 16/10/15.



Figura 17: Ato em frente à Conab.
Fotografia: ASA, <<http://www.asabrasil.org.br/>>, 16/10/15.

Ao final dos atos, foi realizada a Feira Estadual das Sementes da Paixão, contando com os relatos de representantes da ASA Paraíba e de agricultores (as) de todas as regiões do estado. Na feira, foram realizadas trocas de sementes, comercialização de produtos da agricultura familiar. A Figura 18 mostra frutas, legumes, bolos, doces, artesanato etc., apresentando a rica e diversa tradição cultural camponesa paraibana, e ainda, demonstração de testes de transgenia, registrada na Figura 19. A feira foi encerrada com ato ecumênico de

bênção das sementes da paixão, representando a importância das mesmas para as diversas comunidades.



Figura 18: Comercialização de produtos da agricultura familiar.
Fotografia: ASA, <<http://www.asabrasil.org.br/>>, 16/10/15.



Figura 19: Testes de transgenia durante a Feira.
Fotografia: ASA, <<http://www.asabrasil.org.br/>>, 16/10/15.

Durante a festa foram produzidas ainda duas cartas, uma direcionada à Conab e outra, a carta política da VI Festa das Sementes da Paixão. Na carta à Conab (Anexo V) os agricultores e agricultoras denunciam que o milho vendido pela companhia a preços subsidiados para alimentação animal, na Paraíba, é transgênico. De acordo com a própria Conab, no ano de 2013, mais de 33 mil toneladas do milho foram comercializadas no estado,

e no Nordeste, foram 400 toneladas. A carta política da festa apresentou um balanço das principais conquistas e das reivindicações do processo de trabalho da ASA Paraíba quanto à preservação e conservação de sementes crioulas. Destacamos do documento:

Nós, mais de 350 agricultoras e agricultores familiares, lideranças, assessores, educadores e educadoras populares, representantes de organizações que integram a Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba), a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Via Campesina, nos reunimos na Cidade de Arara-PB, nos dias 14 e 15 de outubro de 2015, na Semana Mundial da Alimentação, para celebrar nossas conquistas em defesa do direito sobre a agrobiodiversidade da agricultura familiar camponesa e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Conhecidas como Sementes da Paixão, Sementes Crioulas, Sementes da Resistência, Sementes da Fatura ou Sementes da Gente, esse patrimônio inalienável constitui um bem comum indispensável para a convivência com o Semiárido em bases agroecológicas, para a garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional e para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas. O evento foi também uma oportunidade para renovarmos nossas estratégias de ação frente às ameaças de violação desse direito. A VI Festa da Semente da Paixão foi o coroamento de um processo que mobilizou nos últimos meses, em todas as regiões do Semiárido Paraibano, milhares de agricultoras e agricultores articulados à Rede de Bancos de Sementes Comunitários, atualmente composta por mais de 7.000 famílias associadas a mais de 200 bancos distribuídos pelo estado. [...] Além de sermos guardiões e guardiãs das sementes da paixão, dominamos os conhecimentos sobre o seu uso, com destaque especial para o histórico papel exercido pelas mulheres agricultoras na seleção, conservação e na multiplicação das sementes. [...] A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) é uma conquista resultante de décadas de mobilização social e da construção de iniciativas autônomas por parte da sociedade civil e dos movimentos sociais, em especial dos movimentos de mulheres, correspondendo, portanto, a um reconhecimento oficial do papel da Agroecologia na promoção do desenvolvimento rural. [...] Em edições anteriores de nossas Festas das Sementes da Paixão, os programas estaduais de distribuição de sementes foram fortemente criticados pelo fato de distribuírem grandes quantidades de poucas espécies e poucas variedades, muitas vezes conflitando com as lógicas dos bancos comunitários, ou mesmo distribuindo sementes transgênicas ou pouco adaptadas às condições locais de cultivo. (Carta Política da VI Festa Estadual das Sementes da Paixão, ASA, 2015).

As cartas políticas que, como esta, são produzidas durante os eventos realizados pelas organizações de agricultores (as), em geral são publicizadas e encaminhadas aos órgãos relacionados à agricultura familiar do estado, visando manter a pauta de reivindicações permanente, para além do período de realização do evento, bem como estabelecer uma comunicação direta com a população em geral.

Recentemente foram identificadas sementes de milho contaminadas por transgênicos, na área de atuação do Polo. Com o intuito de barrar este avanço, sindicatos, o Polo e AS-PTA

têm se mobilizado e realizado reuniões comunitárias para apresentar a agricultoras e agricultores o que são os transgênicos, os riscos do uso e as melhores estratégias para combatê-los²⁶. Segundo agricultores (as) do Assentamento Queimadas, em Remígio, cinco campos de milho foram identificados com sementes contaminadas por transgênicos. Eles atribuem a causa da contaminação à aquisição e plantio de sementes de milho de origem desconhecida. A perda dos estoques familiares em função de cinco anos consecutivos de estiagem incentivou os (as) agricultores (as) a adquirir as sementes em feiras livres e lojas agropecuárias da região. Na reunião foram realizados novos testes de transgenia e debatidas estratégias coletivas para proteger as sementes da paixão da contaminação. Uma das estratégias encontradas no sentido de manter as sementes livres de transgênicos, foi a implementação de campos de multiplicação de milho da paixão nos roçados mais isolados e com mata nas proximidades, para evitar que o vento traga o pólen da planta transgênica.

Em função da ameaça de contaminação das sementes de milho por sementes transgênicas, que tem sido observada na região de abrangência do Polo, a Rede de Sementes e a Juventude Camponesa do Polo da Borborema, juntamente com a AS-PTA, lançaram uma campanha para evitar a contaminação e visando alertar os agricultores e consumidores. Trata-se da campanha “Não Planto Transgênicos para não Apagar Minha História”²⁷, como mostra a Figura 20. O cartaz da campanha lista as principais recomendações sobre os cuidados com as sementes da paixão (Anexo VI).

²⁶ AS-PTA, 22 nov 2016. “O fortalecimento dos Bancos de Sementes combate o avanço de transgênicos no Território da Borborema”. Disponível em: <<https://goo.gl/PZs2HD>>. Acesso em: 30 de nov 2016.

²⁷ A AS-PTA e o Polo da Borborema produziram vídeos sobre a campanha, disponíveis em: <<https://vimeo.com/180332671>> e <https://www.youtube.com/watch?v=giUuv8y4_jY>. Acesso em: 25 set 2016.



Figura 20: Conjunto de imagens utilizadas na Campanha “Não Planto Transgênicos para não Apagar a Minha História”.

Fonte: AS-PTA, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/ZrQsRY>>. Acesso em: 25 set 2016.

Dentre as principais sementes valorizadas pelo Polo da Borborema, estão as sementes de: fava (11 variedades); feijão (27 variedades); jerimum (duas variedades); milho (oito variedades), entre outras.

2.1.4. Os Bancos de Sementes Comunitários (BSCs) do Polo da Borborema

No intuito de se manter sempre à disposição as sementes mais adequadas às condições ambientais e também culturais das localidades de cultivo, os camponeses adotaram práticas de estocagem baseadas em conhecimentos tradicionais, passadas de geração em geração. Os (As) camponeses (as) do Polo adotam, desde práticas familiares de armazenamento, através dos bancos familiares de sementes, até, e principalmente, formas mais coletivas, como os BSCs, também chamados de Casas de Sementes. Também o conhecimento das particularidades de seleção, catalogação, conservação e manejo, além de aspectos culturais relacionados à alimentação local, é transmitido de geração em geração, e

sistematizado em forma de conhecimento coletivo pela organização sindical. De acordo com Cunha (2013):

Os BSCs são normalmente formados após um trabalho de resgate das variedades existentes na região e conservadas por famílias e/ou comunidades. Comumente realizam-se testes de competição entre diferentes variedades resgatadas para que os agricultores possam avaliar suas características e a sua adaptabilidade a condições locais, bem como implantam-se campos de multiplicação de sementes das variedades em risco de desaparecimento, ou para as quais há maior demanda pelos agricultores.

Os BSCs representam um mecanismo de seguridade em relação a este insumo, garantindo aos agricultores a disponibilidade de sementes quando seus estoques familiares são comprometidos. (p. 14).

Atualmente, a rede de BSCs do Polo conta com 62 bancos em pleno funcionamento, e mais 20 em processo de reestruturação, somando, ao todo, 82 BSCs. Nestes bancos, as sementes são armazenadas em silos, garrafas pets ou em latões. A iniciativa de se criar os BSCs é proveniente da tradição de armazenamento familiar de sementes, bem como de uma conscientização, por parte dos (as) agricultores (as), com relação ao real valor das sementes crioulas. Historicamente, as políticas públicas adotadas no estado da Paraíba, semelhante ao que acontece no restante do Nordeste, visam à distribuição de sementes comerciais melhoradas (CUNHA, 2013). Segundo o julgamento de técnicos vinculados ao governo, as sementes locais teriam qualidade inferior, em termos de produtividade, como nos informou em entrevista semiestruturada, o fundador do primeiro BSC do estado da Paraíba, Seu Zé Pequeno.

De acordo com o relato de Seu Zé Pequeno, o primeiro BSC da Paraíba foi fundado em agosto de 1974, em decorrência da grande necessidade de sementes que os camponeses da microrregião do Brejo Paraibano sofreram durante décadas, e que os colocava na dependência de políticos assistencialistas que utilizavam o acesso a sementes como barganha eleitoral e mecanismo de controle social. Seu Zé Pequeno, inspirado por seu pai, que tinha a prática de guardar sementes e compartilhar junto aos camponeses que precisassem, juntamente com outros agricultores, fundou o Banco de Sementes Comunitário São Francisco, no Sítio São Tomé II, em Alagoa Nova, como mostra a Figura 21.



Figura 21: Primeiro Banco de Semente Comunitário da Paraíba, o BSC São Francisco.
Fotografia: ALVES, L. A. Trabalho de campo 20/08/16. Sítio São Tomé II, Alagoa Nova/PB.

Durante reuniões de estudo bíblico, que eram realizadas todo domingo em sua residência, Zé Pequeno foi testemunha de inúmeros depoimentos de camponeses que relatavam as dificuldades de se manterem na agricultura sem terem condições de comprar suas próprias sementes. Na entrevista que realizamos em agosto de 2014 com o intuito de construirmos, a partir da fala dos atores principais do modelo de agricultura camponesa, nosso projeto de mestrado, Seu Zé Pequeno lembrou como funcionava a “distribuição” de sementes, que submetia os pequenos agricultores a situações precárias, e como a união entre eles possibilitou a reação que reflete na realidade atual:

Em 1974 a gente falava numa semente comunitária pra nós plantar. Aí ele disse: como, Zé Pequeno, tu vai conseguir, se tudo desapareceu? Aí eu digo: mas existe! [...] E eles contavam que, hoje em dia, a gente, se quer plantar... só se tiver dinheiro pra comprar, e não se planta o que se quer... [...] Ali, quando é tempo que chove, tem um vereador distribuindo semente... distribuindo semente para os agricultor plantar, mas pra aqueles que vota neles! [...] O agricultor precisava de 10 kg, 20 kg... de feijão pra plantar, de legumes, além de não ser a sua semente, era 2kg... além do mais essas humilhação... Aí a gente, como pregava-se o Evangelho, “o Evangelho sem ação é morto”, né? Não adianta se falar em Deus se não tem ação, né? Aí, vamos fazer uma ação! E a ação foi essa: fundar um Banco de Sementes Comunitário. (Depoimento de Zé Pequeno, em entrevista no dia 20/08/2014, no Sítio São Tomé II, em Alagoa Nova).

Em função da grande demanda, e pelo fato de ainda poucas sementes terem sido resgatadas para compor o BSC que estava surgindo, Seu Zé Pequeno, que participava das

ações dos padres franciscanos de convento no município de Lagoa Seca, pediu ajuda da igreja, na pessoa de Frei Artur, relatando a vontade dos camponeses de romperem com a dependência assistencialista, e terem acesso as suas próprias sementes. O Frei, por sua vez, aconselhou que os camponeses se organizassem para viabilizar as estratégias necessárias para o efetivo funcionamento do banco. A sugestão do religioso deu início ao que hoje é a forma peculiar de funcionamento da organização camponesa que sustenta o Polo da Borborema: iniciativas de trocas de experiências sobre a forma local de superar as limitações eventuais de disponibilidade de sementes. O detalhamento e a especificidade da estratégia de organização do BSC, a partir das ideias dos camponeses, e que foi posteriormente apresentada ao Frei Artur, admirou o religioso, que afirmou:

Olha, Zé Pequeno, se da maneira que vocês botaram aqui no papel, se isso funcionar... jamais vocês vão ter problema na vida, com semente! Vocês vão multiplicar essa semente que vão adquirir, e jamais vai faltar sementes pra esses agricultores plantar. E vai chegar muitos, do jeito que vocês botaram aqui no papel. (Depoimento de Zé Pequeno, em entrevista no dia 20/08/2014, no Sítio São Tomé II, em Alagoa Nova).

O BSC criado pela iniciativa de Zé Pequeno e dos outros agricultores significou para aqueles camponeses a autonomia necessária para quebrar a dependência do fornecedor clientelista e do mercado, funcionando da seguinte forma: o camponês conseguia no BSC a quantidade de semente de que precisasse e, quando a colheita acontecia, devolvia ao BSC a quantidade adquirida anteriormente, acrescida de uma pequena porção da semente, formando uma reserva, para ser usado em momentos de maior necessidade por quem precisasse. A partir deste modelo organizativo, e por influência do Polo da Borborema, que se mobilizou na região em 1993, as mulheres agricultoras começaram a buscar sua participação efetiva na organização de agricultores.

Os BSCs funcionam como suporte dos BSFs, e estes, por sua vez, sustentam os BSCs, estimulando as estratégias de produção de alimentos da agricultura camponesa, em que o trabalho coletivo e os laços de solidariedade entre as comunidades, formam a base desse modelo de agricultura. Isto mostra também o importante papel dos agentes locais, como o caso do Polo da Borborema, em gerir e estabelecer a organicidade da agricultura local, uma vez que são os(as) próprios(as) agricultores(as) quem ditam a forma como a agricultura deve funcionar. De acordo com relatos dos agricultores, em anos de chuvas regulares, os BSCs do Polo já chegaram a apresentar até 12 toneladas de sementes estocadas.

A gestão do Polo é prolífica em momentos de encontro, como as reuniões semanais em que são pautados todos os aspectos que afetam a agricultura familiar, sejam eles de ordem técnica, política e organizativa. Os BSCs do Polo fazem parte da Rede Estadual de Sementes da ASA-PB. Atualmente, a ASA-PB está trabalhando na atualização do mapa de BSCs da Paraíba (CUNHA, 2014). No Quadro 5 podemos observar os dados organizados até 2014:

Quadro 5: Mapeamento dos BSCs da ASA-Paraíba – dados até abril de 2014

REGIÃO	BSCs	Bancos Mãe	Bancos Regionais	Total de Bancos	Total de Famílias Envolvidas	Variedades Conservadas
Alto Sertão	29			29	641	25
Médio Sertão	25			25	545	12
Coletivo Regional do Cariri e Seridó Paraibano	30		1	31	440	30
Coletivo do Curimataú	7			7	216	14
Polo da Borborema	62	1	4	67	999	36
Coletivo do Folia	1			1	30	4
Casaco – Coletivo ASA Cariri Oriental	4			4	68	16
Brejo	3			3	57	6
Total	161	1	5	168	2.996	143

Fonte: CUNHA, 2014. Adaptação/elaboração: ALVES, L. A.

Pode-se observar o destaque do Polo da Borborema em número de famílias envolvidas com os BSCs, talvez pelo fato histórico de o primeiro BSC ter sido criado pelos agricultores da região.

O estado da Paraíba é pioneiro na criação da lei sobre Bancos de Sementes Comunitários, a Lei nº 7.298, publicada em 2002, antecedendo a Lei Federal nº 10.711, de 2003, que instituiu o Sistema Nacional de Sementes e Mudas. A lei paraibana criou o Programa Estadual de Sementes comunitários, segundo a qual “o Programa [...] buscará garantir a sustentabilidade da pequena produção agrícola do Estado através da oferta de sementes para o plantio, da organização e da capacitação para o gerenciamento nas comunidades de pequenos agricultores” (PARAÍBA, 2002). Segundo Cunha (2013), há que se destacar o reconhecimento, pela norma estadual, das organizações da sociedade civil quanto a

sua capacidade de gestão da agrobiodiversidade. Segundo o Art. 3º, a Lei determina que “Para implantação do Programa Estadual de Bancos de Sementes, o poder público estadual deverá buscar”:

I – a parceria com a sociedade civil organizada através das entidades que já desenvolvem a experiência de Bancos de Sementes Comunitários e trabalham na elaboração de programas de convivência com o semi-árido paraibano, celebrando convênios para capacitação da mão – de – obra, bem como para o desenvolvimento das etapas seguintes de implantação dos Bancos de Sementes;

II – a participação popular, através do desenvolvimento de atividades de organização comunitária, objetivando a capacitação e a interação das comunidades interessadas em implantar Bancos de Sementes Comunitários;

III – a sustentabilidade do programa, através da implementação de um sistema de reposição das sementes e do uso de variedades locais.

IV – a melhoria das sementes produzidas e armazenadas através do monitoramento da qualidade física das sementes.

V – a descentralização do programa através de levantamento de demanda de cada banco de sementes. (LEI ESTADUAL PB, nº 7.298, Art. 3º).

O Polo da Borborema mantém uma rotina de atividades nos municípios vinculados, com realização de reuniões temáticas voltadas aos (às) agricultores (as) sobre a importância do trabalho de informação quanto ao valor das sementes locais e o seu armazenamento adequado. Quanto à importância destas reuniões de informação do Polo com as comunidades, bem como da valorização da semente local pelas entidades públicas, a agricultora e fundadora do BSC de Queimadas, S., ilustra:

Foi um grande incentivo a gente lá, pra fazer esse banco de semente, porque é um resgate dessas sementes, e eles ficam com o conhecimento de não precisar pegar semente do governo. Não é que a gente é contra o governo, a gente é contra a política que vem do governo, entendeu? Se o governo apoiasse a semente do agricultor, os agricultores tinham semente pra vender. Esse ano mesmo, a semente do sorgo, o pessoal, tanto do Polo como de outras instituições, a gente tem agricultores que têm o hábito de guardar os cachos do sorgo pra o cultivo no outro ano. Então, o governo poderia apoiar comprando [dos pequenos agricultores], e não comprando da empresa, que vem envenenado [...]. (Depoimento de S., em entrevista no dia 20/08/2014, no STR de Queimadas).

De acordo com Nascimento (2011), a valorização do cultivo de sementes está diretamente relacionado ao seu “valor místico, social, histórico, político e econômico”. A

estocagem de sementes é uma tradição ameaçada pelas técnicas introduzidas pela modernização agrícola. Trata-se de uma estratégia de se garantir alimentos em tempos de estiagem prolongada, o que tem um valor ainda maior em tratando-se da região semiárida.

Do ponto de vista da rede de solidariedade que se estabelece no semiárido paraibano, os BSCs favorecem a autonomia dos trabalhadores que participam do Polo da Borborema, em relação à dependência das ações muitas vezes ineficientes do Estado com relação à Convivência com o Semiárido. De acordo com Nascimento, “autonomia esta entendida como liberdade de escolha das formas de produção, de resistência à dominação de modelos impostos pela lógica da agricultura “moderna” num território dominado pelo capital.” (NASCIMENTO, 2011, p. 30). As estratégias de Convivência com o Semiárido adotadas pelo Polo baseiam-se nos conhecimentos tradicionais de práticas sustentáveis de plantio, defesa de pragas, manejo de solo e armazenamento de sementes e espécies animais nativas, ou seja, práticas agroecológicas que colaboram, inclusive, com a permanência no campo. No tocante a uma compreensão da Convivência com o Semiárido para além do acesso ao domínio de técnicas e recurso financeiro para obras de infraestrutura, desde a perspectiva sociológica de Macedo (2004), considera-se que:

[A convivência] é um pensamento se fazendo na práxis como um pensar/fazer em andamento, em permanente curso de transformação com a participação que nele vai ocorrendo, tendo como perspectiva a autonomia dos indivíduos e seu empoderamento; ou *um conhecimento prudente para uma vida decente* que integra um conjunto de lutas processuais, sem fim definido, que tem um sentido de emancipação social. (p. 145. Grifo da autora).

Reconhecendo o processo atual de formulação das propostas que orientam o significado do paradigma da Convivência com o Semiárido, Silva (2006), desde a leitura medioambiental, vem a defini-lo como:

[...] *uma perspectiva cultural orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável no Semiárido, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais.* Considera-se que é essa a orientação de um novo paradigma civilizatório para a humanidade, de satisfação das necessidades e de expansão de suas capacidades, em comunhão com a natureza. (p. 272. Grifo do autor).

2.2. Organicidade do Polo da Borborema entorno as Sementes da Paixão e a participação das mulheres rurais

Enquanto o Polo da Borborema se estabelecia, passando a agregar mais sindicatos e associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, e com a assessoria da AS-PTA, percebeu-se que havia a necessidade de dividir as tarefas por temas específicos, a fim de dinamizar a difusão das estratégias de organização e ações relacionadas ao trabalho, bem como “viabilizar os processos democráticos e transparentes de participação” (BASTOS, 2010, p. 62), quando então o Polo passou a atuar a partir de comissões temáticas. As comissões temáticas do Polo são constituídas por lideranças da agricultura familiar “diretamente envolvidas em atividades de experimentação agroecológica” (PETERSEN; SILVEIRA, 2007, p. 103). Segundo os autores:

Cabe a cada uma das comissões planejar e monitorar o avanço das redes sociais responsáveis pela construção e disseminação de conhecimentos inovadores relacionados aos seus respectivos temas. Já a coordenação do Polo monitora e planeja o conjunto das ações e promove a expressão pública de seus resultados. (p. 103).

A **Comissão de Sementes** foi criada em 2002, no intuito de apoiar o fortalecimento dos BSCs do Polo. Nesta comissão, agricultores (as) são responsáveis por articular os bancos e administrar o complexo sistema de intercâmbios de conhecimentos e sementes (SILVA; ALMEIDA, 2007). O trabalho realizado nos BSCs garantiu a recuperação de sementes nativas de feijão e milho, além de outras sementes, que estavam sob risco de desaparecer (BASTOS, 2010).

A comissão de sementes realiza reuniões periódicas, onde são apresentadas as situações dos campos de multiplicação, o andamento das plantações e são realizadas oficinas diversas. O debate em torno da questão da distribuição de sementes por parte dos governos municipais também é uma pauta frequente. Conforme último balanço realizado pela comissão de sementes do Polo, em junho de 2017, foi levada em consideração que historicamente, os governos municipais, quanto à distribuição de sementes:

[...] tem desconsiderado o trabalho milenar das famílias agricultoras de conservação de uma diversidade de sementes sem agrotóxicos, nativas e adaptadas à região, realizando a distribuição de poucas variedades de sementes, vindas de fora, tratadas com veneno, por meio dos programas públicos de distribuição de sementes.

De acordo com o relato dos agricultores, o trabalho que vem sendo feito de fortalecimento dos bancos comunitários fez com que as famílias sócias já não precisem mais receber as sementes distribuídas pelos governos e tenham consciência de que não são obrigados a receber, caso não queiram. (AS-PTA, 2017).

A **Comissão de Recursos Hídricos** tem como base a construção de tecnologias sociais para captação e armazenamento de água, como a construção de cisternas de placa. O Polo participa dos programas federais de gestão de recursos hídricos, como o Programa Um Milhão de Cisternas para Provisão de Água para Consumo Humano (P1MC) e do Programa Uma Terra e Duas Águas para Acesso e Manejo de Água para a Produção de Alimentos (P1+2). Segundo Brito (2008), define-se gestão de recursos hídricos como “o conjunto de ações destinadas a regular o uso, o controle e a proteção dos recursos hídricos, em conformidade com a legislação e normas pertinentes” (BRITO, 2008, p. 46).

No ano de 2016, o Polo da Borborema e a AS-PTA, realizaram o Encontro Territorial do Programa Cisterna nas Escolas, que “viabiliza a construção de infraestruturas de captação de água da chuva em escolas rurais de todo o semiárido brasileiro, e na Borborema, vem sendo executado pela AS-PTA”²⁸. Tal projeto tem a parceria com entidades da ASA Brasil, recursos do MEC e do então MDS, no âmbito do Programa Água para Todos, do Governo Federal. Na primeira fase do projeto na Borborema, foram contemplados os municípios de Esperança, Lagoa Seca, Remígio, Massaranduba, Algodão de Jandaíra, Montadas, Casserengue e Alagoa Grande, e foram construídas 83 cisternas nos municípios.

A **Comissão de Saúde e Alimentação**, que também é chamada de “Comissão de Mulheres”, foi criada em 2005, a partir da observação sobre a específica importância da gestão do arredor de casa, onde o conhecimento das mulheres tem papel fundamental. Segundo Freire (2015):

A partir de um *Seminário Regional sobre os Arredores de Casa*, com a participação de cerca de 150 mulheres, fomentou-se um processo de experimentação voltado para a revitalização e o reordenamento desse espaço. O trabalho partiu justamente da revalorização e da visibilidade dos conhecimentos das mulheres sobre as práticas tradicionais, como a gestão da água, incluindo as práticas de reuso; o resgate das plantas medicinais; o papel das cercas na organização e na otimização dos arredores de casa; o significado das pequenas criações para a economia doméstica; a função do quintal na fertilidade do solo e no teste de novas variedades de sementes etc. (p. 7).

²⁸ Polo da Borborema recebe Encontro Territorial da segunda fase do Projeto Cisternas nas Escolas na região. AS-PTA, 05 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2016/09/polo-da-borborema-recebe-encontro-territorial-da-segunda-fase-do-projeto-cisternas-nas-escolas-na-regiao/>>. Acesso em: 09 set 2016.

As experiências sistematizadas e socializadas durante o Seminário foram posteriormente discutidas em reunião ampliada do Polo, que, ao identificar novas demandas, constituiu a Comissão de Saúde e Alimentação, que a partir de então passou a funcionar como espaço para planejamento, execução e monitoramento de ações de experimentação e formação das agricultoras (FREIRE, 2015).

A partir da criação da Comissão de Saúde e Alimentação, diversos estudos foram realizados, sobre temas como plantas medicinais, pequenas criações, produção econômica de quintais etc., onde foi cada vez mais se identificando o significado do trabalho das mulheres nos agroecossistemas. Tal oportunidade de visibilizar o valor dos conhecimentos das mulheres e do seu potencial produtivo vem fazendo com que elas se sintam estimuladas a trocar conhecimentos e caminharem para um rompimento do isolamento doméstico, favorecendo a formação de uma identidade coletiva de agricultoras-experimentadoras. Este movimento vem ganhando uma grande importância de caráter político no Polo a ponto de influenciar na dinâmica da organização sindical.

Segundo a agricultora e representante do STR de Remígio, G., embora a participação das mulheres quanto aos cuidados com as sementes fosse de grande importância, muitas vezes sendo muito maior sua contribuição em relação a isto que a dos homens, o trabalho das mulheres seguia totalmente invisibilizado. Nos espaços de organização e decisão, o número de homens era muito maior que o de mulheres, principalmente em função do acúmulo de responsabilidades que recaem sobre elas: nas tarefas domésticas e de cuidados com os filhos; cuidando do arredor de casa (plantas e animais) e; trabalhando, também, no roçado. Esta desigual participação provocou a criação da Comissão de Saúde e Alimentação, voltada para a participação das mulheres. Segundo G.:

Nos espaços, era mais homens. E aí a gente ficou se perguntando: “meu Deus do céu, o que é que a gente vai fazer pra que o trabalho da mulher apareça?” E quando a gente ia pra reunião dentro da comunidade, nós mesmas em Remígio, quando chegava na sala de uma casa que ia fazer a reunião, ou na associação, a gente via que as mulheres ficavam lá, todas na cozinha, conversando... E a gente chamava: “venha pra cá”. [...] Mas elas não iam... E depois a gente foi percebendo que elas não iam porque os homens não deixavam, não queriam que elas participassem. Aí a gente foi diagnosticando isso e entendendo que, quando a gente ia andar na propriedade, a gente conversava com a família, quem aparecia era só o homem ou os filhos homens. E a gente dizia assim: “quem é que faz isso aqui?” Eles diziam: “ah, isso é a mulher que sabe falar, dos animais, quem sabe é a mulher lá porque é ela quem faz...”. [...] Aí a gente disse que tem que criar uma comissão, um espaço pra que essas mulheres se sintam

agricultoras, coloquem suas experiências. Em 2005 a gente criou uma Comissão de Saúde e Alimentação. Em consequência, os sindicatos que já tinham um trabalho mais alicerçado, Remígio, Lagoa Seca e Solânea, que criou também a Comissão Municipal de Mulheres, então, se associou uma coisa com a outra. (Depoimento de G., em entrevista no dia 07/07/2016, em Lagoa Seca).

Na **Comissão de Criação Animal**, o foco dos trabalhos está relacionado à manutenção de animais de grande e médio porte. Segundo Bastos (2010), “Nesta comissão são debatidas alternativas que visam o manejo sustentável, tanto da alimentação animal, quanto do manejo sustentável da propriedade” (p. 85). Temas como pastagem, sanidade do rebanho, armazenamento de alimentos para a garantia da segurança alimentar dos animais durante os períodos mais secos também estão presentes nesta comissão.

Comissão de Cultivos Agroflorestais: nesta comissão, a troca de conhecimentos nos seminários e a realização de oficinas visam incentivar os cultivos ecológicos, a partir de técnicas naturais de combate à pragas e doenças, seja na produção animal ou vegetal, e também na produção de fertilizantes.

O Polo busca também, através desta comissão, manter um canal aberto para informações a respeito da ocorrência de pragas na agricultura familiar da região. Nesta comissão também ocorre a produção e distribuição de mudas voltadas para os sistemas agroflorestais dos municípios.

Comissão de Mercado: o principal papel desta comissão está diretamente relacionado à organização e realização das feiras agroecológicas das quais participam os (as) agricultores (as) do Polo. As feiras agroecológicas do Polo formam a Rede EcoBorborema, associação que organiza a comercialização da produção de famílias do Polo, seja nas 12 feiras agroecológicas, seja nas compras governamentais de alimentos (AS-PTA, 2017).

Comissão de Juventude: esta comissão é assessorada pelo Núcleo de Infância e Juventude da AS-PTA, que realiza encontros de formação, cujo conteúdo é voltado para a especificidade dos jovens do Polo. Os encontros são momentos de formação e articulação da rede de lideranças jovens que atuam na área de abrangência do Polo, e onde são organizados temas como fundo rotativo solidário, jovens feirantes, viveiristas e coletores de sementes.

Uma das preocupações do Polo diz respeito ao papel do jovem na sucessão do movimento sindical, por isso busca incentivar sua permanência no campo²⁹.

2.3. A construção feminina do cuidado da vida: o protagonismo das mulheres camponesas na manutenção das sementes

Frente ao avanço do agronegócio de sementes transgênicas, que tem na América Latina seu principal consumidor, também podemos encontrar exemplos de movimentos de camponesas e camponeses organizados em torno de uma agricultura em consonância com os limites naturais do ambiente, que é a proposta do Polo da Borborema. E assim como no Polo, há movimentos e organizações sociais que buscam valorizar o papel das mulheres rurais, dentre os quais, se destacam as curadoras de sementes, no Chile, organizadas no Coletivo ANAMURI³⁰. Conforme Aguayo e Hinrichs (2015), as curadoras são definidas como:

[...] cuidadoras essenciais do patrimônio genético das comunidades camponesas, e continuadoras de uma tradição de cuidado da terra e da semente. Para isto, se propõem a resgatar saberes tradicionais que são mais amigáveis com o meio ambiente e promovem valores como a solidariedade e a reciprocidade. Em consequência, o sujeito da curadora de sementes revaloriza e visibiliza a importância do trabalho das mulheres que atualmente praticam estes saberes, e permite ensiná-los a outras mulheres. (p. 355. *Tradução própria*).

Segundo as autoras, as organizações que impulsionam a “cura” das sementes e a soberania alimentar resgatam as identidades de camponesas e curadoras de sementes, e tal produção de identidades, com traços essencialistas, representa uma estratégia política, baseada nos papéis históricos atribuídos às mulheres, de cuidado e conservação das sementes das hortas. Consideramos tal posicionamento semelhante à organização feminina do Polo da Borborema, que, ao estabelecer em uma de suas comissões temáticas, a Comissão de Saúde e Alimentação, uma participação massivamente feminina, e ao incentivar que as mulheres conduzam a organização e gestão dos BSCs,

[...] tanto consolida a divisão sexual do trabalho rural, como, entretanto, paradoxalmente, ao fazê-lo, o subverte. O trabalho reprodutivo, orientado à

²⁹ Mais informações em: < <https://goo.gl/bZPZtn>>.

³⁰ Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI), organização chilena constituída em 1998 por um grupo de mulheres sindicalistas, em consequência da IV Conferência Mundial da Mulher, em Pequim. A decisão de criar uma organização autônoma de mulheres se dá em função de diversas experiências de discriminação de gênero vividas em sindicatos mistos. (AGUAYO; HINRICHS, 2015, p. 348).

nutrição familiar, desenvolvido no âmbito privado, adquire agora visibilidade e centralidade política. A curadora não apenas aparece cuidando da sua família, como salvando o patrimônio genético da humanidade, reconstruindo o solo, resgatando formas de agricultura sustentável e finalmente apresentando um modo de relação com a natureza e com outros seres humanos que é alternativo e oposto à ordem hegemônica. (AGUAYO; HINRICHS, 2015, p. 357. *Tradução própria*).

2.3.1. Relações entre mulheres camponesas e os saberes e práticas agroecológicos

Consideramos a necessidade de um maior aprofundamento quanto aos estudos que contemplem, no Brasil, a participação efetiva de mulheres diretamente vinculadas a projetos e ações agroecológicos. Isto, não porque as mulheres não participassem dessas atividades, mas sim, em função de um processo de *invisibilização* da participação delas. A questão da participação das mulheres em projetos agroecológicos junto ao Polo da Borborema é algo que vem sendo pesquisado apenas recentemente, como se as mulheres não estivessem presentes até pouco tempo atrás.

De acordo com Cardoso e Rodrigues (2009), apesar dos esforços no intuito de identificar e sistematizar as experiências em Agroecologia, muito da participação e contribuição das mulheres nestas experiências é negligenciado. Embora grande parte das experiências seja protagonizada por homens, fato este que requer um estudo minucioso uma vez que é próprio de uma sociedade patriarcal *invisibilizar* todo tipo de contribuição social da mulher, embora tenha havido avanços, muitas das experiências relacionadas às práticas agroecológicas conta com o esforço das mulheres. As sistematizações em geral não levam em consideração temas como a divisão sexual do trabalho, o planejamento produtivo, a autonomia política e econômica das mulheres, o que acaba por *invisibiliza-las*.

Segundo Hirata e Kergoat (2007), a tomada de consciência dos termos da divisão sexual do trabalho foi o estopim para o início do movimento de mulheres:

[...] torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. (p. 597).

Para algumas autoras, como Antunes (2002), a ideia de empoderamento das mulheres nos processos de desenvolvimento capitalista, passou por muitas mudanças nas últimas três décadas do século XX, esvaziando-se pelo uso generalizado. Surgido em meio aos movimentos de direitos civis nos EUA nos anos 1970, com a bandeira do poder negro, o termo foi adotado também pelas feministas, na mesma época. Segundo a autora:

O empoderamento é entendido como um processo contínuo e em constante renovação de aumento do poder pessoal, social, político e econômico das pessoas, famílias, comunidades e organizações da sociedade civil, que se traduz na ampliação das capacidades individuais e coletivas, no aumento do controle, sobre recursos e ampliação do acesso às organizações da sociedade civil, ao Estado e ao mercado, em condições de maior equidade e *accountability*, contribuindo para o aumento das liberdades em geral. (p. 113).

Levando em consideração que esta ideia desconsidera a raiz desigual e conflituosa das relações de poder entre os gêneros, podemos nos apoiar nela para enfatizar a compreensão da construção de novas representações da mulher rural como um processo em curso. Portanto, ressaltamos que a questão do “empoderamento das mulheres rurais” é algo em processo e não finalizado. Nem de longe afirmamos aqui que as mulheres do Polo chegaram ao fim da caminhada, mas sim que elas estão tomando consciência de sua importância, de seu potencial e de seus direitos, e isto se reflete nas transformações pelas quais passa a forma como o Polo se organiza e atua. A via econômica é um dos eixos centrais, todavia não exclusivo, do empoderamento 'do feminino'. Referimo-nos aqui à resistência das mulheres do Polo na manutenção das sementes da paixão como um ato político, mas também econômico. Essas duas dimensões fazem da resistência uma possibilidade concreta e tornam os sujeitos que a protagonizam autônomos na hora de tomar decisões que condicionam a vida, seja a própria, seja a da comunidade ou seja a biodiversidade. É nessa dimensão que o jogo de poder para as mulheres do Polo muda e elas se constroem como sujeitos da sua história, da história do espaço agrário paraibano, a partir de ações concretas, com todos os poderes delas decorrentes.

Segundo relato da agricultora G., a participação das mulheres agricultoras nas atividades organizativas do Polo é cada vez maior, embora reconheça que ainda há um longo caminho a ser percorrido, em função de uma cultura que mantém a mulher muitas vezes limitada ao espaço doméstico e sujeita, muitas vezes, à violência. Ao participar das atividades, estas mulheres em geral demonstram passar a perceber a sua importância para com a sua família, bem como a importância do seu trabalho na agricultura. Conforme relato de G.:

Quando a gente começa a se organizar por comissões temáticas, o Polo, no início, quando o Polo foi se criando, nas reuniões e nas assembleias, tinha muito homem, né? E a gente se perguntava: “cadê as mulheres?” Na época, tinha as comissões de criação animal, de sementes, de água, de rearborização... Quando tinha um evento que ia socializar o planejamento, era como que as mulheres não existissem na agricultura, a gente ficava inquieta... E a gente sabe que as mulheres estão nas sementes, né? Quem seleciona as sementes? Quem se preocupa com as sementes pro ano que vem? As sementes que é mais gostosa, a que é melhor de cozinhar com tripa e bucho, aquela que é melhor cozinhar com charque... as mulheres também tá na criação de boi e vaca. [...] Enfim, a mulher tá na rearborização... quando a mulher vem pra um evento, ela pega primeiramente um pé de planta pra plantar no arredor de casa dela [...]. Um pé de fruta, um pé de planta nativa... (Depoimento de G., em entrevista no dia 07/07/2016, em Lagoa Seca).

Essa sensação de “inexistência” das mulheres na agricultura, como relatado pela agricultora G., também é capaz de contaminá-las, pois o convívio familiar muitas vezes impõe às mulheres uma compreensão limitada de si mesmas, de não se considerarem capazes de trabalhar como os homens da casa, ou mesmo de não enxergarem a importância de seu papel nos cuidados com a organização doméstica ou trabalho na agricultura. Ao reconhecerem a importância de seu trabalho enquanto alguém que preocupa-se com a diversidade dos alimentos, as mulheres tendem a perceber também o importante papel da agroecologia.

Dada sua intensa interdisciplinaridade, a Agroecologia é foco de análise de diversos profissionais, como geógrafos, biólogos, antropólogos, sociólogos, agrônomos, entre outros, a partir de uma variada rede de formas, sentidos e relações (DOURADO, 2012). Esta mesma variabilidade de processos de estudo da Agroecologia vai resultar numa rica gama de interpretações, desde uma visão mais técnica até uma visão voltada para a vivência e práticas de trabalho com a terra.

No entanto, segundo Caporal e Petersen (2012), o Brasil não conta com um projeto nacional que busque estratégias de desenvolvimento mais sustentável, uma vez que o conjunto de políticas para o rural ainda é orientado pela lógica produtivista e mercantilista nos moldes do projeto de modernização impulsionado a partir da década de 1960. Além disso, desde o Acordo Agrícola da OMC, na década de 1990, o país vem sendo sistematicamente reposicionado como exportador de commodities agrícolas, atrelado aos resultados da balança de pagamentos. Inclusive, na agricultura familiar, predominam políticas voltadas à modernização das unidades produtivas com base em tecnologias da Revolução Verde e na integração crescente a cadeias produtivas controladas por corporações transnacionais. Os autores acrescentam que:

Nesse contexto observa-se que as políticas públicas não revelam uma intencionalidade no sentido da busca de mais sustentabilidade, senão que as inovações de caráter socioambiental somente aparecem de forma pontual em algumas das iniciativas dos governos. Essas, não obstante, são importantes na medida em que sinalizam para a possibilidade de estabelecimento de um projeto nacional capaz de contribuir decisivamente para a transição agroecológica, entendida como condição fundamental para reorientar o modelo de desenvolvimento rural e agrícola na busca de mais sustentabilidade econômica, ambiental e social. (p. 63).

A rica diversidade socioambiental que a humanidade apresenta hoje, com destaque para a maior diversidade vegetal representada pelo Brasil, se deve ao papel histórico de povos tradicionais e camponeses, com o desenvolvimento de “germoplasmas adaptados e ajustados aos diferentes ambientes” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 23). De acordo com Santilli (2009), “Esses povos desenvolveram, ao longo de milênios, sistemas agrícolas tradicionais e presentearam-nos com uma rica diversidade agrícola, representada por uma enorme variedade de plantas cultivadas, ecossistemas, saberes e práticas agrícolas.” (p. 54).

Pode-se afirmar que a maior parte dos vegetais que hoje são parte de nossa alimentação resulta de seleção artificial, ou seja, é resultado da ação e sofisticação de técnicas aprimoradas pelo ser humano sobre a natureza, a partir da agricultura, estimando-se aí 12.000 anos de práticas. Um maior rendimento, vantagens do ponto de vista nutricional, alimentos mais palatáveis em comparação aos frutos silvestres em geral, foram consequências diretas da ação, involuntária ou voluntária da humanidade, no tocante ao incremento agrícola de técnicas, que levassem em consideração os valores culturais de cada uma das diversas regiões do planeta. (BUSTAMANTE, 2010).

A conservação de sementes crioulas, tal qual é executada por agricultoras e agricultores do Polo da Borborema, configura aquilo que convencionou-se chamar de conservação da agrobiodiversidade *on farm*, ou *manejo da agrobiodiversidade pelos agricultores*, que estimula práticas tradicionais, algumas milenares, conhecimentos tradicionais de agricultores com relação à conservação de sementes e mudas (BUSTAMANTE, 2010). Tais práticas representam estratégia que favorece uma ampliação da base genética e adaptação, no caso das agricultoras e agricultores do Polo, às condições de vida e ambientais do semiárido paraibano.

As sementes agroalimentares representam um patrimônio que está para além do banco genético natural da agrobiodiversidade. Trata-se, para os povos locais que dependem da conservação da semente crioula, de um importante patrimônio cultural. E para a sociedade em

geral, que é abastecida, predominantemente, de alimentos provenientes da agricultura familiar, representa um patrimônio econômico, ameaçado pela contaminação por sementes transgênicas, que produz dependência das empresas que desenvolvem e comercializam tais sementes.

No entanto, este múltiplo patrimônio da humanidade – a agrobiodiversidade - vem sofrendo uma dilapidação contínua. De acordo com dados da FAO, apenas nos últimos 70 anos, período que coincide com a eclosão e estabelecimento da Revolução Verde, três quartos de toda a agrobiodiversidade, que agricultoras e agricultores selecionaram ao longo de aproximadamente 12.000 anos, foi eliminado dos campos. Por sua vez, este quadro reflete em uma alimentação predominantemente empobrecida em nutrientes, pois cada vez menos diversa.

No que concerne às ações do poder público a respeito dos diferentes grupos que compõem a agricultura familiar, foi lançada a oferta de Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), instituída pela Lei nº 12.188, de janeiro de 2010, e que parte de um desenvolvimento territorial rural sustentável. No entanto, a perspectiva de família do serviço de ATER não tem levado em consideração as desiguais relações de poder entre os membros da família, com necessidades e anseios diferenciados. Há que se reconhecer e dar visibilidade ao trabalho da mulher rural como “parte integrante da Unidade de Produção” (BRASIL, 2016) e como protagonista na produção de alimentos saudáveis, garantindo a segurança alimentar e nutricional, além de seu importante papel na construção de conhecimentos da produção agroecológica. De acordo com a Chamada Pública nº 01/2016, da Diretoria de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais e Quilombolas, vinculada ao então Ministério do Desenvolvimento Agrário, hoje Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário:

A Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMRQ/MDA) desenvolve a Ater Especializada para Mulheres desde 2006, com vistas a fortalecer a organização produtiva, promover a agroecologia e a produção de base ecológica, ampliar o acesso às políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a produção, comercialização e fortalecimento dos empreendimentos econômicos, e apoiar a articulação dos atores e atrizes envolvidos nesta política em redes. Entre 2012 e 2015, foram lançadas 06 Chamadas Públicas de ATER específicas para mulheres rurais, contando 118 técnicas e técnicos nas equipes contratadas e 7.200 mulheres beneficiárias. (BRASIL, 2016).

Esta ATER específica para as mulheres visaria um possível aumento na renda e de um maior acesso a outros programas e políticas públicas de crédito e comercialização, como o Programa de Acesso à Alimentação Escolar (PNAE), e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), dos quais as mulheres do Polo da Borborema participam.

De uma forma geral, o movimento sindical rural tem tido papel importante no “alavancamento de políticas públicas”, segundo Heredia e Cintrão (2006). As autoras afirmam que, através das lutas dos movimentos sociais rurais, as desigualdades entre zona rural e urbana, “tendo efeitos positivos sobre a vida do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, tendo favorecido o acesso das mulheres a direitos e a políticas públicas.” (p. 6).

O PAA, instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, no âmbito estratégico do Programa Fome Zero, oferece condições de aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, dispensando a licitação, destinados a ações de alimentação realizadas por entidades da rede socioassistencial, como Cozinhas Comunitárias, Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos. Estes alimentos também podem compor estoques direcionados à complementação da alimentação de famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, o programa viabiliza estratégias de estoque dos produtos da agricultura familiar voltados para a comercialização (BRASIL, 2010b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, o campesinato brasileiro é responsável pela produção de mais de 70% dos alimentos que estão na nossa mesa. É o que aponta o estudo intitulado “Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006” (MITIDIERO JÚNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017). Segundo os autores, a agricultura camponesa responde pelo maior número de estabelecimentos rurais no Brasil, sendo 84,4% dos estabelecimentos, ainda que ocupando apenas 24,3% da área total. A agricultura familiar camponesa emprega 74,4% dos (as) trabalhadores (as) rurais, ou seja, 12,3 milhões de pessoas. De acordo com os autores, “[...] estes foram responsáveis pela produção de: 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% dos suínos, 58% do leite, 50% das aves, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 30% dos bovinos e 21% do trigo”. (MITIDIERO JÚNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017).

Em que pese este fato, o avanço do agronegócio, e mais recentemente o perfil transgênico deste modelo de agricultura, faz com que o debate em torno da questão agrária seja intensificado. Concordamos com o ponto de vista apresentado por Thomaz Júnior (2015), ao afirmar que:

[...] há alguns elementos que agudizam o quadro atual, tornando a questão agrária um tema ainda mais fecundo e vivo de significados práticos, políticos e estratégicos, para os trabalhadores. 1) A intensidade do processo recente de expansão da agropecuária está impactando diretamente a produção de alimentos que compõem a cesta básica, em detrimento da *comoditização* como elemento prioritário para a agricultura do país, dependente do mercado externo e estimulada pelo Estado, sobretudo com a entrada em cena dos agrocombustíveis. 2) Índices alarmantes de desmatamento associado ao total desrespeito à legislação ambiental vigente. 3) Aumento dos já escorchantes índices de concentração fundiária e atrelamento às políticas que são endossadas pelo INCRA e o governo federal, para regularizar as terras griladas. 4) Elevação crescente e expressiva do número de famintos, contingente acrescido por conta dos trágicos efeitos do destrutivismo das forças produtivas, por parte do capital, o qual engrossa as fileiras dos desempregados. 5) Outros temas emergem, como a necessidade de vincular a expropriação e a expulsão de posseiros, camponeses, pescadores artesanais, oleiros, aos problemas vinculados à produção, distribuição e comercialização de energia elétrica, para outros segmentos da sociedade.” (p. 12).

Esta expansão da agropecuária voltada para a exportação, em detrimento da produção de alimentos básicos e daqueles que os produzem, nos obriga a atentarmos para a importância, hoje mais do que nunca, da resistência de um sujeito histórico que, conforme o estudo de Mitidiero, Barbosa e Sá (2017), tem garantido, a duras penas, o acesso a alimentos saudáveis. O papel da agricultura familiar camponesa, aqui representada pelos trabalhadores e trabalhadoras do Polo, na luta pela soberania alimentar no estado da Paraíba, perpassa

também as particularidades do papel das mulheres rurais, e os desdobramentos sobre suas vidas.

O campesinato no Brasil é marcado por intensa heterogeneidade de processos de formação, em função da peculiaridade histórica com a qual o país se desenvolveu, a partir da influência de povos diversos. A configuração específica do campesinato brasileiro se reflete na forma de organização política desses sujeitos, onde a posse representa o principal mecanismo de ocupação da terra no espaço agrário (MONTEIRO, 2013). Segundo Cunha (2013), o campesinato brasileiro originou-se a partir de, pelo menos, três formas:

a) proveniente de antigas zonas agroexportadoras, como as áreas e antigos engenhos de cana-de-açúcar, algodoceiras e cafezeiras – quando se formaram arranjos entre proprietários e foreiros, colonos ou arrendatários, trabalhadores camponeses que moravam no interior da propriedade – e se originaram núcleos camponeses nos arredores destas propriedades, em “terras livres”; b) o denominado campesinato de fronteira, que consistiu na implantação de núcleos camponeses que garantiram o povoamento de áreas distantes, muitas vezes ligados à expulsão de povos indígenas [...]; e c) o campesinato que mais se aproxima do modelo europeu, que ocorreu no sul do país, em consequência do incentivo, por meio de doação de terras pelo Estado Imperial, a imigrantes assentados em colônias. (p. 56-57).

A autora afirma também que a distribuição das populações camponesas originárias ocorre a partir de duas modalidades, a saber: “a) a partir da migração da população das antigas áreas de *plantations*, e; b) a partir da existência de ‘terras livres’, quando esta população passou a povoar áreas de fronteiras, ou seja, ainda despovoadas.” (Idem, p. 59).

Ao longo da história, o capitalismo tem se feito presente por toda parte do território nacional, se estabelecendo a partir das relações de produção capitalistas, desprovendo o trabalhador do campo de todos os meios de produção (OLIVEIRA, 2001). No entanto, também as relações de produção não-capitalistas, como aquelas exercidas pela agricultura familiar camponesa, têm avançado. Segundo o autor:

Essa contradição tem nos colocado frente a situações em que há a fusão entre a pessoa do proprietário da terra e a do capitalista: e também frente à subordinação da produção camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria a renda da terra. E, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física. (p. 11).

A força de trabalho camponesa se articula periódica e sazonalmente ao modo capitalista, no entanto, ainda assim, não se incorpora total e definitivamente a ele, ou seja, não deixa de ser camponesa (PALERM, 2008). Para adentrarmos as particularidades do

campesinato, da forma de produção camponesa, da sua organização, há que se fazer a diferenciação entre a economia camponesa e a economia capitalista, algo que tem rebatimento direto nas escolhas e funcionamento do modelo produtivo camponês ao qual pesquisamos.

No modelo de agricultura adotado pelo nosso sujeito de pesquisa, prevalece a escolha por sementes agroalimentares crioulas e aqui, também podem ser consideradas as raças animais crioulas e espécies vegetais para fins de arborização e estaqueamento, escolha esta baseada na necessidade e no conhecimento tradicional daqueles que vivem e trabalham na localidade. No modelo de agricultura capitalista, o que vai definir a escolha por uma semente, é a sua rentabilidade, ou seja, sua possibilidade de auferir lucro. A escolha sempre vai se dar por aquela espécie que apresente uma taxa de lucro cada vez maior. Opõem-se assim, as escolhas pautadas pela qualidade ou pela quantidade. Esta liberdade de escolha por sementes crioulas e a garantia do direito de mantê-las e transferir os conhecimentos camponeses quanto ao manejo das mesmas através das gerações, configura o tipo de agricultura que venha a garantir a soberania alimentar.

O modelo de agricultura capitalista se espraia pelo mundo utilizando-se de vários mecanismos e estratégias para o avanço de suas imposições. Na América Latina, de acordo com Sevilla e Molina (2013), os mecanismos de influência da ofensiva neoliberal vão da academia à prática política, num movimento que visa apresentar como inevitável a evolução da agricultura familiar para o agronegócio, particularmente em sua versão transgênica atual. No entanto, segundo os autores:

Cremos, ao contrário, que a única solução para o problema socioambiental que atravessamos está num manejo ecológico dos recursos naturais, em que apareça a dimensão social e política que traz a agroecologia e que esteja baseada na agricultura sustentável que surge do modelo camponês em sua busca por soberania alimentar. [...] Esse é o ponto de partida de qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável, no que aparece uma propensão à mudança baseada na resistência camponesa, com sua estrutura organizativa que estabiliza e organiza a reivindicação e o leva para diante de maneira autônoma e participativa; não é a única via, o Estado pode realizar algo parecido, mas à vista do que faz o Estado na América Latina e a lentidão com que aborda o problema da reconversão ecológica da produção agrária no Ocidente, é imprescindível a presença e o empuxo de movimentos sociais camponeses e/ou ecologistas. (p. 16).

No Brasil, o termo soberania alimentar surgiu na década de 1990, a partir do embate dos movimentos sociais do campo, vinculados à Via Campesina, às políticas neoliberais impostas, em vários países, por organismos internacionais, como Organização Mundial do

Comércio (OMC) e Banco Mundial (CAMPOS e CAMPOS, 2014). Neste ínterim, cabe mencionarmos uma importante diferenciação colocada pela Via Campesina a respeito dos termos “segurança alimentar” e “soberania alimentar”. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), segurança alimentar está relacionada à garantia diária de alimento suficiente a cada mulher e a cada homem. Porém, de acordo com este entendimento, não fica clara a procedência deste alimento, de que forma ele foi produzido, e também sua qualidade, e esta indefinição vem a favorecer o agronegócio. O conceito de soberania alimentar da Via Campesina³¹ representa uma extensão radical das ideias em torno da segurança alimentar, estabelecendo mudanças importantes no debate sobre a alimentação e a agricultura. Para a Via, soberania alimentar significa:

O direito dos povos, comunidades e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como, aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmos e as suas sociedades (2002).

A organicidade mundial camponesa centralizada pela Via Campesina é responsável pelas grandes mudanças no debate sobre a alimentação e a agricultura, algo evidenciado pela difusão do conceito de soberania alimentar, que hoje é explorado, inclusive, por instituições mundiais como a FAO e a Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos. A Via também teve papel fundamental na retomada dos debates em torno da questão da reforma agrária, silenciado nos planos nacionais e internacionais por mais de 25 anos, a ponto de, em 2006, quando da realização da Conferência Internacional da FAO sobre a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural, ter sido a reforma agrária reconhecida formalmente como essencial para a erradicação da fome e da pobreza (DESMARAIS, 2013). De acordo com a autora:

Claramente, a Via Campesina está preenchendo uma lacuna importante. A sua própria existência é uma evidência de novas estruturas de ação coletiva no campo; suas estratégias desafiam padrões tradicionais de organização no

³¹ A Via Campesina Internacional é uma articulação mundial de camponeses (as) e trabalhadores (as) da agricultura formada a partir de 1990. Segundo Desmarais (2013), trata-se de um movimento transnacional que abarca organizações de camponeses, pequenos e médios agricultores, mulheres do campo, trabalhadores rurais e comunidades indígenas na Ásia, nas Américas, na Europa e na África. Esses grupos estão unidos pelo seu estreito vínculo com a terra. Eles dedicam o seu trabalho e o de suas famílias à produção em pequena escala. (DESMARAIS, 2013, p. 2).

setor agrícola e a ampla magnitude de sua presença internacional – sua natureza dinâmica, diversidade cultural e ampla distribuição geográfica – expressa o seu potencial transformador. (p. 7).

A contribuição da Via Campesina quanto à elaboração do conceito de soberania alimentar vai ao encontro das diversas práticas de agricultura camponesa distribuídas mundialmente. Destacamos aqui o importante papel do campesinato, ao utilizar-se do conhecimento agroecológico voltado para a produção de alimentos e preservação ambiental.

No campesinato, a produção de alimentos está voltada para o consumo da própria família, garantindo assim a sua reprodução, enquanto a produção capitalista objetiva a acumulação, o enriquecimento de poucos, muitas vezes à custa da destruição do meio ambiente e dos bens coletivos em geral.

A partir da contribuição de Palerm, que analisou o papel do campesinato no capitalismo, foram estabelecidas as bases epistemológicas da agroecologia. De acordo com o autor (1980):

O futuro da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. Esse modelo antagônico à empresa capitalista tem já sua protoforma no sistema camponês. (PALERM, 1980, apud GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 71).

O fortalecimento da organização de mulheres do Polo traz para o debate sobre a questão agrária o lugar da mulher e a contribuição de sua organização como trabalhadora na construção de uma sociedade justa, cuja produção de alimentos saudáveis seja pautada na agroecologia, principalmente numa época de fortes ameaças do agronegócio à soberania alimentar. Soberania alimentar que depende diretamente da preservação da agrobiodiversidade, aqui representada pelas sementes da paixão. A gestão sustentável destes recursos biológicos tem fundamental importância para a alimentação e a agricultura, e isto tem reflexo no equilíbrio da biodiversidade total, como demonstra a Figura 22.

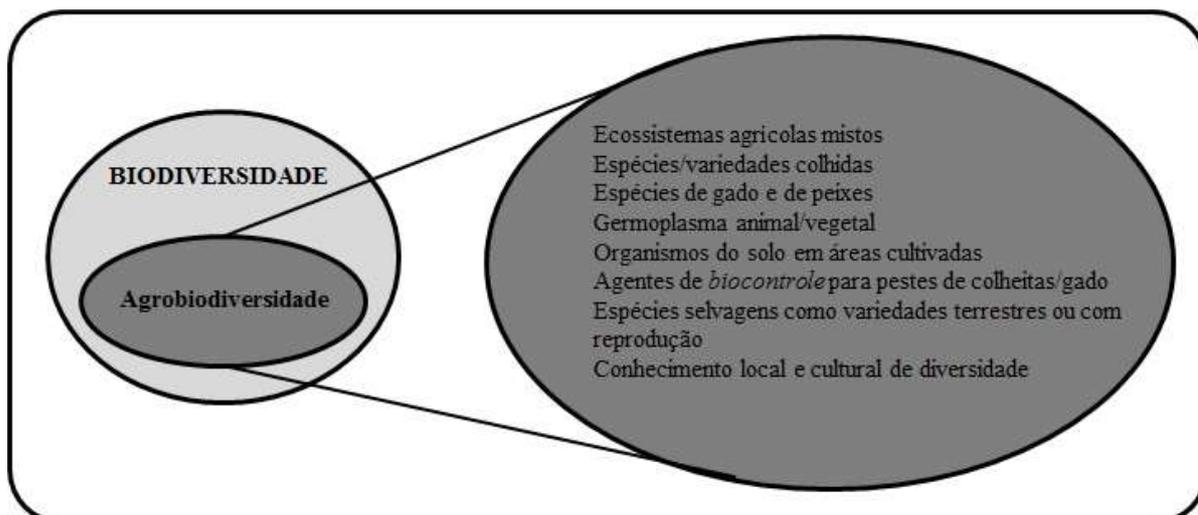


Figura 22: A agrobiodiversidade é central à biodiversidade total.

Fonte: FAO, 2005. Adaptação: ALVES, L. A.

De acordo com a figura, depreendemos que a agrobiodiversidade é resultado da interação entre o ambiente, os recursos genéticos e os sistemas de gestão, além das práticas utilizadas pelas populações culturalmente diversas (FAO, 2005). A contribuição das mulheres no tocante à preservação da agrobiodiversidade sempre foi fundamental para as comunidades rurais, seja no cuidado da família em geral, e especialmente quanto à saúde e à alimentação da mesma, na agricultura de arredor de casa, e no roçado, no entanto, seguia, e em alguns casos ainda segue, invisibilizado. Quanto a esta ainda persistente invisibilidade ascende o papel fundamental das organizações de mulheres camponesas, com destaque para a organização de mulheres do Polo.

Diverge completamente da prática ancestral de respeito e adaptação às condições naturais de produção, o modelo hegemônico sustentado pelo agronegócio. Nele, o elemento tempo está subjugado às determinações que auferem maiores lucros. Sobre a importância do tempo da natureza, Carson (1962) afirma que:

Foram necessárias centenas de milhões de anos para se produzir a vida que agora habita a Terra; idades de tempo, para que essa vida, desenvolvendo-se, evoluindo e diversificando-se, alcançasse um estado de ajustamento e de equilíbrio com o seu meio ambiente. O meio ambiente, dando conformação e dirigindo, rigorosamente, à vida que amparava, continha elementos que eram ao mesmo tempo hostis e sustentadores. Certas rochas emanavam radiações perigosas; até mesmo dentro da luz do Sol, de que todas as formas de vida recebem a sua energia, existiam radiações de onda curta, com potência bastante para lesar. Com o correr do tempo – do tempo não em anos, e sim em milênios – a vida ajustou-se, e um equilíbrio foi conseguido. Porquanto o tempo é ingrediente essencial; mas, no mundo moderno, não há tempo.” (p. 16).

Este respeito ao tempo necessário para as interações ambientais da biodiversidade se desenvolverem equilibradamente se expressa, também, na ancestralidade da valorização, por parte de camponeses e povos tradicionais, das sementes crioulas.

Além da resistência travada pela agricultura familiar camponesa, também no meio acadêmico e científico podemos encontrar exemplos de resistência e debates quanto ao uso do conhecimento em biogenética em benefício da agroindústria. Segundo Ferment (2015), a comunidade científica mundial não apresenta um ambiente de consenso com referência ao tema da transgenia e seus impactos. O que prevalece é um debate entre aqueles que defendem a liberação do uso de sementes modificadas geneticamente e aqueles que defendem a preservação do ambiente natural e das seguras práticas agrícolas provindas de conhecimentos tradicionais.

Alguns estudos têm apresentado as consequências nefastas da ingestão de transgênicos, porém seus pesquisadores não apresentam espaços de divulgação tão abrangente quanto à rede de propaganda da indústria genética, tendo muitas vezes que divulgar seus estudos de maneira independente dos grandes laboratórios e centros de estudos. É o caso da polêmica em torno do estudo intitulado “Toxicidade a longo prazo de um herbicida *Roundup* e do milho geneticamente modificado tolerante ao *Roundup*”, lançado em 2012 na revista *Food and Chemical Toxicology*, pela equipe de pesquisadores junto ao professor do Instituto de Biologia da Universidade de Caen, na França, Dr. Gilles-Eric Séralini. Tal estudo apresentou a morte precoce além de desenvolvimento de tumores em ratos alimentados com o milho transgênico NK603, de fabricação da gigante estadunidense Monsanto, fabricante também do herbicida *Roundup*, o agrotóxico mais utilizado comercialmente no mundo. O estudo foi rejeitado, no mesmo ano, por uma comissão francesa, apesar da proporção utilizada para a pesquisa ter sido a mesma aceita internacionalmente, e foi divulgada retratação na revista que divulgou o estudo³². Já no ano de 2014, sob forte pressão de diversos cientistas mundialmente respeitados, o mesmo estudo foi republicado, desta vez inclusive, numa versão expandida e com riqueza de dados brutos da pesquisa³³.

³² O texto do estudo, com a retratação do conselho editorial da revista, está disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0278691512005637>. Acesso em 27 de abril de 2016.

³³ O texto republicado, em versão expandida, está disponível em: <http://enveurope.springeropen.com/articles/10.1186/s12302-014-0014-5>. Acesso em 27 de abril de 2016.

A postura dos cientistas, de estabelecer, em suas diferentes áreas, da maneira como a ciência deve ser, um ambiente transparente ao qual a sociedade tenha acesso e direito à opinião, têm levado muitos pesquisadores à situações de assédio e ameaças. Por ocasião da publicação da pesquisa, Séralini e equipe passaram a ser assediados e foi iniciada intensiva campanha na internet no sentido de desacreditá-los. O bioquímico Arpad Pusztai, que tentou divulgar suas conclusões sobre batatas GM, teve sua carreira encerrada a partir de uma ordem compulsória para sua aposentadoria, apreensão de dados e assédio pela British Royal Society. No caso do então professor de embriologia molecular da Universidade de Buenos Aires, Andrés Carrasco, até mesmo ameaças de violência física foram utilizadas, a partir da divulgação da pesquisa pioneira de Carrasco em que identificou os riscos do glifosato para saúde. O glifosato é ingrediente ativo do agrotóxico Roundup, o mais utilizado no mundo. Em 2012, cientistas do mundo inteiro publicaram carta aberta³⁴ em defesa da ciência e por proteção aos cientistas perseguidos.

Conforme afirma Raquel Giffoni Pinto (2014), a Constituição Brasileira garante o exercício da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento. No entanto, existem forças que trabalham no sentido contrário ao legítimo exercício destes direitos, principalmente quando determinada pesquisa tem potencial de criar ambiente desfavorável ao crescimento de projetos econômicos. Segundo a autora:

Constrangimentos à liberdade acadêmica tendem a ser mais fortes em determinadas conjunturas e certos campos de investigação. As áreas que se revelam mais suscetíveis a pressões são aquelas que podem, pelos resultados de pesquisa obtidos, por em questão o andamento dos negócios de grandes corporações – ao questionar a benignidade social de certas mercadorias, apontar os riscos associados a determinadas práticas, justificar restrições ao uso de certos produtos. Eis que no período histórico recente, em que a economia brasileira, notadamente a partir dos anos 1990, passou a depender fortemente da produção e exportação de commodities, da expansão das fronteiras do agronegócio, da mineração e da exploração de petróleo e gás, viu-se, no país, com maior frequência, a eclosão de conflitos ambientais e territoriais frequentemente associados a conflitos de ordem cognitiva. (p. 50).

A perseguição de profissionais que produzem trabalhos científicos críticos e, portanto, ameaçadores do domínio do agronegócio, não pode ser comparada com a situação de barbárie que ocorre contra os camponeses comprometidos com a luta pela terra no Brasil,

³⁴ “Seralini e ciência: carta aberta”. Em Pratos Limpos, 03 out. 2012. Disponível em: <<http://pratoslimpos.org.br/?p=4734>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

simbolizada atualmente pelo aumento exponencial da violência no campo. Mas faz parte de um mesmo universo de estratégias que conta com a atual configuração da representação parlamentar nacional, formada em grande parte por representantes do agronegócio, além de um forte sistema de propaganda difundida massivamente nos meios de comunicação pertencentes a tradicionais e poderosas famílias proprietárias de conglomerados empresariais.

A introdução recente de novas biotecnologias, especialmente de engenharia genética através dos transgênicos, na produção agrícola é um aprofundamento do sistema implantado pela Revolução Verde. A intensificação do modelo produtivista da Revolução Verde vem agindo de maneira predatória com relação à natureza e contra a saúde humana. Alguns dos resultados que têm se observado mais frequentemente deste modelo agropecuário foi a ampliação da concentração fundiária, os impactos sobre o meio ambiente e o êxodo rural. “O campo brasileiro abrigava mais ou menos de 70% da população [...], na década de 1990, menos de 30% da população total.” (SAUER e BALESTRO, 2013, p. 10). Deve-se chamar especial atenção pelo fato de a população rural ser a principal responsável por manter a produção dos alimentos básicos da população brasileira, lembrando que a produção em larga escala, a monocultura, é voltada para o mercado externo principalmente.

Quanto à cadeia da oferta que traz os meios de produção para o capitalista, David Harvey (2011) afirma que:

O capitalismo, como qualquer outro modo de produção, baseia-se no usufruto da natureza. O esgotamento e a degradação da terra e dos chamados recursos naturais não fazem mais sentido no longo prazo do que a destruição dos poderes coletivos de trabalho, pois ambos estão na raiz da produção de toda a riqueza. Mas os capitalistas individuais, que trabalham em seus próprios interesses de curto prazo e são impelidos pelas leis coercitivas da competição, estão perpetuamente tentados a tomar a posição de *après moi le déluge* com respeito ao trabalhador e ao solo. (p. 65).

O tema da qualidade dos alimentos também está presente no debate a cerca da escolha das sementes, uma vez que reflete aspectos culturais, sociais e imateriais relacionados à produção tradicional de alimentos, com rebatimentos nas relações entre produtores, consumidores e todo o sistema agroalimentar (CRUZ; SCHNEIDER, 2010). Sistema agroalimentar este que, nas cidades, está predominantemente em poder da agroindústria e das grandes redes de varejo, disponibilizando uma variedade limitada de alimentos, de procedência obscura, quanto ao sistema que produz estes alimentos, de qualidade cada vez

mais artificializada, e incompatível com a cultura alimentar local, por sua vez, cada vez mais esquecida.

O Brasil conta, atualmente, com a maior diversidade de plantas, algas e fungos do planeta, diversidade esta que atualmente é calculada em 46.097 espécies (FIORAVANTI, 2016). E quase metade é endêmica, ou seja, exclusiva, do território brasileiro, o que significa que, à medida em que estas espécies são eliminadas em função da degradação ambiental, são eliminadas do mundo. De acordo com o estudo apresentado pelo artigo de Fioravanti (2016), em média, os botânicos apresentam cerca de 250 novas espécies por ano, no Brasil. Predominam entre nossas plantas, as chamadas angiospermas. Nesse grupo estão o feijão, o amendoim, o milho e a maioria dos vegetais usados na alimentação. Somente de feijões, a flora brasileira registra cerca de 30 espécies nativas e naturalizadas, a maioria delas apresentando um potencial para a alimentação humana ainda pouco investigado.

Partindo de uma análise lógica, seria impensável “criar” espécies novas, por meio da transgenia, uma vez que grande parte das espécies catalogadas, para não mencionar as ainda a serem descobertas, sequer tiveram seu potencial nutricional pesquisado. Potencial nutricional, capacidade de se adaptar a diferentes condições ambientais e de se defender do ataque de insetos, além de outros fatores desejáveis para o cultivo de uma espécie, ou seja, características que o agronegócio forçadamente busca inserir em espécies transgênicas, mas que podem estar disponíveis em espécies naturais.

Para além de um conhecimento restrito à técnica sobre a produção de alimentos, a agroecologia se destaca como estratégia de resistência. E, no semiárido paraibano, ela tem se caracterizado também como um conjunto de conhecimentos que abrangem, de uma estratégia de autonomia camponesa, até a expressão de luta por direitos iguais das mulheres agricultoras do Polo da Borborema.

Consideramos fundamental o questionamento do modelo produtivo homogeneizado pelo agronegócio, para além de seu discurso desenvolvimentista e os falaciosos discursos de geração de emprego e os números da produtividade. Para quem é este desenvolvimento e que tipo de desenvolvimento é este? Quem de fato se alimenta desta produtividade? A territorialização do capital no campo continua fragilizando camponeses (as), povos tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, trabalhadores (as), ao retirar destes grupos as condições necessárias para dar continuidade à vida na terra, a partir de seus conhecimentos tradicionais.

A constituição de políticas públicas dirigidas à proteção dos conhecimentos tradicionais associados às sementes se faz necessária na medida em que o sustento ético e jurídico que baseia estas políticas está pautado nos direitos coletivos. Segundo Pineda Pinzón (2014, p. 75), tais direitos implicam em resoluções reais que levem a “critérios legitimados por todos os atores envolvidos e pela população em geral”. Tal percepção se baseia no primado da vida representado pelas sementes e todo conhecimento tradicional relacionado à proteção das mesmas, desenvolvido ao longo de séculos por camponesas e camponeses no sentido de garantir a proteção de formas de vida tradicional material e cultural, fundamentais para o desenvolvimento da sociedade e a vida humana.

Nesse universo de barreiras, avanços, limites, é que o Polo busca manter entre camponesas e camponeses o esclarecimento quanto ao fato de que preservar a agrobiodiversidade local reflete na capacidade de estas pessoas se manterem no campo. No tocante à constante ameaça do uso de sementes modificadas, cabe ressaltar que a preservação das sementes crioulas tem um reflexo de grande importância na garantia de uma alimentação saudável, por parte da população do campo e da cidade. Além disso, as sementes transgênicas representam grande ameaça de dilapidação da agrobiodiversidade, em função da contaminação cruzada que pode ocorrer com as plantas das espécies crioulas, cujo controle de polinizadores é impossível de restringir, e suscita um grande risco de privatização e monopolização da vida, uma vez que, no âmbito nacional, vêm surgindo diversas tentativas, inclusive no âmbito jurídico, de se restringir a livre utilização da biodiversidade (PACKER, s/d).

As ações das mulheres do Polo são pautadas pela luta por direitos (condições de trabalho, violência de gênero, políticas sociais emancipatórias etc.) e também por um sustentável manejo ambiental na produção de alimentos. Ou seja, a luta destas mulheres visa à construção de relações de igualdade de gênero e também de respeito à natureza. E esta luta precisa estar amparada por uma sociedade em que os direitos democráticos sejam garantidos.

Durante o governo da Presidenta Dilma Rousseff foram implementadas e ampliadas políticas públicas, principalmente aquelas que estavam subordinadas ao então Ministério do Desenvolvimento Agrário, direcionadas à rica diversidade de trabalhadoras rurais do Brasil, sejam elas agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, assentadas do crédito fundiário, mulheres extrativistas, pescadoras artesanais, mulheres das águas, indígenas, quebradeiras de coco, quilombolas, mulheres faxinalenses, geraizeiras, pantaneiras, mulheres

caiçaras, mulheres catadoras de mangaba, mulheres das populações de fundo e fecho de pasto, ciganas, pomeranas e retireiras do Araguaia, em diversas faixas etárias.

Embora o governo mencionado apresentasse diversas medidas contraditórias e mesmo merecedoras de críticas, o fato é que caminhos de diálogo com as populações mais necessitadas do campo brasileiro foram estabelecidos, e isto representou um grande avanço e motivo de esperança na vida de milhares de mulheres brasileiras, a partir das políticas públicas alcançadas, como o PAA e o PNAE e seus desdobramentos.

O que temos hoje como Governo Federal, além do Congresso Nacional e Senado Federal, representam, em sua imensa maioria, o interesse e/ou fazem parte de grandes proprietários de terras, famílias proprietárias de conglomerados de mídia, representantes de segmentos religiosos retrógrados e as velhas elites que veem no avanço de políticas públicas que de alguma forma favoreçam o trabalhador, do campo e da cidade, uma ameaça à manutenção permanente de seus privilégios.

Dentre as pretensões principais na construção de nossa pesquisa está a visibilidade necessária em torno da questão do uso de sementes transgênicas. Intencionamos que tal alerta sobre as ameaças à saúde humana, ao meio ambiente e à sobrevivência de camponesas e camponeses na localidade da qual fazem parte e contribuem para um modelo alternativo de agricultura, ganhe visibilidade para além das delimitações acadêmicas, uma vez que a discussão sobre modelos de produção de alimentos e sobre a soberania alimentar deve estar presentes em todos os espaços. Por isso, faz-se necessário, principalmente em momento de tamanha gravidade dos debates políticos brasileiros, o constante alerta de todas e todos às decisões, muitas vezes escamoteadas, sobre os destinos da produção de alimentos no país. É o caso atual, por exemplo, do Projeto de Lei nº 827 de 2015³⁵, que tem o intuito de alterar a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997³⁶, que instituiu a Lei de Proteção de Cultivares. Tal PL visa atender aos interesses monopolistas do agronegócio ao buscar fortalecer e ampliar o direito de propriedade sobre plantas e sementes, ou seja, busca-se um controle ainda mais profundo da

³⁵ Projeto de Lei nº 827 de 2015, disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1311226&filename=PL+827/2015>. A tramitação pode ser acompanhada em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1049258>>.

³⁶ Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que instituiu a Lei de Proteção de Cultivares, disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9456-25-abril-1997-349440-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

agricultura nacional, já tão dominado territorialmente pelas grandes empresas transnacionais. Na prática, esta nova lei estaria configurando um patenteamento da vida, que é o que as sementes representam, valor este que faz parte da compreensão do Polo da Borborema sobre as sementes da paixão.

Analisando teoricamente e conhecendo pessoalmente o trabalho do Polo, temos percebido um significativo avanço sobre a valorização das sementes da paixão quanto à sua capacidade de atender às necessidades de uma alimentação saudável. E no que diz respeito à ampliação do conhecimento técnico, há que se destacar a importante parceria com a AS-PTA, como assessora e articuladora das ações que visem ao estímulo e garantia das práticas agroecológicas. O Polo está para além de uma simples junção de STRs; representa um importante sujeito coletivo de luta por soberania alimentar.

A luta por soberania alimentar, conforme as estratégias adotadas pelo Polo, tem valorizado cada vez mais o papel das mulheres agricultoras, que muitas vezes se quer percebem a importância de seu papel. Estratégias como a criação da “Comissão de Mulheres” e a realização da “Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia” ensejam fundamentais momentos de aprofundamento da tomada de consciência das mulheres, bem como da comunidade, famílias etc.

A luta destas mulheres pelo resgate de práticas agroecológicas, e mesmo o desenvolvimento do conhecimento sobre inovações favoráveis a este tipo de agricultura, caminha junto à luta por liberdade e por igualdade de direitos. É fato que há muito o que ser conquistado, e muitas ainda se encontram em situação de dependência e controle, além dos números assustadores da violência contra a mulher, dentro e fora de casa. Mas é notável a progressiva construção de espaços que contemplem, cada vez mais, a real capacidade das mulheres do Polo, de transformarem as suas próprias vidas, transformando, assim, toda a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, P. H. B. **O agricultor familiar e o uso (in) seguro de agrotóxicos no município de Lavras, MG**. Dissertação (mestrado em Saúde Coletiva). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas. Campinas, SP: 2014.

AGARWAL, B. – El debate sobre género y medio ambiente: lecciones de la India. In: VÁZQUEZ GARCÍA, V.; VELÁZQUEZ GUTIÉRREZ, M. (coord.). **Miradas al futuro**. PUEG/CRIM/CP, México, 2004.

AGUAYO, B. E. C.; HINRICHS, J. S. - Curadoras de semillas: entre empoderamiento y esencialismo estratégico. **Estudios Feministas**, Florianópolis, 23 (2): 347-370, maio-agosto/2015.

ALMEIDA, P.; CORDEIRO, A. **Semente da Paixão: Estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semi-árido**. Esperança: ASA-PB/AS-PTA, 2002.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3.ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012. 400 p.

ANTUNES, M. O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (Org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

ARANDA, D. Relatório mostra que 10 empresas dominam 75% do mercado mundial de sementes. **MST**. 21 de julho de 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/vkZwTp>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

ASA. **Carta Política** – VI Festa Estadual das Sementes da Paixão. Arara/PB, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/oaqbYn>>. Acesso em 22 nov. 2015.

AS-PTA. Agricultura Familiar e Agroecologia. **Quatro anos após desaparecimento da jovem Ana Alice, Polo da Borborema enfrenta onda de estupros na região**. 19 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/v5kZAE>>. Acesso em: 24 set. 2016.

AS-PTA. Agricultura Familiar e Agroecologia. **Boas práticas: Agricultoaras do Polo da Borborema debatem técnicas de acondicionamento e embalagem de alimentos**

beneficiados. 20 de abril de 2017. Disponível em: < <https://goo.gl/mTdY5u>>. Acesso em: 13 mai. 2017.

_____. Agricultura Familiar e Agroecologia. **Comissão de Sementes do Polo da Borborema discute acesso a mercado, política de distribuição e aperfeiçoamento da produção da semente da paixão.** 21 de junho de 2017. Disponível em: < <https://goo.gl/uqAScA>>. Acesso em: 21 de junho de 2017.

BASTOS, V. V. de S. **Uma nova prática de ação sindical:** o caso do Polo Sindical da Borborema – Paraíba. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2010.

BECK, U. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BEVILAQUA, G. A. P. et al. Agricultores guardiões de sementes e ampliação da agrobiodiversidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-118, jan./abr. 2014.

BORÉM, A.; FREIRE, E. C. **Algodão do plantio à colheita.** Viçosa, MG: Ed. UFV, 2014.

BRAIDOTTI, R. Mujeres, medio ambiente y desarrollo sustentable: surgimento del tema y diversas aproximaciones. In: VÁZQUEZ GARCÍA, V.; VELÁZQUEZ GUTIÉRREZ, M. (coords.). **Miradas al futuro:** hacia la construcción de sociedades sustentables com equidade de género. PUEG/CRIM/CP, México, 2004.

BRASIL. **Código de Defesa do Consumidor.** Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 24 jul 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **A Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB.** Brasília, DF, 2000.

_____. **Lei de sementes e mudas:** Lei n. 10.711 de 05 de agosto de 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.711.htm>. Acesso em 03 de jul 2015.

BRASIL. **Lei de biossegurança:** Lei n. 11.105, de 24 de março de 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/HUKFjd>>. Acesso em 27 de jul 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial De Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS – Território da Borborema – PB.** (Resumo Executivo). 2010a. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio024.pdf>. Acesso em: 10/05/2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.** Brasília, DF, 2010b.

BRASIL. Constituição (1988). **Artigo 225.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Proposta PRONARA – Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos.** Brasília, DF, 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Diretoria de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais e Quilombolas. **Chamada Pública nº 01/2016 - ATER Mulheres Rurais.** Abril, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/2hPuwd>>. Acesso em: 30 abr 2016.

BRITO, F. B. de. **O conflito pelo uso da água do Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão) – PB.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

BUSTAMANTE, P. G. Conservação e Manejo dos Recursos Genéticos "On Farm". **Horticultura Brasileira**, v. 28, n. 4, out.-dez. 2010.

CAMPOLIN, A.; FEIDEN, A. **Metodologias participativas em agroecologia.** Corumbá: Embrapa Pantanal, 2011.

CAMPOS, C. S. S; CAMPOS, R. S. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (68). Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24568.htm>>. Acesso em 15 de agosto de 2014.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecología**, Murcia, vol. 6, p. 63-74, 2012.

CARCAÑO VALENCIA, E. Ecofeminismo y ambientalismo feminista. Una reflexión crítica. **Argumentos**, Vol. 21, n. 56, jan-abr 2008, pp. 183-188. UAM, México.

CARDOSO, E. M.; RODRIGUES, V. S. Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil. **Agriculturas**, v. 6, n. 4, dezembro de 2009.

CARNEIRO, F. F. (Org.) et al. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2015.

CAROSIO, A. (Coord.). **Feminismos para um cambio civilizatório**. Caracas: Fundación Celarg CLACSO Centro de Estudios de la Mujer, Universidad Central de Venezuela, 2014.

CARRASCO, A. **Declaración Latinoamericana por una Ciencia Digna - Por la prohibición de los transgénicos en Latinoamérica**. Grain, 17 jun 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/Wi5JJM>>. Acesso em: 29 set. 2015.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. 2.ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

CASTRO, I. E. de. O problema da escala. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CIGNACHI, J. C. B. **Organismos geneticamente modificados e meio ambiente: uma abordagem científica do risco**. 2015. 92 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015.

CONSELHO DE INFORMAÇÕES SOBRE BIOTECNOLOGIA. **Top 10: área plantada no mundo com transgênicos em 2016**. ISAAA, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/8wCzjG>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

CUNHA, F. L. da. **Sementes da paixão e as políticas públicas de distribuição de sementes na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável). UFRRJ, Instituto de Florestas, 2013. 184 f.

_____. **As sementes da paixão e as políticas de distribuição de sementes na Paraíba**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014. (Sementes locais: experiências agroecológicas de conservação e uso).

CUNHA, M. das G. C. **Gameleira, sertão norte de Minas Gerais: um olhar feminino sobre o feminino camponês**. Tese (Doutorado em Geografia). PPGG/UFU, 2013. 314 f.

DEERE, C. D.; LÉON, M. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003. P. 100-153.

DESMARAIS, A. A. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013. (Vozes do Campo).

DIAS, M. M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). CPDA/UFRRJ, 2004.

DIDONET, A. D. **Produção informal de semente de feijão comum com qualidade**. Brasília, DF: Embrapa, 2013.

DOURADO, J. A. L. Agroecologia e soberania alimentar na Amazônia: para além das trincheiras discursivas do modelo de desenvolvimento agrário/agrícola. In: **Agrária**. São Paulo, n. 16, 2012. (p. 4-34).

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FAO. **The State of the World's Plant Genetic Resources for Food and Agriculture**. Roma, 1997. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/meeting/015/w7324e.pdf>. Acesso em: 18 set. 2016.

_____. **Interacção do género, da agrobiodiversidade e dos conhecimentos locais ao serviço da segurança alimentar**. Manual de Formação. Roma, 2005.

FERMENT, G. et al. **Lavouras transgênicas – riscos e incertezas: mais de 750 estudos desprezados pelos órgãos reguladores de OGMs**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

FERREIRA, A. P. L. A Importância da Perspectiva Agroecológica no Empoderamento das Mulheres Camponesas: processo, mulheres e agroecologia como estudo de caso. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 2114-2117, nov. 2009.

FIORAVANTI, C. A maior diversidade de plantas do mundo: botânicos registram 46 mil espécies e identificam em média 250 por ano no Brasil. **Revista Pesquisa FAPESP**, n. 241, p. 42-47, mar. 2016.

FRANCO GARCÍA, M. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. 290 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FREIRE, A. G. Pela vida das mulheres e pela agroecologia: agricultoras da Borborema reescrevem suas histórias. In: **Agriculturas: experiências em agroecologia**, AS-PTA, v. 12, n. 4, dez. 2015. P 4-14.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista NERA. Presidente Prudente, ano 9, n. 8, jan/jun de 2006. P. 1-28.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set/dez 2007. P. 595-609.

IBGE. **Censo Agropecuário da Paraíba**, 2006.

_____. **Censo Demográfico**, 2010.

ISAAA - International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications. **Brief 52 - Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops: 2016**. ISAAA: Ithaca, NY, 2017.

LA VIA CAMPESINA. **Declaration NGO Forum FAO Summit Rome+5**. Jun. 2002. Disponível em: < <https://goo.gl/SFwjZj>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

LA VIA CAMPESINA; GRAIN. **Leis de sementes que criminalizam camponeses e camponesas: resistência e luta**. Relatório, março de 2015.

LACOSTE, Y. **A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 4.ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 192 p.

MACEDO, O. R. B. **A Convivência com o Semi-Árido**: desenvolvimento regional e configuração do local no projeto do IRPAA. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFPE. Recife-PE, 2004.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **Dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARCOS, V. de. Trabalho de campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. In: **Boletim Paulista de Geografia**, Associação dos Geógrafos Brasileiro, nº 84, São Paulo, jul. 2006. P 105-136.

MARONHAS, M; SCHOTTZ, V.; CARDOSO, E. – Agroecologia, trabalho e mulheres: um olhar a partir da Economia Feminista. In: **18º REDOR. Anais eletrônicos...** Recife: UFPE, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/MxtskW>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIES, M.; SHIVA, V. Del porqué escribimos este libro juntas. In: VÁZQUEZ GARCÍA, V.; VELÁZQUEZ GUTIÉRREZ, M. (coord.). **Miradas al futuro**: hacia la construcción de sociedades sustentables com equidade de género. PUEG/CRIM/CP, México, 2004, pp. 71-94.

MITIDIERO JÚNIOR, M. A.; BARBOSA, H. J. N.; SÁ, T. H. de. **Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006**. 2017, 64 p. Mimeografado.

MONTEIRO, K. dos S. **As mulheres quilombolas na Paraíba**: terra, trabalho e território. Dissertação (Mestrado em Geografia). PPGG/UFPB. João Pessoa, 2013.

MOREIRA, E. **Processo de ocupação do espaço agrário paraibano**. João Pessoa, Cadernos do NDIHR, nº 24, 1990.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997. 332 p.

NASCIMENTO, J. M. do. **Os bancos de sementes comunitários na construção dos territórios de Esperança: o caso do assentamento Três Irmãos/PB.** Dissertação (Mestrado em Geografia). PPGG/UFPB: João Pessoa, 2011.

NODARI, R. O. Biossegurança, transgênicos e risco ambiental: os desafios da nova Lei de Biossegurança. In: LEITE, J. R. M.; FAGUNDEZ, P. R. A. (Orgs.). **Biossegurança e novas tecnologias na sociedade de risco: aspectos jurídicos, técnicos e sociais.** São José: Conceito Editorial, 2007. vol. I.

OLIVEIRA JÚNIOR, P. H. B. de. **A história da agricultura através do tempo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

PACKER, L. A. **Biodiversidade como Bem Comum: Direitos dos agricultores, agricultoras, povos e comunidades tradicionais.** Terra de Direitos, Organização de Direitos Humanos. S/D.

PARAÍBA. **Programa Estadual de Bancos de Sementes Comunitários.** Lei nº 7.298, de 27 de dezembro de 2002.

PAULO NETTO, J. Crise do capital e consequências societárias. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

PEREIRA, J. M. M. O Banco Mundial e a construção política dos programas de ajustamento estrutural nos anos 1980. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 33, nº 65, pp. 359-381. 2013.

PEREIRA, M. C. de B. Agroecologia: unindo Reforma Agrária e Conservação Ambiental. **Revista Brasileira de Agroecologia**, vol. 2, n. 2, out. 2007.

PETERSEN, P.; SILVEIRA, L. Construção do conhecimento agroecológico em redes de agricultores-experimentadores: a experiência de assessoria ao Pólo Sindical da Borborema. In: **Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades.** Rio de Janeiro: ANA, 2007.

PINEDA PINZÓN, E. C. Los derechos colectivos y la protección de los conocimientos tradicionales asociados a semillas: un debate bioético en Colombia. In: CALDERÓN ACERO, C. A. et al. **Bienes comunes: espacio, conocimiento y propiedad intelectual.** 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014. E-Book.

PINTO, R. G. A pesquisa sobre conflitos ambientais e o assédio processual a pesquisadores no Brasil. **Antropolítica**, nº 36, p. 49-82, Niterói, 1. sem. 2014.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIBEIRO, W. C. Conflitos distributivos e dívida ecológica. In: MARTÍNEZ ALIER, J. O **ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 16, abr. 2001: 37-61.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SALES, T. **Agreste, agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SANTILLI, J. F. da R. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. Tese (Doutorado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009.

SANTOS, B. de S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**, 78, 2007.

SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAUER, S.; TUBINO, N. L. G. A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 10, nº 11, pp. 131-148, jul.-dez./2007.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 16, nº 2, jul/dez 1990. P. 5-22.

SERPA, A. O trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica. In: **Boletim Paulista de Geografia**, Associação dos Geógrafos Brasileiro, nº 84, São Paulo, jul. 2006. P 7-24.

SERRANO, J. S. **Mulheres da Borborema construindo a agroecologia e a igualdade de gênero**. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias – Agroecologia) – UFPB/CCHSA/PPGCAG. Bananeiras, 2014.

_____. Mulheres da Borborema: construindo a igualdade de gênero e a agroecologia. In: HORA, K.; MACEDO, G. et al. (Orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero: Prêmio Margarida Alves 4ª Edição**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

SEVILLA, E.; MOLINA, M. G. de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILIPRANDI, E. C. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009a. 291 f.

_____. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009b.

_____. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, E. D. da; ALMEIDA, P. Um passeio pela Festa da Semente da Paixão. In: **Agriculturas: experiências em agroecologia**, AS-PTA, v. 4, nº 3, out. 2007. P 13-17.

SILVA, P. M. S. e. **Campesinato, agroecologia e convivência com o semiárido em Solânea – PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

SILVA, R. M. A. da. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

SILVEIRA, J. M. F. J. da; BORGES, I. de C.; BUAINAIN, A. M. Biotecnologia e agricultura: da ciência e tecnologia aos impactos da inovação. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 2, p. 101-114, abr./jun. 2005.

SILVEIRA, L. M. da; FREIRE, A. G.; DINIZ, P. C. O. Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. In: **Agriculturas: experiências em agroecologia**, AS-PTA, v. 7, nº 1, mar. 2010. P 13-19.

SILVEIRA, L.; VICTOR, R.; ANACLETO, N. Saindo de trás do birô: a reconstrução do movimento sindical no agreste da Paraíba. In: **Agriculturas: experiências em agroecologia**, AS-PTA, v. 4, nº 2, jul. 2007. P 10-14.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SOUZA, M. M. O. de. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP). In: **Em Extensão**, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 34-47, jan./jul. 2009.

TERRA, F. H. B. **A indústria de agrotóxicos no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desafios teóricos para a Geografia do Trabalho no século XXI. In: THOMAZ JÚNIOR, A.; FRANÇA JÚNIOR, L. B. (Orgs.). **Geografia e Trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2009. V. 4.

_____. Questão agrária, luta de classes e trabalho no Brasil (diálogo polêmico e necessário). **Revista Pegada**, vol. 16, n. 2, dez. 2015.

VIVAS, E. Soberanía alimentaria, una perspectiva feminista. **El Viejo Topo**, 288, jan. 2012.

APÊNDICES

Apêndice I – Roteiro semi-estruturado de entrevista junto a agricultoras do Pólo da Borborema

Pesquisa de Mestrado: “As mulheres do Polo Sindical da Borborema e o resgate das sementes crioulas: resistência frente ao agronegócio das sementes transgênicas na Paraíba”

Mestranda: Luciene Andrade Alves

Trabalho de Campo

Data: / /

Localidade:

ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA JUNTO AGRICULTORAS DO PÓLO DA BORBOREMA

PROPOSTA: O roteiro de questões está organizado a partir de quatro eixos norteadores: a) Histórico de vida da entrevistada; b) A participação da entrevistada junto ao Polo; a atividade de guardiã de sementes crioulas; c) As possíveis transformações pelas quais as mulheres do Polo têm passado em função de sua atuação junto à organização.

OBJETIVO: Coletar informações a respeito da participação da entrevistada junto ao Polo da Borborema enquanto guardiã de sementes crioulas e os reflexos da atividade em sua vida e da sua família.

Local:

Data: _____

Entrevistada:

Entrevistadora: Luciene Andrade Alves

Eixo A

- 1) É natural do município em que vive? Qual é o histórico laboral da família (pais, irmãos etc.)?
- 2) Como está organizada a família (estado civil, idade e profissão do cônjuge, se tem filhos)?
- 3) Qual é o tipo de propriedade em que mora e/ou trabalha (questão fundiária)? De quem é a terra? Qual o tamanho? O quê produz? Quem trabalha, e como é a divisão de tarefas?
- 4) Como conseguia sementes antes de participar do Polo?

Eixo B

- 1) Como participa das atividades do Polo?
- 2) Como se deu esta aproximação? O que a levou a se inserir no Polo, enquanto guardiã?
- 3) Qual o vínculo com as outras mulheres do Polo (participação em eventos, atividades, oficinas etc.)?
- 4) Como funciona a atividade de guardiã de sementes crioulas?
- 5) Por quais espécies está responsável?

Eixo C

- 1) Como sua atividade junto ao Polo tem afetado a sua vida?
- 2) A família participa de alguma forma da atividade? Como se dá esta participação ou por que não ocorre esta participação?
- 3) Quais as contribuições da sua participação junto ao Polo no tocante às transformações nas vidas das mulheres que participam dele?

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu _____
_____ autorizo a utilização para fins acadêmicos das declarações feitas durante a entrevista realizada na data e local indicados acima.

Assinatura:

Apêndice II – Roteiro semi-estruturado de entrevista junto à representante do Pólo da Borborema

Pesquisa de Mestrado: “As mulheres do Polo Sindical da Borborema e o resgate das sementes crioulas: resistência frente ao agronegócio das sementes transgênicas na Paraíba”

Mestranda: Luciene Andrade Alves

Trabalho de Campo

Data: //

Localidade:

ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA JUNTO À REPRESENTANTE DO PÓLO DA BORBOREMA

PROPOSTA: O roteiro de questões está organizado a partir de quatro eixos norteadores: a) Histórico de vida da entrevistada; b) A atuação da entrevistada junto ao Polo; c) O histórico de participação das mulheres junto às tomadas de decisões e funcionamento do Polo e como este está organizado (organograma); d) As principais estratégias agroecológicas adotadas pelo Polo em relação ao resgate e manutenção de sementes crioulas.

OBJETIVO: Coletar informações a respeito da atuação da entrevistada junto ao Polo e às mulheres do Polo. Investigar o desenvolvimento das atuações decisórias das mulheres do Polo ao longo da história deste.

Local:

Data: _____

Entrevistada:

Entrevistadora: Luciene Andrade Alves

Eixo A

- 1) Qual cargo de liderança ocupa junto ao Polo? Há quanto tempo? De que forma? De quais comissões participa?
- 2) Dimensão política da participação, histórico de mobilização. Por qual motivo está à frente da comissão? A escolha é baseada no gênero? Se sim, por que?
- 3) Como se deu sua aproximação do Polo?
- 4) Qual é o tipo de propriedade em que mora e/ou trabalha (questão fundiária)? De quem é a terra? Qual o tamanho? O quê produz? Quem trabalha, e como é a divisão de tarefas?

Eixo B

- 1) Em que consiste exatamente sua função junto ao Polo? Quais as atribuições?
- 2) Como se deu o desenvolvimento da participação das mulheres junto às tomadas de decisões e funcionamento do Polo? Como o Polo está organizado (comissões, organograma)?
- 3) Quais as principais reivindicações das mulheres do Polo hoje?

Eixo D

- 1) Quais são as estratégias agroecológicas adotadas pelas mulheres do Polo em relação ao resgate e manutenção de sementes crioulas? As estratégias são específicas por comissão, a partir da leitura de gênero? A decisão fica a cargo delas mesmas?
- 2) Como avalia o potencial de interferência das atividades do Polo nas vidas das mulheres que participam dele?
- 3) Quais as principais atividades do Polo hoje que têm influência direta da participação das mulheres? Existe alguma atividade da qual as mulheres não participam? Se existe, por quê?

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu _____
_____ autorizo a utilização para fins acadêmicos das declarações feitas durante a entrevista realizada na data e local indicados acima.

Assinatura:

ANEXOS

Anexo I - Maiores áreas de plantio de transgênicos no mundo em 2016



Fonte: Conselho de Informações sobre Biotecnologia/ISAAA, 2017.

Anexo III - Panfleto da VII Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia



Nós, 5 mil mulheres agricultoras do Polo da Borborema, unidas com as mulheres da ASA Paraíba, do Coletivo Estadual de Mulheres do Campo e da Cidade e outros movimentos rurais e urbanos, caminhamos pelo sétimo ano consecutivo na Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Em nome de Ana Alice, jovem agricultora militante do Polo, brutalmente violentada e assassinada em 2012, e de milhares de mulheres que todos os dias são vítimas de violência, cobramos o fim da impunidade dos crimes contra mulher.

Afirmamos que as desigualdades entre homens e mulheres e a violência constituem um forte bloqueio para que a agricultura familiar se consolide como modo de produção e de vida para as famílias agricultoras do território da Borborema.

Afirmamos ainda a agroecologia, como alternativa de desenvolvimento rural capaz de construir um mundo mais igual para mulheres e homens. Temos, contudo, a convicção que a agroecologia só ganhará amplitude e se consolidará quando as políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar favorecerem efetivamente a autonomia das mulheres.

Na Borborema, o Polo percorreu um bom caminho: já são mais de 9 mil cisternas de placas e mais de 1300 cisternas-calçadão construídas, mais de 900 mulheres organizadas em Fundos Rotativos Solidários e perto de 900 mulheres participam dos Bancos de Sementes Comunitários. Elas estão nas feiras agroecológicas, no beneficiamento dos produtos da agricultura familiar, promovendo segurança alimentar, geração de renda e conquistando autonomia econômica e política. Mas apesar dos avanços já conquistados na direção da promoção de relações de igualdade entre homens e mulheres, as políticas permanecem construídas ou executadas com base em uma cultura patriarcal, discriminatória e preconceituosa contra as mulheres.

A expansão e a consolidação da agroecologia e das conquistas das mulheres exigem o permanente aprofundamento da democracia e a abertura dos espaços de expressão e organização que permitam a luta pela manutenção e ampliação das conquistas já alcançadas e por novos direitos. As mulheres da Borborema estão vigilantes na defesa da democracia e contra qualquer tentativa de subverter a ordem democrática, anular suas conquistas e sufocar seu grito **pela vida das mulheres e pela agroecologia**.



Anexo IV - Carta política do II Encontro de Sementes do Semiárido Brasileiro



Carta política do II Encontro de Sementes do Semiárido Brasileiro “Agricultura familiar camponesa na luta por direitos pela soberania alimentar e pela agrobiodiversidade no semiárido”

Somos 150 agricultores e agricultoras familiares, educadores e educadoras populares e representantes das organizações de assessoria. Participamos da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) e da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), e nos reunimos em Maceió, Alagoas, para reafirmar o nosso compromisso com a defesa dos nossos direitos e do nosso patrimônio: Sementes Crioulas, também chamadas Sementes da Gente, Sementes da Paixão e Sementes da Resistência, que são indispensáveis para a convivência com o Semiárido em bases agroecológicas, para a segurança alimentar e nutricional em nosso bioma e para enfrentar o grave problema das mudanças climáticas.

Historicamente, água e semente sempre se constituíram em instrumentos de dominação das elites latifundiárias e perpetuação da pobreza. Ao estocar e usar a água de forma descentralizada e resgatar e disseminar as sementes crioulas e a biodiversidade, estamos semeando resistência, autonomia, liberdade e riqueza para a agricultura familiar camponesa do Semiárido.

A ASA reúne mais de 800 experiências coletivas de bancos e casas de sementes que envolvem cerca de 15.000 famílias, além de incontáveis bancos familiares, que guardam um patrimônio inestimável de centenas de variedades crioulas. Estamos certos que devemos e podemos fortalecer e ampliar essas experiências, e assumimos este compromisso.

Em parceria com pesquisadores da Embrapa estamos mostrando que as sementes que compõem nosso patrimônio genético são muito produtivas, resistentes, adaptadas ao Semiárido e independentes de adubos químicos e agrotóxicos. Por isso são tão valorizadas pelos agricultores e agricultoras. Isso nos ajuda a derrubar o mito de que as variedades crioulas são inferiores às das empresas. Reivindicamos recursos públicos para que estes trabalhos participativos sejam multiplicados.

Temos conquistas importantes em relação ao reconhecimento legal de nossas práticas e direitos e às políticas públicas. Nossas sementes crioulas são agora reconhecidas por lei como sementes, e não grãos. Está na lei de sementes, no tratado da FAO sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura, e na Convenção da Diversidade Biológica, que reconhecem o papel fundamental dos agricultores e agricultoras familiares na conservação da agrobiodiversidade. Conscientes e informados que as sementes crioulas não podem ser excluídas de políticas ou programas públicos, não permitiremos que nossas sementes sejam diminuídas e desvalorizadas, e lutaremos por uma verdadeira política pública de sementes crioulas no Brasil.

Em Alagoas e na Paraíba existem leis estaduais de sementes que apóiam o trabalho dos agricultores e agricultoras familiares. Seguiremos nos mobilizando pela construção de outras leis estaduais e municipais.

Avaliamos como uma conquista importante o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), trabalhar com as sementes crioulas. Nos estados da Paraíba, Alagoas e Minas Gerais, foram compradas, via PAA, desde 2003, mais de 536 toneladas de sementes crioulas, de dezenas de variedades locais, beneficiando diretamente 23.000 famílias.

Afirmamos que as sementes crioulas não se enquadram nos regimes de propriedade intelectual e de padronização do agronegócio. Reivindicamos que o governo federal crie uma regulamentação específica sobre sementes crioulas, que supere os entraves hoje identificados e respeite os princípios do tratado da FAO. Queremos garantia dos nossos direitos de produzir, armazenar, trocar e comercializar nossas sementes crioulas.

Apesar dos avanços, estamos cientes dos desafios que temos. No Brasil, já são mais de 25 milhões de hectares de cultivos transgênicos, somos o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, mais de 1 milhão de toneladas despejadas anualmente nos campos, 5,2 kg de venenos para cada brasileiro. Só quem lucra com isso são poucas empresas multinacionais em detrimento do interesse público. É por isso que somos contra os agrotóxicos e os transgênicos, e consideramos inadmissível que o Estado brasileiro continue apoiando fortemente esse modelo. Repudiamos as práticas ilegais e imorais de empresas que estão impondo as sementes transgênicas, promovendo dias de campo, enganando os agricultores e incentivando o plantio de transgênicos.

Reivindicamos que o governo brasileiro suspenda a liberação das variedades transgênicas de milho, liberadas sem estudo de avaliação de risco na nossa região, e que contaminam os nossos roçados, e que não libere o feijão transgênico desenvolvido pela Embrapa, do qual não precisamos. Podemos produzir diversos feijões de forma agroecológica, como mostram as experiências dos agricultores e pesquisas da própria Embrapa.

Exigimos um Brasil e um Semiárido livre de transgênicos e lutamos por isso.

Apoiamos a moratória internacional contra o terminator. Somos contra esta tecnologia, e repudiamos veementemente os projetos de lei para liberação desta tecnologia contra a vida.

A maioria dos programas de sementes, do governo federal e dos estados, promovem a distribuição massiva de uma única variedade de poucas espécies, desenvolvidas pelas empresas de pesquisa produzidas em sistemas agroquímicos e tratadas com agrotóxicos, não adaptadas à diversidade do Semiárido. Estes programas vem provocando erosão genética do valioso patrimônio das nossas sementes crioulas.

Reconhecemos o esforço do governo brasileiro em enfrentar o problema da extrema pobreza, uma dívida histórica do Estado brasileiro com o seu povo. O acesso dos agricultores e agricultoras mais pobres a sementes diversificadas, adaptadas aos diferentes contextos socioculturais e ecológicos do Semiárido, é condição determinante para romper com o círculo vicioso gerador da miséria, gerando autonomia e contribuindo para a promoção da segurança alimentar das famílias. Portanto, reivindicamos que o Programa Brasil Sem Miséria trabalhe prioritariamente com sementes crioulas, construindo as condições para que, num futuro próximo, o programa trabalhe exclusivamente com essas sementes. Nossos campos e bancos de sementes são capazes de produzir sementes crioulas de qualidade para apoiar o programa.

Reivindicamos que o PAA amplie as suas ações com sementes crioulas, e que haja recursos específicos para sementes crioulas e agroecológicas, com preço justo e que não comprometa o acesso dos agricultores que já trabalham com outras modalidades do PAA.

Reivindicamos que os governos apóiem os bancos de sementes crioulas com infraestruturas de beneficiamento, armazenamento e transporte, recursos para gestão comunitária, intercâmbios, feiras, sistematização de experiências e assessoria técnica.

A partir da experiência do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), assumimos na ASA, o compromisso de identificar e apoiar outros bancos e casas de sementes e fortalecer as nossas experiências e redes de intercâmbio, pois temos um compromisso com a vida e com as gerações futuras. E por isso lutaremos permanentemente.

Sementes da Paixão Sim!

Sementes da Resistência Sim!

Sementes da Gente Sim!

Transgênicos Não!

Sementes: patrimônio dos povos a serviço da humanidade!

Por um Semiárido livre de transgênicos e agrotóxicos, sem pobreza, com soberania alimentar!

Maceió, Alagoas, 8 de julho de 2011

Anexo V - Carta da ASA Paraíba à Conab (VI Festa Estadual das Sementes da Paixão)



Campina Grande, 16 de outubro de 2015

À Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

Nós, agricultores familiares, guardiãs e guardiões de sementes de toda a Paraíba, estamos hoje reunidos na cidade de Campina Grande para celebrar a *VI Festa Estadual da Semente da Paixão*.

Para nós, é de grande preocupação o fato de a Conab vir distribuindo milho transgênico nas suas ações da chamada *venda em balcão*. Segundo informação da própria Companhia, apenas no ano de 2013 mais de 33 mil toneladas desses grãos foram comercializadas aqui no estado. No Nordeste como um todo foram quase 402 mil toneladas no mesmo período. Causa-nos espanto a informação de que a Conab não realiza teste de transgenia e que assim fica impossibilitada de precisar a natureza desses grãos.

Nós da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba) enviamos para laboratório amostras desses grãos recolhidas nas diferentes regiões do estado e confirmamos tratar-se de milho geneticamente modificado. Como se sabe, esse milho pode germinar ou ser semeado acidental ou inadvertidamente, tornando-se fonte de contaminação das variedades locais de milho crioulo que há gerações cultivamos e conservamos. A situação agrava-se pelo fato de esses grãos serem sementes viáveis e não estarem identificados como transgênicos.

Sendo assim, e tendo em vista a relevância das sementes crioulas para nossa agricultura e alimentação, demandamos que a Conab urgentemente:

1. Passe a aplicar tratamento físico a todo grão de milho destinado à venda em balcão de forma que sua germinação seja inviabilizada, ou ainda entregar o milho já triturado;
2. Desenvolva ações de comunicação aos agricultores e identificação que esses grãos são transgênicos visando assegurar plena informação a todos os seus beneficiários;
3. Busque no mercado produtos substitutos não-transgênicos.

 Coordenação da Articulação Semiárido Paraibano
 Campina Grande, 16 de outubro de 2015
 Dia Mundial da Alimentação

Anexo VI - Cartaz da campanha "Não Planto Transgênicos para não Apagar a Minha História"

O cartaz apresenta um fundo amarelo centralizado sobre um fundo verde-azulado com ilustrações de um sol, nuvens, pássaros, casas, árvores, milho e um gato. À esquerda e à direita há ilustrações de um homem e uma mulher segurando plantas de milho. O texto principal está no centro, em uma faixa amarela.

NÃO PLANTO TRANSGÊNICOS

Para não apagar minha história

Transgênicos é quando se realiza em laboratório um tipo de cruzamento que não aconteceria espontaneamente na natureza. É um cruzamento realizado pelas mãos dos seres humanos, quando por exemplo, cruzam uma bactéria com um milho. São as grandes empresas responsáveis por esse cruzamento para tornar a venda de sementes um negócio. Mas uma vez que uma semente transgênica de milho cair a campo, as plantas transgênicas podem cruzar com as suas **sementes de milho da paixão**. Isso acontecendo, as famílias perderiam para sempre suas sementes da paixão e com ela sua autonomia. A história de anos de pesquisa, seleção e plantio das sementes da paixão seria completamente apagada.

Para evitar que sua semente de milho seja contaminada pelo transgênico, preste atenção nas dicas:

- ▶ Seja uma guardiã ou um guardião da semente de sua paixão.
- ▶ Guarde suas sementes da paixão para plantar seu roçado ano seguinte.
- ▶ Só plante em seu roçado sementes de origem conhecida: aquelas que guardou da safra passada ou aquelas de um amigo ou vizinha, que sabe que também é um guardião e sabe de onde vieram suas sementes.
- ▶ Não compre sementes em feiras livres ou em casas comerciais porque não se tem a garantia da procedência e elas podem ser transgênicas.
- ▶ Não plante os grãos distribuídos pela Conab (Programa Venda de Balcão), eles vêm de regiões onde só se planta milho transgênico.
- ▶ Evite plantar o milho perto de outra lavoura onde seu vizinho ou sua vizinha desconheça a origem da semente.
- ▶ Plante seu campo no centro da propriedade, ou no lado onde não existam outros roçados de milho por perto. Se possível, faça uma proteção na divisa com cercas vivas. Não esqueça de observar a direção dos ventos para proteger seu plantio da contaminação.
- ▶ Escolha uma área específica no roçado para produção das sementes. Pode, por exemplo, plantar mais sementes 20 dias do primeiro plantio para produção de sementes, evitando o cruzamento entre plantas diferentes.
- ▶ Faça uma seleção no roçado das melhores plantas e espigas, livre de doenças ou de pragas, para selecionar suas sementes para o ano seguinte.
- ▶ Evite beneficiar as sementes com debulhadeiras acopladas a trator que carregam escondidas sementes desconhecidas. Essa prática pode misturar e contaminar suas sementes.
- ▶ Guarde sempre as sementes de plantio em bancos familiares ou comunitários com produtos naturais. E quando for plantar novamente, não utilize adubos químicos e venenos.
- ▶ Procure fazer parte de um banco de semente na sua comunidade. Se não conhecer o banco de sementes, procure o Sindicato do município;
- ▶ Plante campos de multiplicação de sementes para proteger esse patrimônio.
- ▶ Na dúvida sobre a origem e qualidade de sua semente, procure seu Sindicato para fazer testes de transgenia.

Realização: Pólo da Borborema

Apoio: AS-PTA

CCFD

Cofinanciado por: actionaid

UNIÃO EUROPEIA

Disponível em: <<http://aspta.org.br/2016/08/campanha-nao-planto-transgenicos-para-nao-apagar-minha-historia/>>. Acesso em: 25 set 2016.